

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA  
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS  
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS  
CURSO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Élen Francine Marx

**BRASIL - A POTÊNCIA AGROEXPORTADORA: DILEMAS E  
PERSPECTIVAS ECONÔMICAS, SOCIAIS E CULTURAIS**

Santa Maria, RS  
2022

**Élen Francine Marx**

**BRASIL - A POTÊNCIA AGROEXPORTADORA: DILEMAS E PERSPECTIVAS  
ECONÔMICAS, SOCIAIS E CULTURAIS**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de Relações Internacionais da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), como requisito parcial para graduação no curso de **Bacharel em Relações Internacionais**.

Orientador: Günther Richter Mros

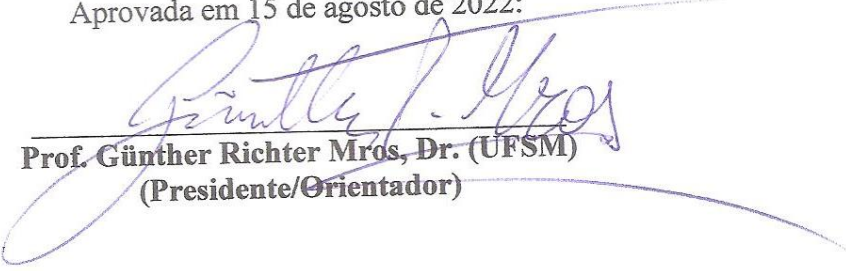
Santa Maria, RS  
2022

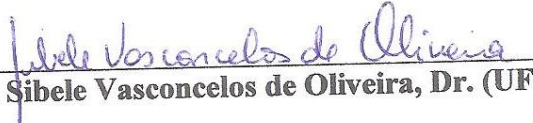
**Élen Francine Marx**


**BRASIL - A POTÊNCIA AGROEXPORTADORA: DILEMAS E PERSPECTIVAS  
ECONÔMICAS, SOCIAIS E CULTURAIS.**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado  
ao curso de Relações Internacionais da  
Universidade Federal de Santa Maria (UFSM),  
como requisito parcial para graduação no  
curso de **Bacharel em Relações  
Internacionais.**

Aprovada em 15 de agosto de 2022:

  
**Prof. Günther Richter Mros, Dr. (UFSM)**  
(Presidente/Orientador)

  
**Prof. Sibeles Vasconcelos de Oliveira, Dr. (UFSM)**

  
**Prof. José Renato Ferraz da Silveira, Dr. (UFSM)**

Santa Maria, RS  
2022

## AGRADECIMENTOS

Primeiramente, gostaria de agradecer aos meus pais, por todas as oportunidades que sempre me proporcionaram, pelo apoio à minha escolha por Santa Maria e pela UFSM, pelas visitas que me fizeram durante o período da faculdade e por abastecerem minha geladeira enquanto morava sozinha - pois se dependesse de mim ela estaria sempre vazia rs. A eles, meu eterno respeito e gratidão. À minha tia Rosângela, cuja conexão data de vidas anteriores, por ser sempre uma grande amiga e um grande exemplo para mim. Ao meu dindo, Normélio, também meu pai espiritual, por me guiar e me ajudar de maneiras que serei eternamente grata, e por sempre confiar em mim. Ao meu afilhado Daniel, por me apresentar o amor na sua forma mais genuína possível, um amor que eu julguei jamais conhecer, até a sua vinda ao mundo. Ao meu orientador, professor Günther, por sempre me desafiar, e por acreditar no meu potencial mais do que eu mesma sempre acreditei. À minha psicóloga, Gertha Correa, por sempre me impulsionar a ser a melhor versão de mim possível, e por me ajudar a ser uma mulher 110% mais forte e mais confiante. Aos colegas e amigos que fiz em Santa Maria, especialmente à Laura Zanatta, Thais Moreira e Vitória Rossi, vocês foram essenciais ao longo dessa jornada, sem vocês Santa Maria jamais teria sido um lar. À UFSM, por me proporcionar um ensino gratuito e de qualidade. Aos inúmeros amigos de São Sebastião do Caí, com especial dedicação às amigadas de mais longa data, Geórgia Motta, Mariana Finkler e Luciana Löef. À minha sangha, por me apresentar o verdadeiro refúgio. A todos aqueles que passaram pela minha jornada até aqui, tenham permanecido ou não, mas que com certeza trouxeram algo de valioso na minha formação como ser humano, meu muito obrigada.

## RESUMO

### **BRASIL - A POTÊNCIA AGROEXPORTADORA: DILEMAS E PERSPECTIVAS ECONÔMICAS, SOCIAIS E CULTURAIS**

AUTORA: Élen Francine Marx  
ORIENTADOR: Günther Richter Mros

Historicamente, o Brasil é conhecido mundo afora como sendo um grande produtor e exportador de commodities, permanecendo sempre presente no seio da nação brasileira o *status* de potência agroexportadora. Entretanto, muito se fala das condições geoclimáticas que possibilitam tal configuração, e pouco se aborda sobre esse processo de formação de uma potência agroexportadora ter sido também uma escolha, tomada diversas vezes, pela manutenção desse *status*. Foi uma escolha, uma vez que as decisões sobre o tema de industrialização, por vezes, foram muito tímidas, carecendo de projetos a longo prazo, e ficaram sempre à margem dos interesses agroexportadores do país - uma vez que boa parte da industrialização ocorrida no Brasil se deu para atender interesses do setor agropecuário - e na medida em que, no seio cultural da sociedade brasileira, foi se construindo cada vez mais uma identificação com o *modus operandi* do homem agrícola. Destarte, esse estudo visa abordar o desenrolar das escolhas, tanto econômicas quanto socioculturais, que foram reforçando, ao longo da história passada e presente, a manutenção do *status* agrícola no Brasil. Dentre os principais resultados encontrados a partir da pesquisa, podemos destacar o excesso de políticas de *stop-and-go* no Brasil, que dificultam um projeto de Estado a médio e longo prazo. Observamos também um certo conforto na posição agroexportadora brasileira, que fez com que por vezes outros segmentos socioeconômicos fossem negligenciados. Por fim, podemos observar também uma queda brasileira no ranking do atlas de complexidade econômica, o que denota uma reprimarização de nossa economia.

**Palavras-chave:** Commodities. Escolha. Agrícola.

## ABSTRACT

### **BRAZIL - THE AGRO-EXPORTING POWER: ECONOMIC, SOCIAL AND CULTURAL DILEMMAS AND PERSPECTIVES**

AUTHOR: Élen Francine Marx  
ADVISOR: Günther Richter Mros

Historically, Brazil is known around the world as a major producer and exporter of commodities, with the status of an agro-export power always remaining present within the Brazilian nation. However, much is said about the geoclimatic conditions that make this configuration possible, and little is discussed about the process of formation of an agro-export power – this has also been a choice taken several times -, for the maintenance of such status. It was a choice to the extent that the decisions on the industrialization theme were usually very timid, lacking long-term projects, and always remaining on the sidelines of the country's agro-export interests - since much of the industrialization that took place in Brazil took place to meet the interests of the agricultural sector - and as, in the cultural core of Brazilian society, an increasing identification with the modus operandi of the agricultural man had been built. Thus, this study aims at addressing the development of these choices, both economic and sociocultural, which have reinforced, throughout past and present history, the maintenance of the agricultural status in Brazil. Among the main results found from the research, we can highlight the excess of stop-and-go policies in Brazil, which hinder a State project in the medium and long term. We also observed a certain comfort in the Brazilian agro-export position, which sometimes meant that other socioeconomic segments were neglected. Finally, we can also observe a Brazilian drop in the economic complexity atlas ranking, which denotes a reprimarization of our economy.

**Keywords:** Commodities. Choice. Agricultural.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Gráfico da Evolução industrial do Brasil e de São Paulo entre 1914 e 1939 presente no trabalho de Simonsen (1973).....	33
Figura 2 – Tabela da qualificação da pauta industrial paulista em meados de 1938 presente no trabalho de Simonsen (1973).....	34
Figura 3 – Tabela da taxa de crescimento média esperada por setores do II PND e taxa média efetiva presente no trabalho de Spengler (2015).....	47
Figura 4 – Livretos de cordel pendurados para exposição em feira.....	61
Figura 5 – Personagem Jeca Tatu.....	66
Figura 6 – Amácio Mazzaropi em cena.....	68
Figura 7 – Balança Comercial Brasileira em 2018.....	89

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b> .....	17
<b>2 TRÊS MOMENTOS DE MUDANÇA NA POLÍTICA COMERCIAL BRASILEIRA</b> .....	22
2.1 TARIFA ALVES BRANCO.....	22
2.2 PERÍODO ENTREGUERRAS 1918-1939 .....	30
2.3 DÉCADA DE 1970.....	39
<b>3. A GRANDE FAZENDA BRASIL</b> .....	50
3.1 O CAMPESINATO COMO VALOR MORAL .....	59
3.2 A LITERATURA DE CORDEL .....	59
3.3 A MÚSICA SERTANEJA.....	63
3.4 JECA TATU .....	65
3.5 AMÁCIO MAZZAROPI .....	67
3.6 A INDUSTRIALIZAÇÃO DO SIMBÓLICO .....	69
3.7 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	72
<b>4. ANÁLISE DO PROCESSO DECISÓRIO NA POLÍTICA EXTERNA PARA</b> <b>AGRICULTURA DO GOVERNO BOLSONARO</b> .....	73
4.1 A DIPLOMACIA DO AGRONEGÓCIO .....	74
4.2 RELAÇÕES BRASIL-MÉXICO.....	76
4.3 RELAÇÕES BRASIL-CHINA.....	77
4.4 RELAÇÕES BRASIL-EUROPA .....	78
4.5 RELAÇÕES BRASIL-ESTADOS UNIDOS .....	80
4.6 RELAÇÕES BRASIL-EMIRADOS ÁRABES UNIDOS.....	83
4.7 LIBERALIZAÇÃO DO COMÉRCIO.....	84
4.8 INDÚSTRIA AERONÁUTICA .....	88
4.9 AGRICULTURA E A COVID-19.....	90
4.10 QUESTÃO DA UCRÂNIA .....	90



4.11	MEIO AMBIENTE.....	94
4.12	MANUTENÇÃO <i>VERSUS</i> DISRUPÇÃO DA PEX.....	97
4.13	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	101
<b>5</b>	<b>CONCLUSÃO.....</b>	<b>102</b>
	<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>105</b>
	<b>APÊNDICES.....</b>	<b>113</b>
	<b>APÊNDICE A – PRINCIPAIS PRODUTOS EXPORTADOS DO BRASIL PARA O MUNDO EM 2019.....</b>	<b>113</b>
	<b>APÊNDICE A – PRINCIPAIS PRODUTOS EXPORTADOS DO BRASIL PARA O MUNDO EM 2019.....</b>	<b>114</b>
	<b>ANEXOS.....</b>	<b>115</b>
	<b>ANEXO A – NOTAS À IMPRENSA DO MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES SOBRE O COMÉRCIO DE PRODUTOS AGRÍCOLAS ENTRE BRASIL E MÉXICO ENTRE 2019-2021.....</b>	<b>115</b>
	<b>ANEXO B – <i>TWEET</i> DE EDUARDO BOLSONARO QUE DESENCADEOU CRISE DIPLOMÁTICA ENTRE BRASIL E CHINA.....</b>	<b>116</b>
	<b>ANEXO C – NOTAS À IMPRENSA DO MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES SOBRE RELAÇÕES E COMÉRCIO ENTRE BRASIL E CHINA ENTRE 2019-2021.....</b>	<b>116</b>
	<b>ANEXO D – NOTAS À IMPRENSA DO MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES SOBRE RELAÇÕES ENTRE BRASIL E EUROPA ENTRE 2019- 2021.....</b>	<b>117</b>
	<b>ANEXO E – NOTAS À IMPRENSA DO MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES SOBRE RELAÇÕES ENTRE BRASIL E ESTADOS UNIDOS ENTRE 2019-2021.....</b>	<b>119</b>
	<b>ANEXO F – NOTAS À IMPRENSA DO MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES SOBRE TRATATIVAS DO BRASIL EM PROL DE MAIOR LIBERALIZAÇÃO DO COMÉRCIO NO PERÍODO 2019-2021.....</b>	<b>120</b>

<b>ANEXO G – NOTAS À IMPRENSA DO MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES SOBRE AVANÇO DA INDÚSTRIA AERONÁUTICA NO PERÍODO 2019-2021.....</b>	<b>121</b>
<b>ANEXO H – NOTAS À IMPRENSA DO MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES SOBRE A AGRICULTURA BRASILEIRA DURANTE A COVID- 19 2019-2021 .....</b>	<b>122</b>
<b>ANEXO I – NOTAS À IMPRENSA DO MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES SOBRE A QUESTÃO DA UCRÂNIA.....</b>	<b>122</b>

## 1 INTRODUÇÃO

O Brasil é, uma das principais nações agroexportadoras do mundo. A agropecuária brasileira evoluiu da baixa modernidade e pouca variação na pauta de alimentos para processos mais modernos e tecnológicos que possibilitaram um aumento na produtividade e uma maior diversificação na pauta de produtos agrícolas.

De acordo com a EMBRAPA (2018), o salto ocorrido no papel da agroindústria em nosso país se deve, por um lado, às condições geoclimáticas presentes no Brasil e, por outro lado, aos investimentos empregados no setor agrícola pelo governo, principalmente no que tange a investimentos em pesquisa agrícola.

Mesmo em momentos de crise, nosso setor agroexportador se mostrou sempre superavitário. De acordo com um levantamento da ONU, em 2020 (primeiro ano da pandemia de COVID-19 no Brasil), o setor agroexportador foi o único da economia brasileira que, além de não apresentar quedas, conseguiu avançar no PIB.<sup>1</sup>

Analisando alguns dados do Atlas de Complexidade Econômica (dados disponíveis de 1995 até 2019), é possível perceber que a pauta agrícola tem sido a principal pauta das exportações brasileiras (ao menos nesses 24 anos de análise). Por outro lado, dos produtos que importamos, ganharam cada vez mais espaço as pautas de veículos, químicos, maquinários, eletrônicos e minerais. O próprio petróleo é exportado em sua forma bruta do Brasil, para ser refinado no exterior e importado de volta. Ou seja, existe um movimento constante ao longo da história da balança comercial brasileira: a presença de alta complexidade econômica nas nossas pautas de importação e a baixa complexidade nas nossas pautas de exportação.

É inquestionável a importância do agronegócio brasileiro e o porquê de estudá-lo. Destarte, este trabalho visa compreender se a permanência do *status* brasileiro como potência agroexportadora ao longo da história se deu apenas pelas características inertes de solo e clima presentes nesse país tropical, ou se foi também uma escolha aderida pelos tomadores de decisão que passaram ao longo da história brasileira – e se foi uma escolha, porque seguimos esse caminho e quais são os impactos que isso tem no país como um todo.

O presente trabalho caracteriza-se como sendo um estudo descritivo, pois observa e descreve fatos históricos elencados para análise. O método de investigação da pesquisa é o método indutivo, pois se propõe a analisar momentos históricos específicos para tirar

---

<sup>1</sup> A matéria completa está disponível em: <<https://www.avozmt.com.br/noticias/economia/brasil-exportador---onu-confirma-brasil-como-potecircncia-agroexportadora-em-30-produtos-89061>>.

conclusões gerais acerca dos processos de industrialização e de construção identitária brasileira. Qualifica-se como investigação básica e histórica, e a construção do conhecimento aqui feita é baseada em revisão bibliográfica. Para as análises que nos propomos a fazer, utilizamos, como categoria analítica para a pesquisa, as teorias de Reinhart Koselleck (2009) sobre espaço de experiência e horizonte de expectativa. O autor descreve o conceito de “espaço de experiência” como a experiência adquirida por determinado autor ou personagem no momento de determinado discurso, ou ação (KOSELLECK, 2009, p. 305). Já o conceito de “horizonte de expectativa” é concebido como as expectativas para o futuro de determinado autor ou personagem no momento de determinado discurso, ou ação (KOSELLECK, 2009, p. 305). Deste modo, os momentos históricos trazidos na pesquisa são analisados, levando em consideração o espaço de experiência e o horizonte de expectativa que os personagens tinham em determinado momento histórico, em comparação com o espaço de experiência e o horizonte de expectativa que se tem no momento da análise (KOSELLECK, 2009).

O trabalho é dividido em três capítulos. O primeiro capítulo, intitulado *Três momentos de mudança na política comercial brasileira* é constituído de três subcapítulos, respectivos aos três momentos analisados, sendo eles: 1.1 Tarifa Alves Branco; 1.2 Período Entreguerras 1918-1939; e 1.3 Década de 1970. Os três momentos são estudados e abordados à luz da seguinte pergunta: *O que esses momentos têm a nos ensinar sobre a política industrial brasileira?*. Deste modo, buscamos elucidar e entender os momentos históricos em que o Brasil teve a possibilidade de se tornar uma potência industrializada, o que deu certo e o que deu errado nesses momentos, e o que a história tem a nos ensinar sobre a tomada de decisão quanto à política de industrialização brasileira.

O segundo capítulo, intitulado *A Grande Fazenda Brasil* busca compreender as raízes da construção da identidade do Brasil como um país agrícola, visão hoje profundamente difundida. O capítulo busca analisar essa construção de identidade sob à luz das perspectivas de Benedict Anderson (1983) na obra *Comunidades Imaginadas*. Além da bibliografia, o capítulo se baseia na opinião pública e na difusão de instrumentos de consolidação da identidade brasileira como um país essencialmente agrícola, da fazenda. Nesse capítulo analisamos como se deu essa construção identitária através de manifestações culturais amplamente difundidas no Brasil, como a literatura de cordel, a música sertaneja, o cinema.

Por fim, o último capítulo, intitulado *Análise do processo decisório na política externa para agricultura do governo Bolsonaro* busca elucidar como a política externa brasileira está tomando suas decisões em termos de comércio hoje. Esse capítulo é construído com base nas teorias de análise de risco e nos documentos sobre a política externa atual. Para isso,

utilizamos as Notas para a Imprensa presentes no site do Ministério das Relações Exteriores, elencando as mais relevantes em termos de agricultura – mas mantendo um olhar atento também à indústria e tecnologia – e desenvolvendo as análises em cima dessas notas, buscando outros sites e notícias de apoio, além de bibliografias relevantes sobre a temática.

Para Sérgio Buarque de Holanda (1995), nossas raízes rurais se originaram já na época da escravidão e da colonização europeia. O autor entende que o meio rural esteve por muito tempo afastado da implantação de melhoramentos tecnológicos, agindo quase como uma espécie de empecilho no desenvolvimento de processos tecnológicos. Assim, a escravidão e o grande aumento da lavoura e das atividades agrícolas fizeram com que os esforços permanecessem fortemente concentrados nesse setor e nesse modo de produção, ocasionando que não se redirecionasse tanta energia para outros setores como a indústria e a inovação tecnológica (Ibidem, 1995).

Ao longo do trabalho, discorreremos acerca da diversificação – ou a falta dela – na pauta de produtos produzidos e exportados pelo Brasil, e como isso atinge o nosso nível de complexidade econômica e o consequente desenvolvimento econômico do país. Teóricos e economistas mesmo anteriores à Adam Smith já refletiam sobre a questão da riqueza das nações. Entretanto, surge com Hidalgo e Hausman (2011), a Teoria da Complexidade Econômica, apresentada no artigo *Atlas of Economic Complexity*, que nos permitiu medir a complexidade econômica dos países (GALA, 2017). O conceito de complexidade econômica será abordado ao longo deste trabalho para ilustrar o papel que a indústria agroexportadora tem – ou não – no desenvolvimento econômico do Brasil.

[...] os países não produzem todos os produtos e serviços que eles usam e precisam. Eles produzem os que eles podem, usando o conhecimento embutido em seu próprio povo e organizações. Alguns produtos, como dispositivos de imagem médica ou motores a jato, exigem grandes quantidades de conhecimento e são os resultados de redes muito grandes de pessoas e organizações. Por outro lado, troncos de madeira ou grãos de café requerem muito menos conhecimento e as redes necessárias para sustentar essas operações não precisam ser tão grandes. Economias complexas são aquelas que podem tecer grandes quantidades de conhecimento relevante, através de grandes redes de pessoas, para gerar uma mistura diversificada de produtos intensivos em conhecimento. As economias mais simples, ao contrário, têm uma base mais estreita de conhecimento produtivo e, como resultado, produzem menos produtos e mais simples, exigindo redes de interação menores.

[...]

O aumento da complexidade econômica é necessário para que uma sociedade seja capaz de deter e utilizar uma quantidade maior de conhecimento produtivo. Por isso, podemos medir a complexidade observando a diversidade de produtos que os países são capazes de fabricar (HAUSMANN et al., 2013, p. 18, tradução nossa).

A complexidade econômica de um país é calculada analisando dois fatores: a diversidade, quer seja, a quantidade de produtos distintos que um país produz e exporta; e a ubiquidade dos produtos, ou seja, a quantidade de países que possuem *know-how* e capacidade de produzir e exportar aquele produto. Os dois fatores são inversamente proporcionais para a análise de complexidade econômica, isto é, quanto mais diversa e menos ubíqua for a composição de produtos fabricados por um determinado país, mais complexa é aquela economia (HAUSMANN et al., 2013). Assim, “[...] não ubiquidade com diversificação significa ‘complexidade econômica’” (GALA, 2017, p. 22).

Para Alencar et al. (2018), o Brasil permaneceu demasiadamente focado no desenvolvimento de sua economia agroexportadora, e o aumento de eficiência que houve no país se deu principalmente no setor primário, o que implicou também uma perda de eficiência nos setores de maior complexidade. Assim, entendemos que em alguns momentos da história brasileira houve um *trade-off* entre indústria e agropecuária.

Usando uma imensa base de dados, eles [Cesar Hidalgo e Ricardo Hausmann] demonstram definitivamente que quanto mais desenvolvido é um país, maior é sua complexidade, definida pela ubiquidade e a diversidade de produtos encontrados na sua pauta exportadora. Quanto mais uma economia nacional for capaz de produzir bens não ubíquos – os bens que poucos têm capacidade de produzir – e de sustentar uma pauta de exportações diversificada, maior será sua complexidade.

[...]

Smith menciona que as diferentes atividades têm diferentes capacidades de gerar divisão do trabalho; algumas são mais propícias a isso, outras menos. Serviços não sofisticados, agricultura e recursos naturais tendem a promover menor divisão do trabalho. Manufaturas e produtos mais complexos, especialmente aqueles produzidos em grandes redes, apresentam maior potencial para promover especialização produtiva e divisão do trabalho dentro das empresas e entre as empresas, gerando maiores oportunidades de ganhos de produtividade.

[...]

Voltando a Adam Smith, a indústria permite maior divisão do trabalho por causa de suas características intrínsecas de produção. Na produção manufatureira sempre há um encadeamento longo de etapas produtivas. Para se chegar ao carro, por exemplo, é preciso fazer o motor, os pneus, o chassi, os vidros, os bancos etc. Tal encadeamento não surge na agricultura ou na extração de *commodities* [...] (GALA, 2017, passim).

Alencar et al. (2018), a partir das visões de Hidalgo e Hausmann (2009), mostram que:

[...] o nível de complexidade econômica do país é um bom indicador de crescimento econômico futuro, pois países com um indicador elevado em relação ao seu PIB per capita atual estariam crescendo mais rápido por produzirem bens associados a níveis mais altos de PIB per capita (ALENCAR et al., 2018, p. 255).

Ademais, uma de nossas hipóteses apresentadas neste trabalho é a de que a potência agroexportadora brasileira não existe apenas no plano econômico, mas também no social e no cultural. Para isso, Benedict Anderson (2008) trata do conceito de imaginação na construção do nacionalismo. Para ele, as nações não nascem prontas, elas são imaginadas, idealizadas e construídas na imaginação daqueles que dela fazem parte. Assim, utilizaremos seus preceitos teóricos para tratar sobre a idealização do conceito de nação agroexportadora no imaginário da população brasileira.

A escolha da estrutura do trabalho se deu de maneira a buscar, no capítulo 1, revisitar momentos históricos que nós consideramos como sendo de grande importância tanto nacional como internacionalmente, a fim de tentar compreender quais os posicionamentos e decisões que o Brasil tomou nesses momentos. Consideramos o primeiro momento – Tarifa Alves Branco – como sendo bastante relevante por haver uma mudança de posicionamento brasileiro, abandonando uma posição de submissão e buscando proteger mais sua indústria. O segundo momento – período entreguerras – se faz relevante por ser um período em que houveram diversas mudanças no cenário político mundial, com a eclosão dos dois conflitos mundiais - que encadeou em um certo isolacionismo brasileiro - a crise de 1929 e uma crise cambial no Brasil. Por fim, o último período elencado para análise – década de 1970 – é mais um período que comporta diversas mudanças no cenário internacional, a exemplo dos choques do petróleo e da Conferência de Estocolmo ocorrida no período, que inaugura uma nova fase na qual as temáticas ambientais passam a compor as pautas de discussão internacional. A elaboração do capítulo 2 vem no intuito de buscar entender como se deu a apropriação da identidade brasileira como sendo um país do agro, e de que modo a opinião pública incorporou e abraçou essa identidade. E, por fim, a opção por, no último capítulo, buscar um olhar mais atual, se deu no sentido de conseguir comparar em que medida as escolhas atuais se mantiveram similares às escolhas históricas, ou se buscamos um rumo diferente em política comercial agrícola. Deste modo, buscamos analisar a construção de um Brasil agrícola sob uma perspectiva histórica, uma perspectiva cultural e uma perspectiva atual, buscando revisitar o que o Brasil tem feito enquanto projeto nacional.

## 2 TRÊS MOMENTOS DE MUDANÇA NA POLÍTICA COMERCIAL BRASILEIRA

### 2.1 TARIFA ALVES BRANCO

Após vir de um período de grande exploração colonial – o que justifica em certa medida o atraso industrial brasileiro, no decorrer do período imperial, a política externa brasileira se caracterizou por contar com relações desiguais entre o Brasil e as demais nações. O grito de independência, proclamado em 1822, não fora suficiente para o Brasil. A nova monarquia clamava pelo reconhecimento internacional, e estava disposta a realizar tantas concessões a fim de conquistar reconhecimento estrangeiro, que acabou preterindo seus próprios interesses como Estado-nação (BARBOSA, 2014; CERVO; BUENO, 2002).

Dentre as nações que partilhavam de relações desiguais com o Brasil, cabe destacar a Grã-Bretanha. Todavia, essas concessões e privilégios cedidos pelo Brasil não datam apenas do período pós-Independência. Em 1810, o Príncipe Regente Dom João já firmava tratados comerciais de amizade com a dita nação amiga. A família real portuguesa, ao desembarcar em território brasileiro, teria proteção militar britânica e, em troca, Portugal, ao se estabelecer no Brasil, deveria firmar um tratado de comércio que daria aos produtos britânicos desembarcados no Brasil uma taxa de importação de apenas 15% (BARBOSA, 2014, p. 61). Enquanto isso, a taxa para produtos portugueses era de ordem de 16%, e para os produtos das demais nações amigas, 24%. Além das vantagens comerciais, direitos de extraterritorialidade – em caso de um cidadão britânico cometer um crime no Brasil, este seria julgado conforme leis e juízes britânicos – também eram garantidos (BARBOSA, 2014; RABELO, 2015).

A Independência, se do ponto de vista militar constituiu uma operação simples, do ponto de vista diplomático exigiu um grande esforço. Portugal tinha em mãos uma carta de alto valor: sua dependência política da Inglaterra. Se se interpretasse a independência do Brasil como um ato de agressão a Portugal, a Inglaterra estava obrigada a vir em socorro de seu aliado agredido (FURTADO, 2005, p. 47).

Proclamada a independência brasileira, as ditas nações amigas – em especial a Grã-Bretanha – se utilizaram do interesse brasileiro pelo reconhecimento estrangeiro como instrumento de barganha. Impassíveis de grandes negociações, em 1827, a Grã-Bretanha aceitou reconhecer o Brasil como nação independente sob duas condições: a renovação da tarifa de 15% para produtos britânicos no Brasil, e a abolição do tráfico de escravos dentro de 3 anos (MAGALHÃES, 1972). Este *Tratado de Amizade, Navegação e Comércio*, de 1827,



teria validade de 15 anos, e seria uma forma de manter as concessões feitas em 1810, adaptando-as aos novos interesses da Inglaterra (CERVO; BUENO, 2002).

O que importava era garantir junto ao novo governo brasileiro a continuidade dos privilégios conseguidos sobre a colônia. Assim, de uma posição excepcionalmente forte, pôde o governo inglês negociar o reconhecimento da independência da América portuguesa. Pelo tratado de 1827, o governo brasileiro reconheceu à Inglaterra a situação de potência privilegiada, autolimitando sua própria soberania no campo econômico.

A primeira metade do século XIX constitui um período de transição durante o qual se consolidou a integridade territorial e se firmou a independência política. Os privilégios concedidos à Inglaterra criaram sérias dificuldades econômicas [...] (FURTADO, 2005, p. 47).

De acordo com Cervo e Bueno (2002), além da Inglaterra, o Brasil firmou tratados de concessão com a França, a Áustria, a Prússia, as Cidades Hanseáticas, a Dinamarca, os Estados Unidos, e os Países Baixos, criando o sistema de tratados, nos quais concediam uma série de privilégios – principalmente comerciais – às nações amigas, em um movimento que o autor denomina de “trágico erro de cálculo político” (CERVO; BUENO, 2002, p. 26). O Brasil, nesse movimento desesperado pelo reconhecimento, colocava nas mãos das nações estrangeiras um poder de barganha incalculável, permitindo que entrassem no Brasil produtos estrangeiros vindos de nações com indústrias muito mais desenvolvidas. A entrada desses bens estrangeiros no Brasil, sob as tarifas estabelecidas, inundava o país desses produtos com preços muito competitivos, derrubando a possibilidade de ascensão de uma indústria nacional. Cervo (2002) faz ainda uma crítica ao *modus operandi* do sistema liberal, uma vez que o sistema de tratados impunha ao Brasil a lógica de livre comércio que as nações capitalistas defendiam. Enquanto isso, as nações capitalistas praticavam internamente um sistema protecionista de alavancagem à indústria. Ao falar sobre o sistema de tratados, Cervo e Bueno (2002) dizem ainda que:

O sistema dos tratados resultou, segundo o pensamento parlamentar, de uma disposição injustificável do governo de mendigar o reconhecimento da nacionalidade. As concessões extrapolavam os limites da racionalidade política, sacrificando o comércio nacional, a navegação, o direito dos cidadãos, as indústrias, a soberania (CERVO; BUENO, 2002, p. 48).

Esse sistema de tratados e de concessões gerou consequências funestas à indústria brasileira, à sua balança comercial e à própria imagem do Brasil, gerando a ideia de que essa era uma nação submissa às vontades dos outros países. Todavia, esse sistema não se manteve

vigente por muitos anos após 1827. Em meados de 1840, o Brasil inauguraria uma política externa baseada na reciprocidade entre as nações (CERVO; BUENO, 2002).

Por volta de 1844, surge novamente o debate acerca da renovação do sistema de tratados. Havia neste período um embate entre os defensores das políticas liberais e os defensores das políticas protecionistas. De um lado, os liberais acreditavam na força do livre comércio e defendiam que medidas protecionistas poderiam comprometer as produções agrícolas do país, prejudicando as classes dominantes e interferindo na vocação natural do Brasil como país agrícola. Já os protecionistas, esses acreditavam ser necessário proteger a indústria nacional da concorrência dos produtos estrangeiros (BARBOSA, 2014; CERVO; BUENO, 2002).

De acordo com Barbosa (2014), o debate sobre as políticas alfandegárias se torna latente “[...] tanto no Parlamento e no Conselho de Estado quanto nos Ministérios da Fazenda e de Negócios Estrangeiros” (BARBOSA, 2014, p. 62). No Ministério dos Negócios Estrangeiros, Barbosa (2014) aponta que Aureliano de Souza e Oliveira Coutinho se posicionavam contra o sistema de tratados, ao entenderem que, além de prejudicar os interesses comerciais do país, prejudicavam a soberania nacional. Os ministros que sucederam o cargo, tais como Bento da Silva Lisboa e Paulino José Soares de Souza, compartilhavam da mesma opinião e continuariam buscando igualdade de tratamento nas relações comerciais com outras nações (BARBOSA, 2014).

No Conselho de Estado, Souza Franco e Visconde de Itaboraí eram fortes defensores das medidas protecionistas. Souza Franco, por motivos principalmente fiscais e sociais, defendia que a mão de obra que não podia ser empregada na agricultura deveria ocupar-se em posições industriais; o Visconde defendia a proteção da indústria por entender que nenhuma nação agrícola poderia ser tão próspera economicamente quanto uma nação manufatureira (BARBOSA, 2014; LUZ, 1978). Ao discorrer sobre a temática, Visconde diz que:

“A produção entre as nações manufatureiras”, diz ele [Visconde de Itaboraí], “tem elasticidade indefinida e quase ilimitada: produtos que se fabricavam há muitos anos em muitos dias e por alto preço, podem fabricar-se hoje em menos tempo e com muita economia de despesa. Os produtos da lavoura não são suscetíveis de semelhante progresso; estão sujeitos à lei inflexível das estações, não há invenção de maquinismos que faça o café, a cana produzir mais de uma vez por ano, e é por isso que não há nação exclusivamente agrícola, que possa crescer e prosperar, como as nações manufatureiras” (Consulta d’Estado Pleno. Consulta em 26 de Abril de 1867, sobre proposta da 1 comissão de orçamento de Camará dos srs deputados para aumento e criação de impostos. Rio de Janeiro, 1867 apud LUZ, 1978, p. 34).

Outra figura importante na defesa das medidas protecionistas pró-indústria, no Conselho de Estado, era Honório Hermeto Carneiro Leão. Todavia, ele acreditava que somente as tarifas alfandegárias não seriam suficientes para alavancar a indústria brasileira (BARBOSA, 2014). O conselheiro afirmava que:

[...] por não ser bastante para proteger a indústria a Tarifa, que tendo atendido a alguns ramos dela não compreende todos os que podem aparecer de novo, e que não poderão ser atendidos (CONSELHO DE ESTADO PLENO. Atas do Conselho de Estado Pleno: Terceiro Conselho de Estado, 1842- 1850).

No parlamento, o debate, que já era presente desde a década de 30, dividia opiniões. Barbosa (2014) aponta que, de um lado, Bernardo Pereira de Vasconcelos, acompanhado de “[...] Vergueiro, Alves Branco, Carneiro Leão, Montezuma, Abrantes e as maiorias na Câmara, no Conselho de Estado e no Senado [...]” defendiam a proteção da indústria e a entrada brasileira na era da revolução industrial (BARBOSA, 2014, p. 66). De outro lado, o autor aponta que Francisco de Paula Souza e Melo e Holanda Cavalcanti de Albuquerque defendiam o livre comércio e a expansão da economia agrícola. Holanda Cavalcanti utilizava-se do exemplo holandês e inglês para afirmar que o desenvolvimento industrial teria sido ocasionado por baixas tarifas. Cavalcanti, ao ser questionado sobre a necessidade de proteger a indústria nacional, afirmava que não enxergava nenhuma indústria nacional a ser protegida, e dizia que a forma de ‘proteger’ a indústria agrícola seria importando produtos das nações estrangeiras, de modo que essas, por sua vez, importariam nossos produtos agrícolas (BARBOSA, 2014; CERVO; BUENO, 2002).

Na década de 1840, uma opinião muito forte ao lado dos protecionistas no senado era a de Bernardo Pereira de Vasconcelos, que defendia o aumento dos direitos de importação em prol da indústria nacional. Além dos órgãos supracitados, os argumentos protecionistas também ganhavam força em outros lugares, como, por exemplo, no Ministério da Fazenda (BARBOSA, 2014).

Por volta de 1843, Manuel Alves Branco, então Ministro da Fazenda, sugeriu a Dom Pedro II a reformulação das tarifas aduaneiras. Aceitando a sugestão do Ministro, o Brasil então adotou novas tarifas que tributavam em torno de 30% a maioria dos produtos estrangeiros (BARBOSA, 2014). A tarifa anulava os tratados já existentes e buscava deixar no passado a posição de submissão que o Brasil havia aceitado por tantos anos. Buscava, a partir de então, estabelecer reciprocidade nas relações de política externa. Era um avanço no lado

dos protecionistas. A tarifa, chamada de Tarifa Alves Branco, foi lançada por meio de Decreto em 1844 (BARBOSA, 2014; PIMENTEL, 2014; FURTADO, 2005):

Art. 20: O Governo fica autorizado a impôr nos generos de qualquer Nação estrangeira, que em seus portos carregar as mercadorias brasileiras de maiores direitos, do que as de igual natureza de outra qualquer Nação, hum direito differencial, que contrabalance o máo effeito da desigualdade, ou quem obrigue a abolil-a, mas esse direito cessará logo que cesse a mesma desigualdade.

Art. 21: Hum igual direito differencial será arrecadado nas Alfandegas do Brasil dos generos daquellas Nações que cobrarem sobre quaesquer generos importados em seus portos em Navios brasileiros, maiores direitos de consumo do que sobre os importados em seus proprios Navios, procedendo-se acerca delles da mesma maneira que sobre os do Artigo antecedente (Decreto n. 376, 12 de agosto de 1844. Manda executar o Regulamento e Tarifa para as Alfandegas do Imperio. Lex: Coleção das Leis do Imperio do Brasil, Rio de Janeiro, tomo 7º, parte 2ª, seção 26ª, 1844).

A partir disso, Furtado (2005) explica que:

Assim, quando expira em 1842 o acordo com este último país, o Brasil consegue resistir à forte pressão do governo inglês para firmar outro documento do mesmo estilo. Eliminado o obstáculo do tratado de 1827, estava aberto o caminho para a elevação da tarifa e o conseqüente aumento do poder financeiro do governo central cuja autoridade se consolida definitivamente nessa etapa (FURTADO, 2005, p. 48).

De acordo com as ideias de Cervo e Bueno (2002), o abandono da orientação de submissão nas relações de política externa e o controle da autonomia em relação às tarifas alfandegárias trouxeram à baila a oportunidade de o Brasil desenvolver sua indústria, uma vez que o país não seria mais inundado desenfreadamente por produtos estrangeiros de baixo custo. Os autores afirmam que:

O projeto de 1844, amadurecido sobretudo no Senado e no Conselho de Estado, abrangia propostas fundamentais: a) preservar a autonomia alfandegária a fim de se poder controlar a política comercial e as rendas públicas; b) resistir às pressões externas que viessem ferir a autonomia da política econômica mediante acordos bilaterais; c) estabelecer os princípios da reciprocidade real nas relações econômicas com o exterior; d) lançar as bases da indústria nacional por meio do protecionismo (CERVO; BUENO, 2002, p. 71).

À Tarifa Alves Branco, somaram-se algumas outras tentativas de promover a indústria nacional por meio de decretos que concediam privilégios à indústria, tais como o Decreto nº 386 de 1846, o qual garantia a isenção dos “[...] direitos de entrada sobre máquinas, ou peças de máquinas, importados para uso nas fábricas de tecidos de algodão” (BARBOSA, 2014, p. 68). Ademais, foram aprovados decretos que protegiam a marinha mercante nacional, e a lei orçamentária de 1848, que “[...] aumentou os impostos a 80% para importações de calçados,

roupas-feitas e peças de marcenaria” (Ibidem, p. 70). Além das tarifas, também foram concedidos empréstimos e concessões de loterias como forma de auxílio governamental para promoção da indústria nos anos 1840 (BARBOSA, 2014).

[...] algumas indústrias foram realmente amparadas por certas medidas como a isenção de direitos sobre as matérias-primas; eram as chamadas fábricas nacionais, frutos da política industrial do Príncipe Regente D. João (LUZ, 1978, p. 35).

Entretanto, ao revisar as ideias de Ferreira Soares (1865)<sup>2</sup> e da Indústria Fabril da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional<sup>3</sup>, Luz (1978) aponta que estes esforços supracitados talvez não fossem suficientes para promover corretamente uma forte industrialização brasileira. De acordo com a revisão efetuada pela autora, apenas uma tarifa ultra protecionista conseguiria impulsionar a indústria brasileira. Seriam necessárias tarifas da ordem de 80%, ou até mesmo de 100%, para conseguir proteger a indústria nacional da concorrência europeia e impulsionar os produtos brasileiros (LUZ, 1978, p. 37). A autora aponta a falta de capitais, a ausência de mão de obra capacitada, a ausência de máquinas, e um certo desânimo da população sobre matéria de indústria como fatores que dificultaram este processo. Cabe destacar ainda a existência de um alto valor de juros sobre o capital. Enquanto na Europa era da ordem de 4 a 5 por cento, no Brasil, cobrava-se de 8 a 10 por cento (Ibidem).

Pelo exposto conclui-se que, qualquer que fosse a razão efetiva da tarifa alfandegária brasileira, 20, 30 ou mesmo 40%, o fato era que, em vista dos obstáculos encontrados pelas incipientes indústrias, ela não oferecia, no momento, uma proteção suficiente ao desenvolvimento industrial do país. A própria concessão de auxílios sob a forma de subvenções, isenções de direitos etc, indicava a insuficiência do protecionismo alfandegário (LUZ, 1978, p. 37-38).

A opinião de que as tarifas impostas à época da Tarifa Alves Branco eram baixas é bastante discutida e confrontada. Barbosa compartilha da visão de que as tarifas nunca foram baixas e, ainda, cita Celso Furtado, ao nos lembrar de que a primeira tarifa norte-americana era da ordem de apenas 5% para tecidos de algodão. Mas, então, por que a proteção imposta na Tarifa Alves branco fora insuficiente? (BARBOSA, 2014).

A estrutura político-social brasileira pode ser um grande fator de resposta a esse questionamento. O pensamento escravista fora muito forte no Brasil, tornando o progresso técnico – próprio de um sistema capitalista – algo muito distante. Não fazia sentido especializar a mão de obra escrava e mecanizar os processos de produção, uma vez que se

<sup>2</sup> FERREIRA SOARES, S. **Elementos de Estatística**. Rio de Janeiro, 1865.

<sup>3</sup>Sociedade Auxiliadora da Industria Nacional, Sessão do Conselho Administrativo em 21 de junho de 1876.

perderia parte da vida útil desta mão-de-obra. Ademais, a ausência de trabalhadores assalariados fazia com que não houvesse mercado consumidor. Não tendo acesso à remuneração, os escravos não dispunham de capital para consumo, e a renda do país permanecia nas mãos daqueles poucos que detinham os meios de produção. Outros fatores limitantes a serem destacados são as barreiras que representavam os custos de transporte e as desvalorizações cambiais. Além de todas essas dificuldades, e daquelas denunciadas por Luz (1978), Barbosa (2014) destaca ainda “[...] a falta de segurança pública e a instabilidade política” como fatores limitantes (Ibidem, p. 74). Se comparado com as nações europeias, vemos do lado brasileiro uma tentativa de criar uma nação capitalista, que baseava sua produção na agricultura e a sua mão de obra na escravidão; enquanto do lado das nações que desenvolveram suas bases industriais, observamos trabalho assalariado e aprimoramento tecnológico. Como, então, poderíamos nos equiparar? As tarifas não seriam suficientes para esses problemas estruturais (BARBOSA, 2014).

O passivo político da colônia portuguesa estava liquidado. Contudo, do ponto de vista de sua estrutura econômica, o Brasil da metade do século XIX não diferia muito do que fora nos três séculos anteriores. A estrutura econômica, baseada principalmente no trabalho escravo, se mantivera imutável nas etapas de expansão e decadência. A ausência de tensões internas, resultante dessa imutabilidade, é responsável pelo atraso relativo da industrialização (FURTADO, 2005, p. 48).

Cervo e Bueno (2002) trazem à luz, ainda, o abandono das metas de industrialização pelos homens de Estado, por se conformarem com a posição confortável na qual se encontravam:

O declínio deve ser analisado à luz de duas categorias de fatores, que agiam sobre as decisões de Estado, no que diz respeito à função da variável externa: a) a vontade de inovar cedeu diante da percepção segundo a qual a situação interna era suficientemente confortável e aconselhava não arriscar mudanças profundas; b) a alienação das elites políticas em ideologias desviantes (CERVO; BUENO, 2002, p. 74).

Em complemento, Luz (1978) denunciava que, atraídos pelo apoio do governo, indivíduos abriam empresas sem planejamento e objetivos sólidos, empresas fictícias que logo fechavam suas portas, o que manifesta uma falta de responsabilidade coletiva por parte de indivíduos brasileiros na época. Além disso, a sociedade brasileira possuía ainda uma mentalidade muito conservadora, e aqueles que se arriscavam no espírito industrialista eram

grandes aventureiros. Em sua obra, a autora traz a passagem de Borja Castro<sup>4</sup>, que denunciava que os empecilhos na industrialização do Brasil nada tinham a ver com seu clima ou seu solo, mas com questões sociais e de estágio de desenvolvimento do país (LUZ, 1978).

Ausência de capitais, dificuldades de mão-de-obra qualificada, concorrência de empreendimentos mais lucrativos, ambiente de desconfiança, proteção inadequada, enfim todo um conjunto de fatores levou ao esmorecimento o impulso industrial, de tão curta duração, dos meados do século XIX (LUZ, 1978 p. 39).

Ademais, se no período imediato após a implementação da Tarifa Alves Branco houve uma predominância do pensamento protecionista de promoção à indústria nacional, este não perdurou por muito tempo. Em meados do século XIX, surge a ascensão do pensamento liberal no Brasil (BARBOSA, 2014).

Se, a princípio, foram os interesses britânicos o grande obstáculo ao estabelecimento de um protecionismo alfandegário, a partir dos meados do século XIX, os seus maiores adversários foram, dentro do próprio país, as hostes liberais cujas doutrinas eram tão convenientes aos interesses da lavoura monocultora que, juntamente com a organização comercial que apoiava, dirigiam, então, os destinos do Império (LUZ, 1978, p. 51).

Estrutura político-social escravocrata, altos interesses na economia agrária, falta de espírito inovador por parte dos cidadãos, falta de capitais, ausência de mão de obra capacitada, ausência de máquinas, ausência de mercado consumidor, barreiras de transporte, barreiras cambiais e fiscais, altos juros e indisposição à tomada de riscos podem ser apontados como grandes fatores que fizeram com que o Brasil não estivesse preparado para ser industrializado e, portanto, com que a Tarifa Alves Branco não fosse suficiente para promover tal feito. Soma-se a isso o resultado que o embate de interesses protecionistas *versus* liberais trouxe à baila (BARBOSA, 2014; CERVO; BUENO, 2002). Essa divisão de opiniões acabou por acarretar uma falta de coerência e de continuidade nas políticas. As medidas tomadas não eram nem liberais o suficiente para assegurar a ocorrência do livre comércio, nem protecionistas o suficiente para proteger e alavancar a indústria nacional. Havia muitas dúvidas e hesitações nesse contexto, fazendo com que não houvesse um plano de política externa claro e delineado. Assim, o dilema entre satisfazer os interesses da lavoura ou promover a industrialização do país fez com que políticas protecionistas efetivamente agressivas não fossem tomadas (BARBOSA, 2014; CERVO; BUENO, 2002).

---

<sup>4</sup> Ver BORJA CASTRO, A. V. de. "Relatório", In: SOUZA REGO, A. J. de. **Relatório da Segunda Exposição Nacional de 1866**. Rio de Janeiro, 1869.

Deste modo, mesmo que a Tarifa Alves Branco tivesse sido uma vitória para o lado dos protecionistas, ela não perdurou por muito tempo. Em 1857, a tarifa de 1844 foi reformada, prejudicando qualquer efeito a longo prazo que ela pudesse ter tido em termos de proteção. Conseqüentemente, a proposta de uma industrialização surgida em 1844 foi perdendo força. Assim, o crescimento de alguns setores industriais, que ocorreu em meados do século XIX, pode ser considerado mais um reflexo de um crescimento econômico brasileiro que ocorria no momento do que propriamente resultado de uma política protecionista eficaz (BARBOSA, 2014; CERVO; BUENO, 2002).

## 2.2 PERÍODO ENTREGUERRAS 1918-1939

No intervalo compreendido entre as duas guerras mundiais, a economia brasileira era pautada por intensas exportações de produtos básicos, tais como alimentos e minério, com destaque para o café. Em contrapartida, um intenso fluxo de importações de bens de maior valor agregado – fornecidos principalmente pelas nações europeias – abastecia o mercado brasileiro daqueles gêneros que o país não detinha vantagem competitiva para produzir (MERENDA, 2002; SIMONSEN, 1973). Com o advento da Primeira Guerra Mundial, as principais nações europeias voltaram seus esforços para o conflito bélico, e empregaram sua mão-de-obra no desenvolvimento de armas e de produtos que atendessem às demandas internas que emergiram com o conflito. O Brasil, país de diplomacia caracteristicamente não belicosa, esteve em grande parte alheio ao conflito mundial, passando por um processo de isolamento (MERENDA, 2002; SIMONSEN, 1973).

Com o término da Primeira Guerra Mundial, e com a previsão de eclosão de um novo conflito, o sistema liberal se encontrava em crise. Dissolviam-se as crenças de que o liberalismo utópico era o caminho a ser seguido e abria-se espaço para iniciativas desenvolvimentistas. Esta crise política mundial dava espaço para a ascensão de movimentos extremistas, a exemplo do comunismo e do fascismo. Neste contexto de polarização e de tensões que gerariam o segundo conflito, o Brasil buscava se manter neutro (BARRETO, 2001; CERVO; BUENO, 2002). Um exemplo da posição de neutralidade brasileira foi a política de barganha comercial que o Brasil mantinha nas suas relações com os Estados Unidos e com a Alemanha. Durante o período analisado, o Brasil passou do rompimento de relações com a Alemanha – após o navio Paraná ser torpedeado – e da aproximação com os Estados Unidos, durante a gestão de Nilo Peçanha, para o reestabelecimento das relações teuto-brasileiras na gestão de Azevedo Marques. Em 1938, durante a gestão de Oswaldo Aranha, devido à estratégia de comércio compensado, as relações entre o Brasil e a Alemanha



havia se intensificado de tal forma que o país germânico chegou a substituir os Estados Unidos como principal fornecedor do Brasil, e se tornou o segundo principal importador dos produtos brasileiros. Todavia, em meados também de 1938, a ocorrência de uma crise diplomática entre Rio de Janeiro e Berlim fez com que as relações diplomáticas entre os Estados Unidos e o Itamaraty se intensificassem novamente. Foi neste movimento oscilatório que se deram as relações do Brasil com Estados Unidos e Alemanha no período analisado, em um movimento de barganha que o historiador Gerson Moura denominou de “equidistância pragmática” (BARRETO, 2001; CERVO; BUENO, 2002; NEVES, 2016, p. 12).

Extremamente imersas no contexto conflituoso em que se encontravam, as principais nações europeias que costumavam abastecer o mercado brasileiro redirecionaram seus recursos materiais e humanos para a fabricação de materiais bélicos a serem usados no conflito. Somado a isso, os grandes riscos de a navegação transatlântica enfrentar submarinos fizeram com que as nações europeias diminuíssem suas exportações para o Brasil. Em paralelo, o Brasil enfrentava uma crise cambial no período, o que gerava escassez de divisas e fazia com que o país não possuísse mais poder aquisitivo para obter seus bens do exterior. Nesse contexto, em que seus fornecedores não conseguiam mais o atender, e seu poder aquisitivo em moeda estrangeira diminuía, o Brasil precisaria produzir aqueles gêneros que antes costumava importar (MERENDA, 2002; SIMONSEN, 1973; LIMA, 1970; NORMANO, 1939).

A nossa indústria surgiu, pois, precipuamente, em suas múltiplas manifestações, das necessidades do consumo, que não se podia abastecer no exterior dadas as deficiências do nosso poder aquisitivo externo (SIMONSEN, 1973, p. 22-24).

Inicia-se, nesse contexto de entreguerras, mais um momento de tentativa de industrialização brasileira – ou *modernização*, terminologia empregada por muitos autores. Surgem novas indústrias brasileiras nos mais variados setores, contando, nesse momento, com a vantagem de baixa concorrência com os produtos estrangeiros. Todavia, a política brasileira do momento não dispunha de estrutura voltada ao protecionismo da indústria (MERENDA, 2002; NORMANO, 1939).

Além de o Brasil se encontrar desamparado por seus principais fornecedores estrangeiros, e de enfrentar uma crise cambial que diminuía seu poder aquisitivo com as potências desenvolvidas, a chegada da crise de 1929 também não poupou o país. A crise implicou uma grande instabilidade do setor agrícola e, principalmente, da cafeicultura,

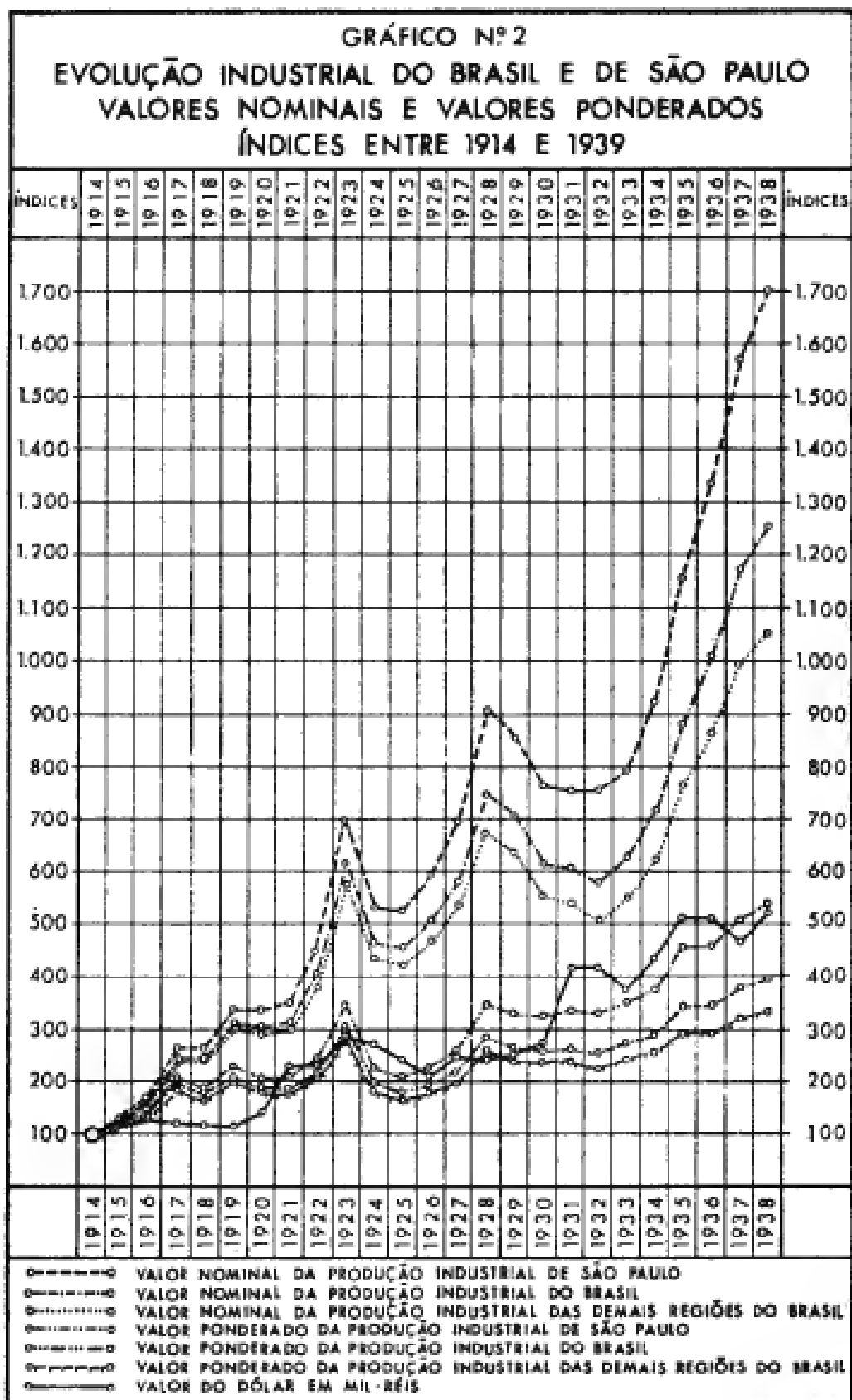
reforçando ainda mais a necessidade de uma industrialização brasileira (MERENDA, 2002; CANO 2015; FRITSCH, 2014).

A crise do café, direcionou os investimentos dos recursos que até então eram destinados ao setor agrícola, para o setor industrial. Tudo isso, graças as baixas expectativas de crescimento da cafeicultura (MERENDA, 2002, p. 235).

Ao passo que pressionava a realocação dos recursos – antes investidos na agricultura e agora na indústria -, a crise de 1929 também foi importante à medida que gerou uma depressão norte-americana muito forte, enfraquecendo aquele que era, até então, um de nossos principais concorrentes na produção de bens de consumo. O governo brasileiro, nesse contexto, tentava conseguir empréstimos para financiamento da indústria a partir das grandes potências, especialmente dos Estados Unidos e da Alemanha. (MERENDA, 2002).

De acordo com a obra de Lima (1970, p. 320), alguns elementos como “[...] energia abundante e barata [...], aparelhamento moderno e de preços relativamente baixos, mercado de certa importância e melhores meios de transportes, pela construção de ferrovias e rodovias, abundante mão-de-obra não absorvida pelas fazendas, então em regime de superprodução” criaram, no século XX, um contexto favorável ao desenvolvimento de determinadas regiões no Brasil. Simonsen (1973), em seu livro *Evolução Industrial do Brasil e outros estudos*, estima que o crescimento industrial do período de 1919 a 1938 – que se deu principalmente em São Paulo – foi da ordem de 80%: “Em papel moeda, a produção industrial do Brasil quase quadruplicou nos últimos 19 anos” (Ibidem, p. 21). Simonsen (1973) traz ainda um gráfico, de números aproximados, sobre a evolução industrial do Brasil entre o período de 1914 a 1938, conforme apresenta a Figura 1. Como observado, de maneira geral, o Brasil teve uma expansão bastante relevante de sua produção industrial no período aqui analisado. Todavia, essa expansão não se deu de maneira contínua e fluida, mas repleta de sinuosidades. Por volta de 1923, houve uma diminuição desse crescimento industrial devido à destruição de capitais, ao empobrecimento dos nossos mercados, à geadas de 1918, às incertezas de nossa orientação política monetária, e ao regresso à nova expansão cafeeira. Com a eclosão da crise de 1929, há um novo declínio e, em 1934, há um novo impulso industrial causado pelo aumento contínuo do meio circulante e a contínua baixa de nosso poder aquisitivo no exterior. E assim segue o processo de modernização brasileira, evoluindo em efeito de ziguezague.

Figura 1 – Gráfico da Evolução industrial do Brasil e de São Paulo entre 1914 e 1939 presente no trabalho de Simonsen (1973).



Mas então, o que houve com esse crescimento industrial do período entreguerras?

Simonsen (1973) destaca que:

Sem entrar em considerações de ordem política, devemos acentuar que a deficiência de capitais, a ausência de indústrias básicas e a falta de combustíveis tem embaraçado sobretudo a nossa evolução industrial (SIMONSEN, 1973, p. 21).

Ainda que os dados mostrem que houve, de fato, nesse período um intenso crescimento da produção industrial, ele foi muito mais de cunho quantitativo do que qualitativo, aumentando a produção industrial de itens de consumo imediato, tais como alimentos e vestuário cuja produção engloba baixa tecnologia e valor agregado (SIMONSEN, 1973; NORMANO, 1939, ABREU, 2014).

A evidência indica diversificação dos investimentos em benefício dos gêneros industriais produtores de bens intermediários, sendo, contudo, pouco convincente quanto à importância dos investimentos nos gêneros produtores de bens de capital (ABREU, 2014, p. 89).

Ainda em Simonsen (1973), o autor traz dados sobre a qualificação da pauta industrial paulista em meados de 1938, conforme esboçado na Figura 2.

Figura 2 – Tabela da qualificação da pauta industrial paulista em meados de 1938 presente no trabalho de Simonsen (1973).

— Indústrias têxteis .....	24 %
— Produtos de alimentação .....	22 %
— Preparação de metais, fabricação de máquinas, aparelhos e instrumentos .....	13 %
— Vestuários, artigos de fios e tecidos, objetos para toucador .....	10 %
— Produtos químicos .....	10 %
— Papel, papelão e artes gráficas .....	4,5%
— Madeiras, serrarias, móveis e artefatos .....	3,0%
— Materiais de construção .....	2,5%
— Cerâmica (louças, vidros e cristais) .....	2,4%
— Couros e peles .....	1,8%
— Diversos .....	6,8%

Fonte: Simonsen (1973, p. 29).

É possível evidenciar a predominância de produtos de consumo imediato na distribuição dos gêneros do maior parque industrial do Brasil, isto é, São Paulo. É gritante a falta de produtos da indústria pesada e básica (SIMONSEN, 1973).

Lima (1970) complementa:

[...] nossos produtos industriais nem sempre ofereciam padrões dos mais elevados, de modo que seu consumo atingia somente às necessidades das camadas populares, ficando a parte do luxo e a mais exigente para ser atendida pelas importações estrangeiras (LIMA, 1970, p. 345).

É importante notarmos que esse movimento de industrialização brasileira não foi um esforço premeditado do governo, mas foi oriundo de forças externas e de fatores indiretos que não davam ao Brasil outra opção senão a produção interna daquilo que não conseguia mais obter no exterior. Esse processo de substituição de importações se caracterizava como um processo fechado, gradual e induzido por estrangulamentos externos. Simonsen (1973) aponta ainda que a ausência de capitais e de uma política de governo incisiva em matéria de modernização são alguns dos motivos pelos quais nossa pauta de industrialização se mantém predominada por produtos de consumo imediato (SIMONSEN, 1973).

As indústrias pesadas e de base não se podem, porém, formar, com facilidade, sem a existência de capitais suficientes e sem a adoção de uma política econômica governamental definida e segura, dentro da qual estejam claramente delineadas as normas da política industrial. O nosso parque de indústrias de transformação já é importante. A implantação de indústrias básicas permitiria um barateamento considerável de inúmeros artigos de consumo e a maior divulgação do emprego da máquina, ainda tão deficiente e precária no Brasil (SIMONSEN, 1973, p. 30).

Em complemento, Lima (1970) nos relembra a passagem de Fernando Henrique Cardoso (1960), que nos diz que só é possível aproveitar esse contexto gerado pela guerra obtendo alguns pré-requisitos:

Isto significa que o processo de industrialização em qualquer região supõe, como pré-requisito, a existência de certo grau de desenvolvimento capitalista, e, mais especificamente, supõe a preexistência de uma economia mercantil e, correlatamente, um grau de desenvolvimento social do trabalho (LIMA, 1970, p. 330).

Ao discorrer sobre as problemáticas que impediram um maior avanço do parque industrial brasileiro, Lima (1970) destaca três pontos: a excessiva concentração geográfica, que fazia com que a maioria dos estabelecimentos industriais estivesse concentrada em São Paulo e Guanabara; a predominância dos bens de consumo; e a elevada participação de

atividades artesanais na economia, em detrimento dos processos padronizados realizados nas fábricas. Lima (1970) explica:

Contudo, apesar dêste progresso verificado, nosso parque industrial padecia ainda de graves insuficiências. A primeira é a excessiva concentração geográfica, pois, sôbre um total de 13.569 estabelecimentos existentes no país em 1920, 4.157 localizavam-se em São Paulo e 1.541 na Guanabara, ou seja, cêrca de metade nestes dois estados ùnicamente. Disso decorria um afastamento muito grande dos centros produtores das várias zonas de consumo, requerendo transportes dispendiosos, o que encarecia os produtos. Os benefícios da economia capitalista, dessa forma, só muito fracamente atingiam as várias regiões do país. Uma segunda característica residia na predominância absoluta dos bens de consumo, como atividades têxteis, bebidas, fumo, calçados, chapéus, conservas, velas, etc. A terceira deficiência a assinalar refere-se ao pêsso muito grande das atividades artesanais, sôbre as fábricas, pròpriamente ditas. Nessas condições, se excluirmos os estabelecimentos têxteis, os frigoríficos e algumas fábricas de bebidas e calçados, o grosso da produção se fazia em padarias, alfaiatarias, confeitarias, olarias, carpintarias, ferrarias, vidrarias, etc., ou seja, em pequenas oficinas e por meio de artífices especializados (LIMA, 1970, p. 330-331).

Furtado (2005) também trata sobre a excessiva concentração geográfica do parque industrial brasileiro:

O processo de industrialização começou no Brasil concomitantemente em quase todas as regiões. Foi no Nordeste que se instalaram, após a reforma tarifária de 1844, as primeiras manufaturas têxteis modernas e ainda em 1910 o número de operários têxteis dessa região se assemelhava ao de São Paulo. Entretanto, superada a primeira etapa de ensaios, o processo de industrialização tendeu naturalmente a concentrar-se numa região. A etapa decisiva de concentração ocorreu, aparentemente, durante a Primeira Guerra Mundial, época em que teve lugar a primeira fase de aceleração do desenvolvimento industrial. O censo de 1920 já indica que 29,1 por cento dos operários industriais estavam concentrados no estado de São Paulo. (FURTADO, 2005, p. 234).

Luz (1978) assinala que a Primeira Guerra trouxe, além de todos os impactos supracitados, a consciência de que o Brasil precisava explorar a indústria siderúrgica.

Os efeitos da guerra sobre a economia brasileira forçaram, entretanto, o governo a encarar com mais urgência o problema das indústrias básicas, levando-o a não hesitar mesmo diante da concessão de favores considerados como uma intervenção direta do estado na esfera econômica (LUZ, 1978, p. 197).

Ainda, Lima (1970) traz a passagem de Getúlio Vargas (1938), a qual reforçava a necessidade de investimento na indústria siderúrgica:

Muito teremos feito dentro de breve tempo se conseguirmos libertar-nos da importação de artefatos de ferro, produzindo o indispensável ao abastecimento do

país. Nacionalizando a indústria siderúrgica, daremos um grande passo na escalada ao alto destino que nos aguarda<sup>5</sup> (LIMA, 1970, p. 335).

Além das dificuldades de capitais e da falta de uma política governamental alinhada, a indústria brasileira também enfrentava uma grande resistência sociocultural, encabeçada por grupos de interesse, como o autor aponta na passagem:

[...] a estrutura política do país, favorecendo a permanência dos grupos ligados aos interesses agrários-exportadores nas posições de liderança, dificultava a ascensão dos elementos representativos das novas forças em progresso e mais capacitados para captar a nova realidade. Explica-se, assim, que uma autêntica política de desenvolvimento, apoiada na industrialização, encontrasse enormes dificuldades para abrir caminho contra a persistência das velhas ideologias que prevaleciam nas esferas dirigentes do país (LIMA, 1970, p. 408).

As investidas contra a indústria também são apontadas por Luz (1978), que levanta a pauta de que a crescente presença de imigrantes no Brasil no período deu uma característica nacionalista e xenófoba ao movimento que se opunha à industrialização.

Na realidade era oposição entre a lavoura e a indústria que se evidenciava, oposição que tomava acentos amargos [...] A participação cada vez maior do imigrante estrangeiro na industrialização de São Paulo contribuía, assim, para que a hostilidade para com a indústria nacional adquirisse uma feição nacionalista, xenófoba mesmo (LUZ, 1978, p. 157).

Muitos integrantes da opinião pública, principalmente os da lavoura, não percebiam as iniciativas industrialistas com benevolência. Eles eram contra as medidas protecionistas por considerarem uma espécie de privilégio que beneficiaria certas classes. Além da lavoura, boa parte da população urbana também se posicionava contra a industrialização nacional, por considerá-la responsável pelo aumento no custo de vida. Ademais, há de se considerar o descontentamento dos consumidores que, de acordo com Luz (1978), “[...] arcavam com o peso de um processo de industrialização dispendioso, que compravam, por alto preço e baixa qualidade, artigos que podiam importar melhor e mais barato” (Ibidem, p. 208).

[...] essa instabilidade econômica cria na mente do empreendedor o desejo e a procura de lucros extraordinários, o que igualmente o prejudica perante a massa consumidora. Confrontado por essas duas forças antagônicas – o produtor industrial, elemento de enriquecimento do país, e o consumidor sacrificado ao desenvolvimento industrial – vacila o governo nas medidas a adotar e a sua hesitação contribui para agravar ainda mais a instabilidade econômica. Debate-se, assim, o país num círculo vicioso que é apenas um aspecto da complexidade dos seus problemas (LUZ, 1978, p. 209-210).

---

<sup>5</sup> VARGAS, G. **A nova política do Brasil**. São Paulo: Editora José Olympio, 1938. p. 100-101.

Cano (2015) reforça as dificuldades de se dar continuidade ao processo de industrialização, que se iniciou neste período:

No início, o processo de industrialização foi mais facilitado pela existência de grande capacidade ociosa industrial. Depois, à medida que essa capacidade se esgotava, e que a implantação de novas plantas em novos segmentos exercia altas pressões sobre as importações, os problemas também cresceram. Não só os de caráter financeiro e cambial, mas também os de caráter da administração pública, do planejamento e da inflação (CANO, 2015, p. 448).

Lima (1973) critica o fato de a nossa industrialização ter ocorrido unicamente com a finalidade de substituir importações que não conseguíamos mais obter, ou seja, como uma medida paliativa para um problema, e não como uma política de governo centrada no desenvolvimento do país. Nesse contexto, o autor aponta algumas peculiaridades resultantes do processo de modernização brasileiro, tais como a falta de orientação política, a ausência de infraestrutura forte e a “[...] concentração em atividades menos ‘essenciais’, procurando atender a satisfação dos produtos de maiores dificuldades de importação, que eram justamente os de menor essencialidade, porque eram também os produtos de maior lucratividade, pois se destinavam ao consumo de uma elite de elevado padrão de vida” (Ibidem, p. 409).

Tudo isso, naturalmente, ocorreu porque a nossa industrialização não seguiu os moldes clássicos, ou seja, a da passagem gradual de uma economia artesanal para um sistema capitalista, mas devia preencher um vazio criado pela economia de exportação, apoiado em mercado previamente estabelecido, fundamentalmente destinado a substituir importações (LIMA, 1973, p. 409).

Furtado (1974) também compartilha da opinião crítica ao processo de industrialização através da substituição de importações, entendido por ele como processo específico das economias subdesenvolvidas:

Não é minha intenção abordar aqui, em detalhe, o problema da especificidade dessa industrialização fundada na chamada “substituição de importações”; limitar-me-ei a assinalar que ela tende a reproduzir em miniatura sistemas industriais apoiados em um processo muito mais amplo de acumulação de capital. Na prática essa miniaturização assume a forma de instalação no país em questão de uma série de subsidiárias de empresas dos países cênicos, o que reforça a tendência para reprodução de padrões de consumo de sociedades de muito mais elevado nível de renda média (FURTADO, 1974, p. 25-26).

Luz (1978) nos mostra que, apesar das disposições favoráveis e do salto industrial ocorrido no período entreguerras, a administração pública foi incapaz de organizar uma tarifa



alfandegária que garantisse crescimento e vida longa às indústrias que nasceram no período. A autora nos traz ainda as reflexões de Werneck (1919)<sup>6</sup> acerca das lamentações da incapacidade do governo, com relação ao que poderia ter se mantido como um avanço industrial no Brasil. Nesse sentido, o avanço industrial no país se limitou “[...] a promissores ensaios, e instalações modestas, muitas indústrias que podiam ter nascido pujante e aparelhadas para todas as necessidades” (WERNECK, 1919 apud LUZ, 1978, p. 202).

### 2.3 DÉCADA DE 1970

Exclusiva ao Brasil ou de maneira sistêmica, a década de 1970 é caracterizada por diversas mudanças no cenário econômico e político. O Sistema Internacional enfrenta, no período, dois choques do petróleo que afetam diretamente as nações em tema de energia. Ademais, ocorre nessa década a primeira conferência internacional para o meio ambiente em Estocolmo, em 1972, e é a primeira vez que se elabora um documento que relaciona os aspectos da natureza com os aspectos humanos. A partir de então, a ONU desenvolve uma secretaria para tratar de assuntos sobre meio ambiente, e essa pauta se torna presente nos diálogos do sistema internacional (LAGO, 2014; HERMANN, 2011; FRANÇA; 2010). No Brasil, o período é iniciado no contexto do “milagre econômico”, que se estendeu de 1968 até 1973 (LAGO, 2014, p. 213). O conhecido ‘milagre econômico’ brasileiro caracteriza-se por ter sido um momento de grande prosperidade econômica do país, que contou com a elevação das taxas do Produto Interno Bruto (PIB) – crescimento da taxa média de 11,2% -, a redução das taxas de inflação, a forte entrada de capital estrangeiro no país, a melhora no balanço de pagamentos, e altos investimentos do governo em diversos setores como indústria, telecomunicações, energia, siderurgia, etc. (LAGO, 2014). A proporção dos efeitos do ‘milagre econômico’ foi muito grande, o que fez com que o Brasil adquirisse grande prestígio internacional durante a gestão dos governos militares – por vezes, isso foi usado como estratégia para contornar as barbáries cometidas durante a ditadura (LAGO, 2014; HERMANN, 2011).

Foi nesse contexto de prosperidade econômica que o Brasil iniciou a década de 1970. O setor de bens de consumo cresceu cerca de 11,9% no período, e o produto industrial cresceu 14,3% entre 1971 e 1973 (LAGO, 2014). O Conselho de Desenvolvimento Industrial (CDI) coordenava a política industrial desde 1964 e concedia, quase que de maneira indiscriminada, créditos e incentivos a projetos. Houve, no período, um considerável aumento da participação

---

<sup>6</sup> WERNECK, A. **Tarifas e Finanças**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Ministério da Fazenda, 1919. p. 7-12.

brasileira no comércio mundial, e a criação em alta intensidade de empresas públicas no país. As exportações mantinham desempenho favorável, principalmente no que diz respeito ao crescimento da participação de produtos manufaturados no total dos produtos exportados durante o período do ‘milagre’ – crescimento da ordem de 639% (HERMANN, 2011). Entretanto, Lago (2014) destaca que, embora os coeficientes de abertura de mercado tenham aumentado no período de 1968 a 1973 – maior volume de importações e de exportações -, esses mesmos coeficientes, em termos mundiais, ainda eram baixos.

Quanto aos parceiros comerciais do Brasil no período, destaca-se o crescimento da participação europeia em detrimento dos Estados Unidos como maior comprador de produtos brasileiros, e o aumento da participação japonesa nas exportações brasileiras. A participação dos Estados Unidos nos investimentos estrangeiros no Brasil caiu de 48% para 38%, a participação da Europa aumentou de 31% para 43%, e a Japonesa, de 3% para 11% no período de 1969 a 1976 (LESSA, 1978).

Embora o período tenha contado com a diversificação dos mercados destinados às exportações brasileiras, Lago (2014) explica que essa diversificação não foi acompanhada pelas importações. Esse fator fez com que o Brasil permanecesse dependente de alguns poucos fornecedores para suprir suas demandas de matérias-primas, insumos e equipamentos (LAGO, 2014).

[...] Os objetivos da Concex, citados anteriormente, foram em grande medida alcançados, observando-se inclusive certa diversificação dos mercados externos do país e uma maior abertura para o exterior. No caso das importações, porém, essa diversificação não ocorreu, em virtude da composição da pauta, centrada em matérias-primas, insumos e equipamentos (LAGO, 2014, p. 231).

É importante considerar que esse cenário de prosperidade econômica gerado pelo ‘milagre’ não beneficiou a todos. Um efeito colateral do período foi o movimento de intensificação das desigualdades sociais, como explanado por Lago (2014) na passagem:

Diante do indubitável sucesso da política econômica em termos de promoção do crescimento econômico, e de um inegável salto quantitativo e qualitativo da economia brasileira no período 1967-1973, resta avaliar brevemente o impacto social da política econômica no período. Parece claro que os trabalhadores, de maneira geral, não se beneficiaram do crescimento da renda real do país de forma proporcional à sua evolução (LAGO, 2014, p. 239).

Hermann (2011) reforça essa ideia ao afirmar que a política econômica vigente durante o ‘milagre econômico’ foi “[...] favorável aos lucros, em detrimento dos salários” (Ibidem, p. 50). Ainda, a autora destaca que o ‘milagre’ “[...] no campo das contas externas só

foi possível porque o ingresso de capital no país elevou-se acentuadamente: a dívida externa bruta brasileira saltou de US\$ 3,4 bilhões para US\$ 14,9 bilhões no período” (HERMANN, 2011, p. 68).

As vantagens que o período do ‘milagre’ transmitiu à gestão posterior, de Ernesto Geisel, são claras. Todavia, junto delas, emanou uma série de problemas como os efeitos da correção monetária nos preços, a elevação da desigualdade social e o aumento da dependência externa em setores específicos – além das deficiências no setor financeiro, que deixou o país acostumado com o fácil acesso a capital estrangeiro e levou ao endividamento externo (HERMANN, 2011).

Passadas as euforias geradas pelo ‘milagre’, eclode em 1973 a crise do petróleo, fazendo com que o preço do petróleo deslanchasse em um marco de 400%, em um período em que o Brasil ainda era extremamente dependente do petróleo importado, colocando em xeque os riscos dessa elevada dependência externa (NUNES, 2016). O país demandava muitas matérias-primas e bens intermediários que não produzia internamente. Enquanto isso, no cenário internacional, o preço desses bens só aumentava (NETTO, 2014; HERMANN, 2011). Ao fim do ‘milagre’, é possível perceber que o Brasil “[...] tinha um setor de bens de consumo duráveis superdimensionado, ao lado de setores de bens de capital, intermediários e de infraestrutura carentes de investimentos e de modernização” (FONSECA; SALOMÃO, 2017, p. 100).

O crescimento do período de 1968-73 foi também acompanhado de aumento da dependência estrutural da economia brasileira com relação ao petróleo, cuja participação no consumo total de energia primária elevou-se de 34% em 1971 (primeiro dado disponível) para 40% em 1973.

Em suma, a estrutura produtiva da economia brasileira a partir do “milagre” contava com uma capacidade de produção permanentemente ampliada no setor de bens de consumo duráveis. Contudo, sua efetiva utilização dali em diante implicava uma demanda por bens de capital e petróleo que não podia ser atendida pelo parque industrial brasileiro. Consequentemente, o crescimento da economia tornou-se mais dependente da capacidade de importar (bens de capital e petróleo) do país (HERMANN, 2011, p. 75).

A partir da crise do petróleo, o presidente Ernesto Geisel, ao assumir a gestão, determina a implantação do II Plano Nacional de Desenvolvimento (PND), e opta por solucionar a crise através do financiamento e endividamento externo. Como forma de superação da crise energética, o Brasil buscou suprir essa escassez de autossuficiência através da substituição de importações, priorizando a indústria de base desta vez. Como estratégia complementar, o país buscou aumentar sua produção de petróleo e diversificar seus

fornecedores (NETTO, 2014; FONSECA; SALOMÃO, 2017). Os novos investimentos e esforços adotados a partir do segundo PND eram dirigidos justamente

[...] aos setores, identificados, em 1974, como os grandes ‘pontos de estrangulamento’ que explicavam a restrição estrutural e externa ao crescimento da economia brasileira: infraestrutura, bens de produção (capital e insumos), energia e exportação (HERMANN, 2011, p. 80).

O II PND buscava, em um movimento único, superar duas questões: a nova variável da crise externa, e o problema do subdesenvolvimento, já antes presente na estrutura brasileira (CASTRO; SOUZA, 1985). Geisel possuía ainda uma necessidade política de manter o crescimento econômico observado no período do ‘milagre’ para reafirmar a “continuidade da Revolução” e para atender às expectativas da sociedade (SPENGLER, 2015, p. 73).

Com a eclosão da crise internacional, a política externa do governo Geisel se voltou ao objetivo do projeto de desenvolvimento. A PEX do quarto governo militar e sua chancelaria estavam alinhadas com o método do “pragmatismo responsável” (CERVO; BUENO, 2002, p. 386). Os objetivos brasileiros eram buscados através do universalismo e da boa convivência, sem alinhamentos ideológicos, respeitando os princípios da tolerância – religiosa, racial, etc. Os objetivos de consolidação da indústria de base do período Geisel foram buscados basicamente com o apoio do capital monopolista do Estado. Todavia, a diplomacia brasileira no período transitou do otimismo a uma profunda decepção (CERVO; BUENO, 2002).

As relações entre o Brasil e os Estados Unidos seguiram a tendência de afastamento já observada no período do ‘milagre econômico’. As visões de mundo e os objetivos almejados pelos dois países começavam a divergir diametralmente, e a ideia do desenvolvimento brasileiro parecia prejudicial à potência norte-americana. Os países estavam em posições frequentemente opostas. Em 1974, Os Estados Unidos decidem interromper o envio de urânio para a usina de Angra, comprometendo ainda mais a relação entre os dois países e agravando a situação de dependência energética brasileira. Em 1975, o Brasil firmou então um acordo nuclear com a Alemanha, na tentativa de buscar na Europa mais um fornecedor de energia que permitisse a transferência e absorção da tecnologia nuclear. Na mesma década, o Brasil passa a se solidarizar politicamente com a África, e abandona o alinhamento automático a Portugal, inaugurando uma política externa para a África. A cooperação sul-sul começou a se intensificar no sentido de complementar as relações norte-sul e de dirigir mais um passo ao universalismo (CERVO; BUENO, 2002).

O anúncio do segundo PND e das medidas para consolidação e crescimento do setor industrial criou um ambiente de sinergias entre o Estado e a Associação Brasileira para o Desenvolvimento da Indústria de Base (ABDIB). Eleita na época pelo empresariado como a associação que melhor representava o setor, em 1974, a ABDIB já contava com 89 empresas associadas. A relação entre Estado e empresariado foi intensificada após o golpe militar e, logo, empresários brasileiros ocuparam cargos no governo. Brandão (2007) considera que

[..] o relacionamento entre a ABDIB e o Governo Geisel pode ser dividido em três fases distintas. A primeira fase compreende o ano de 1974 e seria marcada pelo anúncio de importantes medidas para o setor [...] A segunda fase, situada entre 1975 e 1976, marca o início de uma posição mais crítica assumida pela ABDIB em relação ao governo [...] A terceira fase, por fim, compreendida entre os anos de 1977 e 1978, é caracterizada pela intensificação das críticas ao governo [...] especialmente após o anúncio do corte de investimentos em infra-estrutura e da revisão das metas do II PND, e que culmina com a divulgação, em 1978, do “Documento das Oito”, assinado por empresários do setor de bens de capital, caracterizando a ruptura da aliança entre ABDIB – Governo Geisel [...] (BRANDÃO, 2007, p. 10).

Assim, no período, houve uma grande sucessão de conflitos no relacionamento entre o Estado e a iniciativa privada. Foi um momento de fratura entre o empresariado e o regime autoritário (CASTRO; SOUZA, 1985; LESSA, 1978). Lessa (1978) afirma que a revolta do setor privado não advém de um descontentamento com a excessiva presença estatal, mas sim, da insuficiência dessa ‘empresa estatal’ em demonstrar autonomia em suas decisões e se mostrar presente quando necessário.

Cláudio Bardella, presidente da ABDIB na ocasião, durante o VI Congresso internacional de Executivos Financeiros, no Rio de Janeiro, fez uma forte crítica ao governo federal que, ao mesmo passo que orientava que a compra de equipamentos e materiais das empresas estatais fosse realizada com empresas privadas nacionais, em vez de exportados, também continuava comprando no exterior – enquanto responsável pela compra de insumos de várias empresas estatais. Ou seja, contrariava suas próprias orientações (BRANDÃO, 2007). Lessa (1978) traz uma passagem de Bardella que complementa a denúncia: “Num dia o governo federal defende a indústria nacional, no outro, importa um terminal açucareiro da França” (Ibidem, p. 57). Bardella atribui este fato a um certo estado de subdesenvolvimento mental brasileiro:

Ao apontar os problemas que afetam o setor Bardella foi incisivo: “o primeiro deles é um problema subjetivo que caracteriza um certo estado de sub-desenvolvimento mental e que pode ser expressado por uma frase: o que é estrangeiro é melhor”. A crítica é feita diretamente aos executivos de empresas estatais que, contrariando as

orientações do governo federal para que as compras de equipamentos e materiais sejam feitas com as empresas privadas nacionais, continuam comprando no exterior.

Outro problema apontado por Bardella refere-se aos financiamentos externos para a realização dos projetos de infra-estrutura do II PND. Os financiamentos, muitas vezes, estavam vinculados à compra de máquinas e equipamentos dos países financiadores, relegando a indústria brasileira a uma posição secundária (BRANDÃO, 2007, p. 16-17).

Após o descontentamento da iniciativa privada em relação ao governo, o governo federal se esforça para contornar a situação – a exemplo da Resolução nº 09, ao estabelecer algumas determinações em favor da indústria nacional. Mas, no mesmo ano, essas tentativas seriam frustradas por mais contradições do governo (BRANDÃO, 2007). O descontentamento do empresariado e, mais especificamente, da ABDIB só aumentava e, no boletim de agosto de 1977, as frustrações são evidentes:

Segundo a matéria publicada no boletim da ABDIB, a ausência de diretrizes superiores que determinassem os rumos a serem seguidos pela política industrial seria responsável pela situação do setor que se via frustrado em suas expectativas: vários fabricantes produzindo os mesmos tipos de equipamentos, ausência de uma reserva de mercado para produtos nacionais, concorrência com empresas multinacionais acarretando uma desnacionalização do setor, entre outras (BRANDÃO, 2007, p. 18).

Hermann (2011) denuncia que, paradoxalmente, “[...] o período de 1974-78 marca o auge e o esgotamento do modelo de crescimento vigente no país desde os anos 1950, isto é, do modelo de industrialização por substituição de importações [...]” (HERMANN, 2011, p. 74). Frente à crise, Castro e Souza (1985) alegam que o Brasil tinha duas opções de resposta: o financiamento ou o ajustamento – a opção tomada pelo governo foi a do financiamento. Os autores apontam que a opção por enfrentar a crise através do financiamento subentende que a crise é algo passageiro e que não vale à pena enfrentar os custos do ajuste. Os autores ainda demonstram que, em 1975 e 1976, vários países (Estados Unidos, Holanda e Alemanha) utilizaram o “[...] reajustamento de suas economias, mediante políticas de desaquecimento, acompanhadas da elevação gradual – ou mesmo ‘desregulação’ – dos preços dos derivados do petróleo” (CASTRO; SOUZA, 1985, p. 28). O Brasil, por outro lado, manteve firme a sua opção pelo financiamento, reiterando uma escolha de crescimento através do endividamento (CASTRO; SOUZA, 1985).

O desfecho da estória – ainda segundo a visão dominante – é por demais conhecido. Tendo se recusado à autocontenção de 1974 a 1978 e, uma derradeira vez, da segunda metade de 1979 a fins de 80, o país teria de pagar, nos mais recentes anos, o

preço de um ajuste tardio e desnecessariamente penoso (CASTRO; SOUZA, 1985, p. 29).

As opiniões quanto à opção pelo financiamento, em vez do ajustamento, se aquela foi uma boa decisão ou se foi apenas uma medida paliativa para adiar o problema, dividem-se na literatura. Castro e Souza (1985) destacam a visão de Velloso (1978)<sup>7</sup>, que partilha da opinião de que a opção pelo financiamento foi uma “[...] solução duradoura, e não apenas transitória, para a crise do petróleo” (CASTRO; SOUZA, 1985, p. 34). Por outro lado, alguns autores entendem essa decisão como uma “[...] cega opção pelo ‘crescimento-a-qualquer-custo’”, enquanto outros acreditam que ela contém lógica e racionalidade (Ibidem, p. 35).

É importante ressaltar que, paradoxalmente, os países que financiaram os empréstimos ao Brasil, e aos demais países importadores de petróleo, eram justamente os países membros da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP). Esses países, ao obterem maior capital devido à alta dos preços do barril de petróleo, dispunham de condições financeiras para fornecer empréstimos aos países que precisavam importar esse bem, gerando um movimento cíclico conhecido como a reciclagem dos petrodólares (HERMANN, 2011).

Em 1974, observa-se a queda do estoque dos meios de pagamento. Netto (2014) explana que a gestão do governo Geisel foi incapaz de manter a política anti-inflacionária, e que isso foi decisivo para os rumos da política de curto e de longo prazo. O autor ainda destaca que o final de 1975 foi de “descontrole monetário” (Ibidem, p. 252). Hermann (2011) traz à baila que as preocupações do governo Geisel quanto ao processo inflacionário se davam apenas de maneira a tangenciar o tema, dando espaço à preocupação maior, que consistia nos esforços do governo com os desafios do desenvolvimento (HERMANN, 2011).

Netto (2014) compartilha da opinião de que, embora o Brasil tenha tido uma resposta positiva aos desafios da crise, essa resposta foi custosa à economia brasileira, e destaca:

Foi uma fase marcada pela resposta positiva do país aos desafios da crise do petróleo, mas cujos custos foram o retorno da inflação como fantasma a assombrar a política de crescimento, a acumulação da dívida externa que iria condicionar a política econômica brasileira nos anos 1980, bem como a desestruturação do setor público brasileiro, tanto do ponto de vista de sua capacidade financeira como de seu papel estratégico na superação das restrições ao crescimento da economia brasileira na década seguinte (NETTO, 2014, p. 243).

Castro e Souza (1985) acrescentam às críticas acerca do II PND, o modo como ele foi definido e implementado, pois carecia de um processo democrático límpido. Esse processo

---

<sup>7</sup> VELLOSO, J. P. R. **Balanco Preliminar do II PND**. Exposição perante o Conselho de Desenvolvimento Econômico, em 20 de dezembro de 1978.

fez com que a sociedade brasileira não participasse da elaboração e muito menos controlasse a execução do II PND, o que resultou em falta de apoio e em mobilização popular quanto ao projeto. Lessa (1978) complementa essa opinião ao dizer que o segundo PND era um exemplo do “exercício de autoridade” (Ibidem, p. 68). Netto (2014)<sup>8</sup> partilhava da opinião de que, ao optar pelo segundo PND em vez de por um tratamento de choque, o governo brasileiro teria escolhido um programa que estava muito além do capital que o país dispunha (CASTRO; SOUZA, 1985).

Em 1979, há outro choque do petróleo, que agrava a situação de endividamento externo. Além do segundo choque, os bancos centrais das principais potências elevaram as suas taxas de juros, na tentativa de mitigar a inflação gerada pelo segundo choque – é findado o movimento de reciclagem dos petrodólares. O aumento dos juros norte-americanos no período também agravou as dificuldades enfrentadas pelo Brasil no período, ao dificultar a captação de novos empréstimos (NETTO, 2014; HERMANN, 2011).

A dívida externa do Brasil cresceu US\$ 18 bilhões, no período entre 1974-1977, e mais US\$ 18 bilhões em 1978 e 1979, enquanto a arrecadação diminuía em razão das isenções e subsídios propostos pelo II PND (NETTO, 2014). O crescimento descontrolado no valor das importações e a grande quantidade de financiamento externo foram os principais responsáveis pelo transtorno nas contas externas (CASTRO; SOUZA, 1985).

A decisão pelo financiamento e pelo endividamento é que viabilizou a situação econômica em que o Brasil se encontraria na década posterior, de 1980, classificada pela literatura como a ‘Década Perdida’ (NETTO, 2014). Entre 1978 e 1980, o país registrou uma perda de reservas internacionais de US\$ 5 bilhões (HERMANN, 2011).

O quadro de desequilíbrio macroeconômico com que a economia brasileira defrontou-se na década de 1980, caracterizado por elevado endividamento externo, desestruturação do setor público, inflação explosiva e perda de dinamismo, teve sua origem em grande medida em erros de diagnóstico bem como na timidez que caracterizou o uso de instrumentos de política após o primeiro choque do petróleo.

De um modo geral pode-se afirmar, com o benefício do julgamento *a posteriori*, que tais erros decorreram de percepção deficiente acerca tanto das alternativas quanto da potencialidade dos instrumentos de política econômica, agravada por uma visão algo paroquial acerca do ambiente econômico mundial (NETTO, 2014, p. 246).

Na pauta de exportações, é perceptível a queda de peso dos bens básicos, compensado pelo aumento da importância dos bens manufaturados. Isso demonstra que os objetivos de mudança estrutural do segundo PND foram, em algum grau, alcançados. É possível observar

---

<sup>8</sup> NETTO, D. A. **Mudanças Estruturais na Economia do Governo Figueiredo**, op. cit., p. 75.



que, no período de 1974 a 1980, “[...] a indústria de transformação cresceu 7,1% ao ano, enquanto a indústria de bens de capital cresceu 8,5% ao ano” (CASTRO; SOUZA, 1985, p. 77). Todavia, os custos macroeconômicos desse avanço devem ser colocados em xeque ao se analisar se as políticas propostas por Geisel foram bem sucedidas (HERMANN, 2011; CASTRO; SOUZA, 1985).

O modelo de ajuste estrutural implementado no governo Geisel (1974-78) teve o mérito de mudar o estágio de desenvolvimento industrial da economia brasileira, internalizando, em larga medida, os setores de bens de capital e insumos industriais. Desse ponto de vista, o ajuste foi extremamente bem-sucedido, já que reduziu, de forma estrutural, a dependência externa do país em relação a esses bens, cruciais ao crescimento econômico. Contudo, como lembra a epígrafe de M. Friedman, em economia, “Não existe almoço grátis”. O preço desse sucesso foi o aumento da vulnerabilidade externa da economia e, face à reviravolta do mercado internacional a partir de 1979, também da dependência externa financeira (HERMANN, 2011, p. 92).

A Figura 3, retirada de Spengler (2015) apresenta a perspectiva de crescimento e a taxa média efetiva por setores da economia, o que mostra que o crescimento real foi abaixo do esperado, possivelmente pelas altas ambições que o projeto de Geisel impunha. Entretanto, apesar de os avanços ficarem abaixo do nível esperado, ainda assim houve um crescimento na indústria básica, no investimento em petróleo e em energia elétrica, que não pode ser ignorado (SPENGLER, 2015).

Figura 3 – Tabela da taxa de crescimento média esperada por setores do II PND e taxa média efetiva presente no trabalho de Spengler (2015).

Tabela 16 — Taxa de crescimento média esperada por setores do II PND e taxa média efetiva

Setores	Taxa média de crescimento esperada (%)	Média efetiva 1975–1979(%)
<b>Agropecuária</b>	Na ordem de 7	6,2
<b>Indústria</b>	Na ordem de 12	6,6
Indústria de transformação	Mínimo de 12	6,24
<b>Serviços</b>	Entre 9 e 10	7,1

**Fonte:** elaborado pelo autor a partir de dados de Brasil (1974a, p. 100) e Ipeadata (2015) — séries: PIB — indústria — var. real — ref. 2000, PIB — agropecuária — var. real — ref. 2000, PIB — serviços — var. real — ref. 2000. PIB — indústria — transformação — var. real — ref. 2000

Fonte: Spengler (2015, p. 110).

É necessário considerar a existência de uma grande corrente na literatura que denuncia as fragilidades do processo de industrialização na América Latina, apontando que, mesmo ocorrendo um processo de ‘milagre econômico’ e um avanço da produção manufatureira, as lacunas na industrialização da América Latina eram de cunho qualitativo, de uma industrialização “criada à sombra de favores e privilégios governamentais” portanto, mais difíceis de superar (CASTRO; SOUZA, 1985, p. 80). Lessa (1978) também aponta o movimento histórico no qual os compradores brasileiros do setor de bens de capital buscavam importar ao máximo, devido às desvantagens que a compra de equipamentos nacionais oferecia.

[...] mesmo ali onde a estagnação [...] transmutou-se em milagre, e a diversificação manufatureira mais avançou, não foram superados os limites, digamos, qualitativos da industrialização ao estilo latino-americano. O teste histórico teria levado décadas. Mas o resultado – alega-se – é inteiramente frustrante: o crescimento industrial em nenhum caso teria levado ao surgimento de uma indústria comparável à dos países desenvolvidos (CASTRO; SOUZA, 1985, p. 80).

Fonseca e Salomão complementam:

Assim, o problema maior de economias como a brasileira é manter-se na fronteira tecnológica, pois tende a acompanhar com defasagem de tempo os paradigmas tecnológicos emergentes nos países centrais (FONSECA; SALOMÃO, 2017, p. 100).

Outros autores, como Cysne (1993)<sup>9</sup>, criticam a exacerbação da participação do setor público e o superdimensionamento das metas do projeto (SPENGLER, 2015). Lessa (1998), por sua vez, aponta que o projeto carecia de racionalidade e que era uma tentativa triunfalista de criação de uma “Nação Potência” (Ibidem, p. 49). Para Fishlow (1986)<sup>10</sup>, o plano não dava a devida importância ao choque do petróleo, e era apenas um plano de desenvolvimento industrial que praticamente desconsiderava a situação internacional (SPENGLER, 2015). Enfim, para os autores acima citados, as ambições estavam além das capacidades do país (SPENGLER, 2015; LESSA, 1978). Lessa (1978) complementa a ideia de ambição exacerbada ao falar que o PND era o “[...] menor plano do mundo – no sentido físico – com o maior programa, em um mundo em crise” (Ibidem, p. 76).

<sup>9</sup> CYSNE, Rubens Penha. A economia brasileira no período militar. **Estudos Econômicos**, v. 23, n. 2, 1993, p. 185–226.

<sup>10</sup> FISHLOW, Albert. A economia política do ajustamento brasileiro aos choques do petróleo: uma nota sobre o período 1974/84. **Pesquisa e Planejamento Econômico**, v. 16, n. 3, 1986, p. 507–550.

Castro e Souza (1985), por sua vez, criticam a visão das correntes acima expostas, principalmente a visão neoliberal de negar o parque industrial brasileiro. Para os autores, a indústria brasileira apresentava, naquela época, grandes sinais de competitividade internacional, além de haver superado as suas deficiências estruturais (CASTRO; SOUZA, 1985). Isso demonstra, mais uma vez, uma ausência de coesão e de concordância nas opiniões acerca do sucesso *versus* fracasso do processo de industrialização brasileiro.

### 3. A GRANDE FAZENDA BRASIL

Após analisarmos os três momentos de mudança – ou possibilidade de mudança – da política comercial brasileira que foram elencados, percebemos como o processo decisório esteve, em grande parte, inclinado à manutenção do *status* agrícola. É preciso, agora, analisarmos também como a manutenção desse *status* foi feita no interior da sociedade brasileira, observando não apenas como se deu essa construção social, mas como, ao longo da história, o ideário de um Brasil agrícola foi aceito e incorporado pelos brasileiros.

Assim, o segundo capítulo deste trabalho busca aprofundar como se deu o processo de construção de uma identidade agrícola brasileira, que fez com que os brasileiros, ao longo da história, incorporassem e abraçassem esse ideal. A elaboração do texto em questão parte da premissa de que a construção desta grande fazenda chamada ‘Brasil’ não ocorreu unicamente por questões de solo, clima e posição geográfica favoráveis, mas foi uma opção, repetida por diversas vezes e introduzida no cerne da opinião pública.

Anderson (1983; 2008) denunciava que as comunidades (subentende-se nações, países, etc.) não nascem prontas; elas são construídas e imaginadas no ideário das pessoas (ANDERSON, 2008). Assim, cabe-nos aqui apresentar como a nação brasileira foi construída e imaginada sob a perspectiva de uma nação agrícola.

Schwarcz (2008, p. 10), em sua breve apresentação presente na obra de Anderson (2008), afirma: “[...] mais que inventadas, nações são ‘imaginadas’, no sentido de que fazem sentido para a ‘alma’ e constituem objetos de desejos e projeções”. O autor reforça:

*Ela é imaginada* porque mesmo os membros da mais minúscula das nações jamais conhecerão, encontrarão ou nem sequer ouvirão falar da maioria de seus companheiros, embora todos tenham em mente a imagem viva da comunhão entre eles (ANDERSON, 2008, p. 32, grifo do autor).

Na modernidade, o movimento da construção nacional e do nacionalismo não perderam força como era previsto. Pelo contrário, para Anderson (2008): “[...] a condição nacional [*nation-ness*] é o valor de maior legitimidade universal na vida política dos nossos tempos” (Ibidem, p. 28, grifo do autor), e muitos são aqueles que se dispõem até mesmo a morrer por sua pátria. O autor, ao longo da obra, discorre sobre o processo de construção social das nações, expondo o fato de que esse processo tende a ser bastante tendencioso, quando no discurso são deixadas de lado partes da história e da cultura daquela nação que não se deseja lembrar – como a escravidão, a segregação, a eugenia, os genocídios, etc. Ou seja, o discurso é utilizado de modo a desenhar as nações da maneira mais conveniente possível, ou

como explica o próprio autor: “[...] é a magia do nacionalismo que converte o acaso em destino” (ANDERSON, 2008, p. 39). Detienne (2013), se valendo das compreensões de Barash (2004), complementa: “[...] cada nação, muitas vezes convencida de que era a fonte da Verdade, chegava a pensar e a dar a crer que tinha atingido o ápice de toda compreensão da condição humana” (DETIENNE, 2013, p. 31).

Seguindo a teoria de análise de Anderson (2008), podemos pensar então que a persona brasileira foi imaginada e desenhada como sendo o homem do campo, o caipira da roça, proprietário de grandes terras, que cultiva seu alimento e exporta o excedente. Este ideário está presente em diversas manifestações culturais brasileiras ao longo da história, como nos livretos de cordel, na música popular sertaneja, nos desenhos, na literatura, no cinema, e na semana de arte moderna de 1922. Schwarcz (2008) nos relembra como Anderson (2008) atribuía grande relevância ao papel da imprensa, daquilo que o autor denomina “capitalismo editorial” na construção da identidade de uma nação (ANDERSON, 2008, p. 10). Schwarcz (2008) afirma que “[...] é por meio do material impresso que a nação se converte numa comunidade sólida, recorrendo constantemente a uma história previamente selecionada” (ANDERSON, 2008, p. 13). Ainda, para Anderson (2008), “[...] as nações inspiram amor, e amiúde um amor de profundo autossacrifício. Os frutos culturais do nacionalismo – a poesia, a prosa, a música, as artes plásticas – mostram esse amor com muita clareza [...]” (Ibidem, p. 199-200).

Souza (2002) compartilha das mesmas opiniões de Anderson (2008) com relação à origem das nações, e complementa: “[...] a nação é um artefato, ou seja, uma entidade recente e historicamente construída, (tão bem-construída que se apresenta aos mais distraídos como um dado natural, inerente às sociedades organizadas) [...]” (SOUZA, 2002, p. 171). Detienne (2013) se mostra bastante incisivo ao afirmar: “[...] hoje, a identidade parece tão óbvia que não tê-la, ou nada saber dela, só poderia ser coisa de um tolo ou de um cabeça de vento” (DETIENNE, 2013, p. 5). Seguindo a mesma linha de raciocínio, Melo (2006) nos traz a passagem de Hall (2003):

As identidades nacionais não são coisas com as quais nascemos, mas são formadas e transformadas no interior da representação. Nós só sabemos o que significa ser “inglês” devido ao modo como a “inglesidade” veio a ser representada – como um conjunto de significados – pela cultura nacional inglesa. Segue-se que a nação não é apenas uma entidade política, mas algo que produz sentidos – um sistema de representação cultural. As pessoas não são apenas cidadãos/ãs legais de uma nação: elas participam da idéia da nação tal como é representada em sua cultura nacional (HALL, 2003, apud MELO, 2006, p. 282).

Em consonância, Pesavento (1999) afirma:

A construção da identidade vale-se de imagens, discursos, mitos, crenças, desejos, medos, ritos, ideologias. Em outras palavras, a identidade pertence ao mundo do imaginário, que é esta capacidade de representar o real, criando um mundo paralelo ao da concretude da existência. No caso da identidade, e particularmente da identidade nacional, constrói-se uma comunidade simbólica de sentido que cria a sensação de pertencimento (PESAVENTO, 1999, p. 123).

Vianna (2002) também acrescenta: “[...] a unidade, o Nacional e o Brasil são inventados todos os dias (evocando Ernest Renan), são plebiscitos diários, e essas invenções devem ser fortalecidas” (Ibidem, p. 146). Neste processo de construção social daquilo que vem a se tornar a identidade nacional de uma comunidade, Debrun (1990) expõe a importância do discurso:

[...] o *discurso nacional* ou tal das suas variantes, de direita ou de esquerda, pode alcançar certa ressonância popular, devido ao fato de que ele não é simples palavra ou ideologia solta no ar, mas se insere numa rede complexa de práticas de dominação. Desta forma podemos dar outra definição da Nação: é a comunidade em que certo tipo de discurso sobre a Nação tem razoável aceitação (DEBRUN, 1990, p. 41, grifos do autor).

Pesavento (1999) complementa:

A identidade, como representação social, formula uma maneira de ser que é inventada ou importada, mas é assumida e consentida, o que implica sempre sedução e convencimento. É uma forma imaginária de conceber-se a si próprio que conforta, dá segurança, marca presença no espaço e no tempo (PESAVENTO, 1999, p. 125).

Alguns autores apontam que os primeiros traços da identidade cultural brasileira se encontram em nosso processo de colonização. Rodrigues (2013) afirma que:

A nação brasileira surgiu na modernidade, mas conserva elementos tradicionais, pré-modernos. A análise cultural dos elementos pré-modernos permite reconhecer a herança ibérica, o personalismo e a cordialidade existentes na identidade nacional brasileira. É a partir da herança cultural das etnias formadoras do Brasil, principalmente da etnia dominante que o arcabouço cultural brasileiro é formado (RODRIGUES, 2013, p. 6).

Holanda (1995), por sua vez, atribuiu à colonização não só nossos primeiros traços de identidade; entendia a colonização portuguesa como sendo um dos principais precursores de nossas raízes rurais: “Se [...] não foi a rigor uma civilização agrícola o que os portugueses instauraram no Brasil, foi, sem dúvida, uma civilização de raízes rurais” (Ibidem, p. 73). O

autor partilha da opinião de que o aspecto agrícola do Brasil não foi uma condição provinda do meio americano, mas um esforço empregado por seus colonizadores (HOLANDA, 1995).

O predomínio esmagador do ruralismo, segundo todas as aparências, foi antes um fenômeno típico do esforço dos nossos colonizadores do que uma imposição do meio. E vale a pena assinalar-se isso, pois parece mais interessante, e talvez mais lisonjeiro à vaidade nacional de alguns, a crença, nesse caso, em certa misteriosa “força centrífuga” própria ao meio americano e que tivesse compelido nossa aristocracia rural a abandonar a cidade pelo isolamento dos engenhos e pela vida rústica das terras de criação (Ibidem, p. 92).

Nesse mesmo sentido, Ribeiro (2014) acrescenta:

A sociedade e a cultura brasileiras são conformadas como variantes da versão lusitana da tradição civilizatória europeia ocidental, diferenciadas por coloridos herdados dos índios americanos e dos negros africanos. O Brasil emerge, assim, como um renovo mutante, remarcado de características próprias, mas atado genesicamente à matriz portuguesa, cujas potencialidades insuspeitadas de ser e de crescer só aqui se realizariam plenamente (RIBEIRO, 2014, p. 15-16).

Couto, Amaral e Lima (2017) complementam: “Os portugueses Contribuíram para uma sociedade com base social de agricultura inserida em uma estrutura escravocrata e híbrida de índios e negros” (COUTO; AMARAL; LIMA, 2017, p. 13678). Dessa forma, Junior (1885) destaca o atraso do modo de produção agrícola que se instalara no Brasil à época da colonização:

O desenvolvimento da agricultura no período que temos em vista, embora bastante considerável, é muito mais quantitativo que qualitativo. Daí sua precariedade, e salvo em casos excepcionais sua curta duração. No terreno do aperfeiçoamento técnico, o progresso da agricultura brasileira é naquele período praticamente nulo. Continuava em princípios do séc. XIX, e mais ou menos nas mesmas condições continuará ainda por muito tempo, com os mesmos processos que datavam do início da colonização. Processos bárbaros, destrutivos, explicáveis e mesmo insubstituíveis na primeira fase da ocupação; mas que começavam já, pela insistência neles, em fazer sentir seus efeitos devastadores.

[...]

Em matéria de lavra do solo, nada verdadeiramente se praticava de eficiente, e além da queima e roçada para a limpeza indispensável – e isto mesmo apenas sumariamente e sem mais que o conhecido processo indígena da coivara -, não se fazia mais que abrir o solo em regos ou covas, conforme o caso, para lançar nela a semente. Aliás, de instrumentos agrícolas não se conhecia mais que a enxada. Nada mais primário (JUNIOR, 1885, passim).

Ao longo dessa pesquisa, foi percebido que, apesar de a literatura sobre nacionalismo (em termos genéricos) ser vasta, ela ainda é escassa, assim como é a construção da identidade dentro do Brasil. Isso é reforçado por Anderson (2008) e por Rodrigues (2013).

Há várias dificuldades para se estudar o nacionalismo e identidade nacional no Brasil. O nacionalismo, apesar de continuar a ser um fenômeno sociopolítico importante, carece de maior atenção nas diversas áreas do conhecimento no Brasil, em que apresenta uma espécie de orfandade, nenhuma área parece abraçar totalmente o tema, dado seu caráter multidisciplinar (RODRIGUES, 2013, p. 13).

Reis (2007, p. 9) complementa: “O Brasil é ainda um enigma. Poucos autores conseguiram tocar em seus nervos e coração. Talvez a literatura, a poesia, as artes plásticas, a música, tenham se aproximado mais da alma brasileira”. Ribeiro (2014, p. 9) partilha dessa mesma visão: “[...] meu sentimento era de que nos faltava uma teoria geral, cuja luz nos tornasse explicáveis em seus próprios termos, fundada em nossa experiência histórica”.

Não é tarefa fácil definir o caráter atípico de nosso processo histórico, que não se enquadra nos esquemas conceituais elaborados para explicar outros contextos e outras seqüências. Com efeito, surgindo no leito do cunhadismo, estruturando-se com base numa força de trabalho africana, o Brasil se configura como uma coisa diferente de quantas haja, só explicável em seus termos, historicamente (RIBEIRO, 2014, p. 287).

Backes (2000) se pauta nas reflexões de Fischer (informação verbal)<sup>11</sup> ao expor que a busca de um entendimento acerca da identidade nacional é uma característica comum aos países colonizados, os quais buscam compreender quem são no mundo. Para o autor, os povos colonizados “[...] sofrem o imperativo de terem de responder, constantemente, sobre sua identidade, de preferência de uma forma original” (BACKES, 2000, p. 125). Para o autor, baseado nas construções de Schwarz (1989)<sup>12</sup>, a literatura brasileira, apoiada em diversas gerações de autores como José de Alencar, Gonçalves Dias e Machado de Assis, é uma representação das nossas tentativas de construção de uma identidade nacional. Reforçando as ideias de Anderson (2008) e Debrun (1990), Backes (2000) entende ainda que a construção da identidade anda junto ao discurso, e essa construção pode variar de acordo com quem utiliza esse discurso e como ele é feito.

A identidade, portanto, está numa imbricação bastante forte com a narrativa, em especial com a narrativa ficcional de memórias, pois a ficção memorialística faz as vezes de construção conjunta da história que permite uma apreensão do Brasil e de seu povo diferente daquela feita pela descrição histórica ou construção de tipos (BACKES, 2000, p. 126).

Pesavento (2000) contribui:

---

<sup>11</sup> Fala de Luís Augusto Fischer, na palestra intitulada *A questão da formação na literatura brasileira*, proferida na Associação Psicanalítica de Porto Alegre em setembro de 1999.

<sup>12</sup> SCHWARZ, Roberto. *Que horas são?: ensaios*. São Paulo, Companhia das Letras, 1989.



História e literatura apresentam caminhos diversos, mas convergentes, na construção de uma identidade, uma vez que se apresentam como representações do mundo social ou como práticas discursivas significativas que atuam com métodos e fins diferentes.

[...]

A ficção não seria, pois, o avesso do real, mas uma outra forma de captá-lo, em que os limites de criação e fantasia são mais amplos que aqueles permitidos ao historiador (PESAVENTO, 2000, passim).

Pesavento (2000) identifica a história e a literatura como deladoras da formação de uma identidade brasileira, que não se identifica com a América Latina como um todo (à exceção do Rio Grande do Sul).

A identidade, por sua vez, é um processo ao mesmo tempo pessoal e coletivo, onde cada indivíduo se define em relação a um “nós” que, por sua vez, se diferencia dos “outros”. A idéia é a de que os brasileiros têm vivido de costas para a América Latina, e a construção imaginária de sua identidade nacional não passa pelo endosso de uma aceitação de latino-americanidade. Os argumentos para esta reflexão foram buscados no discurso histórico e na narrativa literária brasileira que se têm construído ao longo dos anos.

[...]

Em síntese, o Rio Grande do Sul é a única zona do Brasil que apresenta um sentimento de pertencimento a uma realidade latino-americana, porém, platina (PESAVENTO, 2000, passim).

Além disso, Backes (2000) atribui grande importância ao papel das imagens para a construção de uma identidade nacional. Imagens como as do futebol, do carnaval e de nossa extensa lavoura, para ele, são grandes difusoras deste senso cultural do que é Brasil.

Penso que o brasileiro muitas vezes é definido a partir de imagens que, por seu caráter totalizador, insistente e prenante, acabam tomando o contorno de uma identidade. São prenantes e indicam de uma identidade na medida em que congelam um sentido. Por exemplo, quem já não ouviu dizer que brasileiro é bom de bola ou de samba no pé, a partir das imagens difundidas pelo turismo, ou que temos o “melhor futebol do mundo”, ou, ainda, o “maior espetáculo da terra”? Segundo Barthes (1980), a imagem é mais imperativa do que a escrita, porque impõe a significação de uma só vez (BACKES, 2000, p. 62).

Axt e Schuler (2004) entendem a identidade cultural como de extrema importância para a construção do nacionalismo. Os autores fazem uso das reflexões de Costa (1998)<sup>13</sup> para explicar que as crises são momentos oportunos de afloramento das identidades culturais de uma nação. Para Silva e Souza (2006, p. 216), “[...] a cultura é uma representação da forma de pensar de um povo, refletindo como este se vê e como percebe o mundo ao seu redor”.

<sup>13</sup> COSTA, E. V. da. **Coroas de glória, lágrimas de sangue: A rebelião dos escravos em Demerara em 1823.** São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

Fiorin (2009) explica que se tenta vender uma imagem do Brasil como sendo um país culturalmente composto pela mistura, pela aceitação do diferente, do heterogêneo – o que nem sempre é comprovado na prática. De fato, o Brasil é um país extremamente heterogêneo e rico, em termos de cultura. Entretanto, o histórico de escravidão e de segregação mostram que essa característica de mistura cultural nem sempre foi bem aceita. Para o autor, o que dá conta de passar essa imagem de mistura e miscigenação é a literatura, tendo como principal obra deste processo *O Guarani*, de José de Alencar. Além da literatura, a música popular e o futebol também reforçam a ideia de que a mestiçagem é uma das maiores riquezas do Brasil.

Essa concepção da mistura como o jeito de ser brasileiro apodera-se das consciências das massas por meio do futebol (MELO, 2006, p. 281-285) e da música popular (VIANA, 1995). José Lins do Rego (2002) e Mário Filho (2003), inicialmente, e depois Néelson Rodrigues (1993;1994) mostram que a mestiçagem é que dá a genialidade do futebol brasileiro. Esse esporte é um reflexo do jeito de ser brasileiro, que une eficiência e malandragem, objetividade e transgressão, Apolo e Dionísio (FIORIN, 2009, p. 121).

Da mesma forma, Melo (2006) credita o futebol como responsável pela formação de identidade nacional brasileira:

Para Néelson, o futebol era um dos principais elementos que conduziria o brasileiro a construir uma identidade própria, algo que seria reconhecido não só no país, mas também internacionalmente (MELO, 2006, p. 290).

Lessa (2008), ao falar sobre a mestiçagem no Brasil, complementa:

Já no século XX, ao repudiar as doutrinas e práticas racistas européias, o Brasil assumiu ser mestiço. A ideologização de uma coexistência sem atritos étnicos conduziu o discurso a agregar às qualidades do brasileiro a de não ter preconceitos. O povo nacional, que minimiza e cancela diferenças religiosas, regionais, culturais, étnicas, é especial nessa dimensão. O orgulho de ser mestiço o leva a perceber o Brasil como a nação que mistura todos os seus vetores constitutivos e assimila, sem resistências culturais, as contribuições dos outros povos (LESSA, 2008, p. 244).

Pesavento (1999) também contribui:

Mas, ao mesmo tempo, há que ter em conta que, desde a descoberta, o Brasil foi marcado pela diferença: a terra, a natureza, os “selvagens”, o *modus vivendi* diferenciado. O encontro de um mundo novo com os velhos mitos criou um *ethos* diferenciado nas terras ao sul do Equador, cujo resultado foi o conhecido e *sui generis* processo de colonização portuguesa na América.

[...]

O povo-síntese do múltiplo, que é a cara do Brasil, absorve a mestiçagem, dotando-a de uma carga de positividade e apagando o ranço pessimista das visões científicas da virada do século (PESAVENTO, 1999, passim).

Ribeiro (2014), por sua vez, partilha da visão de que, apesar da grande miscigenação cultural existente no Brasil, a nação brasileira se porta como uma só:

Conquanto diferenciados em suas matrizes raciais e culturais e em suas funções ecológico-regionais, bem como nos perfis de descendentes de velhos povoadores ou de imigrantes recentes, os brasileiros se sabem, se sentem e se comportam como uma só gente, pertencente a uma mesma etnia (RIBEIRO, 2014, p. 17).

Para Alves (2009), as manifestações culturais sertanejo-nordestinas, tais como a literatura de cordel, a música, o teatro e até mesmo a linguagem, têm grande peso na construção da identidade brasileira. A influência do sertão, do Nordeste e do campo são tão fortes na cultura do país que o autor afirma:

Entre outros aspectos, o *sertão* nordestino, desde as primeiras décadas do século passado, foi classificado e reputado por algumas gerações de intelectuais-artistas brasileiros, notadamente nos anos cinquenta e sessenta [Séc. XX], como uma espacialidade que guarda os elementos mais vibrantes e “*autênticos*” da cultura e da identidade nacional (ALVES, 2009, p. 10, grifos do autor).

Ribeiro (2014), na obra *O povo brasileiro*, descreve o Brasil Sertanejo:

Conformou, também, um tipo particular de população com uma subcultura própria, a sertaneja, marcada por sua especialização ao pastoreio, por sua dispersão espacial e por traços característicos identificáveis no modo de vida, na organização da família, na estruturação do poder, na vestimenta típica, nos folguedos estacionais, na dieta, na culinária, na visão de mundo e numa religiosidade propensa ao messianismo (RIBEIRO, 2014, p. 329).

Ainda, ao discorrer sobre o modo de vida caipira no Brasil, Ribeiro (2014) critica a mercantilização desse modo de vida em prol da agro exportação:

O sistema de fazendas, que se foi implantado e expandindo inexoravelmente para a produção de artigos de exportação, cria um novo mundo no qual não há mais lugar para as formas de vida não mercantis do caipira, nem para a manutenção de suas crenças tradicionais, de seus hábitos arcaicos e de sua economia familiar. Com a difusão desse sistema novo, o caipira vê desaparecer, por inviáveis, as formas de solidariedade vicinal e de compadrio, substituídas por relações comerciais. Vê definhar as artes artesanais, pela substituição dos panos caseiros por tecidos fabris, e, com elas, o sabão, a pólvora, os utensílios de metal, que já ninguém produz em casa e devem ser comprados.

[...]

As instituições básicas da cultura caipira desintegraram-se ao impacto da onda renovadora representada pelas novas formas de produção agrícola e pastoril de caráter mercantil. Foram destruídas, porém, sem que se ensejassem aos agregados rurais formas compensatórias de acomodação que lhes garantissem um lugar e um papel na nova estrutura (RIBEIRO, 2014, p. 378-379).

Carvalho (2014) faz uma análise da obra de Gilberto Freyre, *Casa Grande e Senzala*, para retratar o Brasil colonial, expondo algumas de nossas raízes identitárias. Carvalho aponta que, em sua obra, Freyre retrata, como inerentes ao Brasil colônia, aspectos como a forte presença da mestiçagem, tida para ele como uma vantagem, e a da religião católica, descrita pelo autor como o ponto de convergência entre escravos e senhores, sendo este um momento no qual eles se uniam e conviviam pacificamente. Carvalho retrata que, nas ideias de Freyre, o catolicismo “[...] dava uniformidade ao povo [...] pois mesmo os negros buscavam ser batizados e os indígenas foram centro das atenções dos jesuítas com a missão de tornar os índios cristãos” (CARVALHO, 2014, p. 296).

O Brasil pintado por Freyre é um país mestiço, em larga medida, um país negro. Além disso, é um país de moral arranhada pela luxúria – do qual ele não nega participar. Quando falamos de “construção da identidade brasileira”, referimo-nos ao discurso imaginário sobre a nação e os teóricos, visto que a unidade identitária existe somente em termos discursivos.

[...]

Em “Casa Grande e Senzala” decorre da relação entre o negro e branco na construção da identidade brasileira dentro dos limites dos engenhos agrícolas, da família patriarcal e do sistema social da escravidão (CARVALHO, 2014, *passim*).

Couto, Amaral e Lima (2017), ao discorrerem sobre a importância da obra de Freyre para elucidar a origem de nossas raízes e fazer entender o porquê do Brasil ser como é, trazem novamente grande destaque à miscigenação de brancos, negros e índios para a composição daquele que vem a se tornar o cidadão brasileiro. Essa grande mistura trouxe o que de melhor havia da dança e música africanas, da comida, da medicina e dos hábitos de higiene indígenas, e da literatura, da arquitetura e da religião lusitanas. Toda a composição dessa mistura é o que contribuiu para transformar o Brasil no país que hoje conhecemos.

Mas nesta discussão não podemos deixar de levar em conta que graças a esse hibridismo é que há as raças próprias do Brasil. O “jeitinho brasileiro” vem das modificações dos três povos em questão, da junção de suas culturas. Não se pode esquecer da grande contribuição do negro para a dança e a musicalidade, sem contar com as comidas. E nisto ninguém como o nativo foi tão importante, a alimentação de hoje tem muitos ingredientes indígenas. E português vem também com sua literatura e arquitetura. As religiões nem se discute! Todos juntos desenhando o povo brasileiro. (COUTO; AMARAL; LIMA, 2017, p. 13680).

Os autores apontam também a presença de características como a sexualização da imagem da mulher morena, o que acabou incitando revolta por parte da igreja e fez com que se passasse a assimilar a cor escura da pele a algo negativo. Além disso, os autores destacam que, apesar da grande presença e poder europeus na região, os negros é que possuíam grande

influência nas questões cotidianas, como “a alimentação, a vida sexual, a religião e a vida doméstica” (COUTO; AMARAL; LIMA, 2017, p. 13679).

### 3.1 O CAMPESINATO COMO VALOR MORAL

O campesinato, prática em que grupos de base familiar se dedicam à atividade agrícola, é tido como atividade cultural presente na estrutura familiar brasileira de raiz. As fazendas familiares são constituídas sob a expectativa de que as gerações seguintes daquele determinado núcleo familiar deem sequência ao negócio. A socióloga Wanderley (1996), em obra *Raízes Históricas do Campesinato Brasileiro*, destaca:

Para além da garantia da sobrevivência no presente, as relações no interior da família camponesa têm como referência o horizonte das gerações, isto é, um projeto para o futuro. Com efeito, um dos eixos centrais da associação camponesa entre família, produção e trabalho é a expectativa de que todo investimento em recursos materiais e de trabalho despendido na unidade de produção, pela geração atual, possa vir a ser transmitido à geração seguinte, garantindo a esta, as condições de sua sobrevivência (WANDERLEY, 1996, p. 4).

Em complemento, Woortmann (1988), em seu trabalho *Com Parente Não se Negeceia: o campesinato como ordem moral*, discorre acerca do campesinato como valor moral que perpassa entre as famílias. Especialmente no Brasil, a tradição de cuidar de terras, possuir a agricultura como modo de subsistência e geração de renda é uma questão cultural presente em muitos locais ao longo do território, e a passagem dessa cultura entre as gerações de um núcleo familiar é tida como valor moral em determinadas famílias. A negação à continuidade desse sistema por algum familiar pode ser entendida, por vezes, como um ato de rebelião ou de negação do núcleo familiar, como afirma o autor na passagem: “[...] a terra-patrimônio se sobrepõe ao indivíduo; este é prisioneiro daquela, na medida em que ela expressa o valor-família [...]” (Ibidem, p. 15). Desse modo, podemos entender a tradição de passar os conhecimentos sobre lavoura e a posse de terras entre diferentes gerações de uma mesma família como um fator cultural presente na estrutura brasileira, que perpetua há séculos e reforça a tradição agrícola no país (WOORTMANN, 1988).

### 3.2 A LITERATURA DE CORDEL

Herdada a partir do legado colonial português, a literatura de cordel leva esse nome pela forma como eram vendidos os livretos: ficavam pendurados em cordas para exposição em feiras (JARES, 2010, p. 9) – ilustração na Figura 4. A literatura de cordel se tornou uma

expressão da cultura popular brasileira que busca retratar aspectos tradicionais. Tendo Leandro Gomes de Barros como seu mais antigo precursor, a literatura de cordel aborda diversas temáticas populares, dentre as quais se destaca a vida do colono. Deste modo, a literatura de cordel acabou se tornando uma grande forma de representação da cultura nordestina, auxiliando na construção da identidade brasileira e ganhando em 2018, de acordo com o *site* G1<sup>14</sup>, o título de Patrimônio Cultural Imaterial Brasileiro (MESESES, 2019; JARES, 2010; ALVES, 2009).

São vários os ciclos que esta literatura popular percorre ao chegar no Brasil. Inicialmente introduzida como literatura colonial, trazia um retrato da metrópole portuguesa com temas europeus, que narravam epopéias de bravuras e conquistas. Posteriormente passa a ter influência das etnias existentes no Brasil, indígena e africana, com grande tradição na oralidade. Posteriormente se identifica com o cancionário nordestino, que também fazia uso da tradição oral e expressava a sua poética nas emboladas (JARES, 2010, p. 9).

Nesse sentido, Alves (2009) comenta:

No Brasil, o apogeu da literatura de cordel se deu em dois momentos complementares, um que vai do fim do século XIX até o início dos anos trinta do século passado, o outro se estendeu de meados dos anos trinta até o fim dos anos sessenta do mesmo século (ALVES, 2009, p. 41).

Jares (2010) afirma que, apesar de a literatura de cordel ter passado por diversos ciclos após ser introduzida no Brasil, no seio de sua estrutura, permanecia sempre presente a temática social referente ao homem sertanejo e nordestino, retratado nos livretos como “herói na luta pela justiça social” (Ibidem, p. 10).

A busca pela identidade fez com que essa literatura popular, encontrasse, no seu ciclo épico, seus verdadeiros representantes na luta por justiça social, o sertanejo, o cangaceiro. Começa então, a cunhar a sua própria identidade, ou seja, a identidade do povo sertanejo.

No ciclo posterior, os problemas sociais, econômicos e culturais do nordeste brasileiro passam a ser o esteio dessa literatura. A problemática nordestina é expressa por ela (JARES, 2010, p. 10).

Ferreira (1995, p. 22) afirma que “[...] [de acordo com as reflexões de García Canclini] no caso da América Latina, mais que em qualquer outra região, a construção da identidade cultural é parte integrante das lutas pela igualdade social; uma não pode ser resolvida sem que se resolva a outra”.

---

<sup>14</sup> Disponível em: <https://g1.globo.com/pe/pernambuco/noticia/2018/09/19/literatura-de-cordel-recebe-titulo-de-patrimonio-cultural-imaterial-brasileiro.ghtml>. Acesso em: 12 dez. 2020.

Figura 4 – Livretos de cordel pendurados para exposição em feira



Fonte: G1<sup>15</sup>

Além de representar a história do Nordeste, o cordel também é uma importante representação “da arte, da música, entre outras manifestações culturais nordestinas” (SILVA E SOUZA, 2006, p. 218). Mas não só uma importante representação cultural desta região, o cordel também é uma grande ponte de acesso entre o Nordeste e o resto da população brasileira. Nas palavras de Meneses (2019, p. 237), o cordel é “uma fonte inesgotável de conhecimento histórico”.

Quando se fala da dimensão histórica do cordel, costuma-se de imediato pensar na sua capacidade de representar os processos de transformação da sociedade nacional e principalmente do que virá tardiamente (pós 1940s) a ser denominado Nordeste. Por certo estou me referindo a uma certa atitude vulgar muito presente. Assim, frequentemente o cordelista é apresentado como porta-voz do povo, portando uma via de acesso para quem quiser conhecer esse povo. (MENESES, 2019, p. 236-237).

Deste modo, o povo brasileiro passa a se enxergar, a se identificar com os livretos de cordel, e a encontrar nesta manifestação cultural uma forma de representação e validação da sua identidade. Além disso, a literatura de cordel adquire um viés jornalístico,

<sup>15</sup> Retirado de: <https://g1.globo.com/pe/paranaguacu/noticia/2018/09/19/literatura-de-cordel-recebe-titulo-de-patrimonio-cultural-imaterial-brasileiro.ghtml>.

desempenhando um papel informativo e levando ao nordeste informações sobre o resto do Brasil (JARES, 2010).

Tendo como base a oralidade popular, a literatura de cordel se consolida como identidade do povo sertanejo e estabelece a sua própria poética. Assim, se transforma em um exemplo de resistência de um povo, que traz em si uma rica fonte de informações antropológicas, e que melhor expressa às adversidades na busca pela consolidação de sua identidade cultural.

[...]

[...] além de exercer a função educativa, essa literatura passa a exercer uma função política e social, como meio alternativo de comunicação que integra o sertão nordestino ao resto do Brasil (JARES, 2010, p. 11-12).

Ao analisar versos da literatura de cordel brasileira, Silva e Souza (2006), na obra *Informação e Formação da identidade Cultural: o acesso à informação na literatura de cordel*, destacam algumas características culturais comuns a muitos livretos do cordel brasileiro, a saber, o conservadorismo, apoiado nos “[...] valores culturais difundidos pela igreja e pelo poder público” (Ibidem, p. 219), e tradição patriarcal, ao criticar vestes e posturas femininas. Todavia, os autores consideram importante destacar que a intenção não é relatar o cordel como uma literatura preconceituosa, mas repleta dos valores e ideologias da época e da sociedade nas quais se inserem. Os autores comentam que “[...] o poeta nordestino, de maneira geral, tem conceitos conservadores e os deixam patentes em seus escritos” (Ibidem, p. 217).

A literatura de cordel contempla muitos gestos e valores culturais difundidos pela igreja e pelo poder público. É possível confirmar essas informações através dos textos que se seguem, quando se tornam perceptíveis questões culturais referentes à ideologia reguladora dessa comunidade (SILVA; SOUZA, 2006, p. 219).

Outra característica do cordel brasileiro, também observada por Silva e Souza (2006), é a mescla cultural composta em seus versos. Os autores comentam:

O cordel nordestino traz consigo uma grande miscigenação cultural que permite que cada assunto seja tratado de acordo com a predominância de uma dessas vertentes culturais (SILVA; SOUZA, 2006, p. 217).

No entanto, o ponto principal que aqui queremos abordar é que, conforme observado por Silva e Souza (2006, p. 222), a literatura de cordel não se trata de mera poesia: “[...] o acesso às informações contidas na literatura de cordel pode se constituir, embora que de forma indireta, em elemento fundamental nos processos de formação e manutenção da identidade cultural de uma comunidade”. Ao retratar, dentro de suas diversas temáticas, a vida do



sertanejo, do caipira, a literatura de cordel traz ao cerne da população brasileira a identificação com o agricultor e com a identidade agrícola.

### 3.3 A MÚSICA SERTANEJA

Outra manifestação cultural que corroborou, ao longo da história, para a formação identitária agrícola no Brasil é a “música sertaneja brasileira de raiz” (GONÇALVES, 2018, p. 26). Tendo em Cornélio Pires um de seus principais precursores, a canção sertaneja de raiz retrata a vida do homem do campo, o caipira, o seu cotidiano e o seu sofrimento ao ter que migrar para a cidade, no movimento de êxodo rural. Cornélio Pires foi escritor, palestrante e um grande impulsionador da música caipira, realizando, ao longo de sua vida, grandes esforços para que esse estilo musical ganhasse espaço e alcançasse as mais diversas regiões do Brasil. Cornélio buscou viabilizar apresentações musicais do estilo sertanejo e levar as canções até gravadoras (GONÇALVES, 2018; MATOS, FERREIRA, 2015).

Ao cair no gosto popular e se expandir para além das zonas rurais, a *música sertaneja brasileira de raiz* levou às zonas urbanas o cotidiano do caipira, fazendo com que mais pessoas se identificassem com ele, e, conseqüentemente, passou a desempenhar um papel relevante na formação da identidade cultural brasileira (GONÇALVES, 2018).

Na ampla produção de Cornélio pode-se observar a construção de representações do caipira e sua cultura, possibilitando perceber rastros de experiências vividas e idealizadas. Ele buscou trazer para o meio urbano e difundir em seus veículos de comunicação sínteses culturais, do que deveria ser contemplado e preservado (MATOS, FERREIRA; 2015, p. 614).

Gonçalves (2018) complementa ao afirmar que “com a economia agrícola predominante nos períodos iniciais de feitorias, os núcleos urbanos funcionavam em razão da área rural. Assim, a cultura do campo projetava-se nos espaços citadinos” (Ibidem, p. 31).

A música sertaneja brasileira de raiz, no contexto de música popular, busca resgatar os valores mais ligados à terra, ao homem do campo e às suas tradições. Reflete a ansiedade do sertanejo, sua angústia, alegria, tristeza, pelo contraste entre o rural e o urbano. O homem do sertão é o sujeito que se vendo na cidade, sonha com o seu recôndito rural, com sua palhoça, seu carro de boi, as boiadas na invernada, enfim todos os hábitos voltados para o campo (GOLÇALVES, 2018, p. 10).

Gonçalves (2018) nos lembra que a música sertaneja de raiz faz grande reverência às coisas oriundas da terra e a tudo o que provém dela. O cantor sertanejo tem grande apreço por tudo o que é fruto da natureza e pela simplicidade da vida no sertão. O autor destaca: “[...] a

música sertaneja brasileira de raiz é simples, singela, natural e mais original por estar vestida com o cheiro e o sabor das coisas da terra, representando os sabores e os sons que nascem no interior [...]” (Ibidem, p. 17).

A música sertaneja brasileira de raiz tem como referência todo um universo voltado para as representações do caipira, desde as temáticas à instrumentação, com ênfase, na viola. Ela é o instrumento unificador e identificador do estilo musical, agrega melodias e danças e desenvolve os diferentes ritmos e temas (GOLÇALVES, 2018, p. 179).

Ainda hoje, trechos como o da música *Romaria*, de João Mineiro e Marciano, causam grande comoção e despertam, em grande parte dos brasileiros, um sentimento de orgulho e pertencimento. Gonçalves (2018, p. 17) afirma que “[...] a música sertaneja brasileira de raiz revela uma autenticidade quanto à vida do homem do interior, do homem do sertão brasileiro. Nela, encontram-se a alegria, a tristeza, a saudade, o humor, a bravata, a religiosidade, o misticismo entre outros temas”. Os versos de *Romaria*<sup>16</sup> confirmam o apontamento do autor:

#### ROMARIA

É de sonho, é de pó  
O destino de um só  
Feito eu perdido em pensamentos  
Sobre o meu cavalo

É de laço, é de nó  
De gibeira o jiló  
Dessa vida cumprida a Sol

Sou caipira, Pirapora  
Nossa Senhora de Aparecida  
Que ilumina a mina escura e funda  
O trem da minha vida

Sou caipira, Pirapora  
Nossa Senhora de Aparecida  
Que ilumina a mina escura e funda  
O trem da minha vida

O meu pai foi peão  
Minha mãe solidão  
Meus irmãos perderam-se na vida  
À custa de aventuras  
Descasei e jóquei, investi, desisti  
Se há sorte, não sei, nunca vi  
[...]

<sup>16</sup> Retirado de: <https://www.lettras.mus.br/joao-mineiro-e-marciano/473180/>.

Quando a música estrangeira é inserida no Brasil, e começa a ganhar grande espaço, a música sertaneja passa a desempenhar também um papel de resistência e de busca por espaço e legitimidade, como uma forma de expressão cultural da identidade brasileira (GONÇALVES, 2018).

Nesse ínterim, em que a classe média emergente é influenciada pelas curiosidades e estilos musicais importados, as camadas populares urbanas mais baixas não deixaram de produzir, representando um dinâmico processo criativo organizado culturalmente para elas próprias. Fixadas à margem social da área urbana, a grande massa teve que criar maneiras de sobreviver física e culturalmente. É o momento de as classes baixas representar o som do campo na música da cidade. A partir desse período, o foco da música popular direcionar-se-á ao que denominamos de *música sertaneja brasileira de raiz* (GOLÇALVES, 2018, p. 43, grifos do autor).

Gonçalves (2018), mais uma vez, reforça sua tese da grande importância que a *música sertaneja brasileira de raiz* possui como elemento formador de uma identidade cultural brasileira. O autor afirma que a música sertaneja “[...] desempenha uma função da produção econômica do país, está presente em rituais religiosos e em festas tradicionais, como elemento mantenedor da prática e da preservação de valores culturais” (Ibidem, p. 44).

### 3.4 JECA TATU

A partir da obra de Monteiro Lobato, ganhou vida, em 1914, um personagem muito importante na representação cultural do Brasil. Jeca Tatu – ilustração do personagem na Figura 5 – representa o homem caipira, o trabalhador da roça, com pouca educação e orientação sanitária (LESSA, 2008; SOUZA, 2002). Por estar mais isolado e menos passível de influências estrangeiras, Monteiro Lobato entende que o homem do interior é a representação mais fiel de um brasileiro “puro” (SOUZA, 2002, p. 176). Por isso, é no personagem de Jeca Tatu que Monteiro Lobato encontra a autenticidade do brasileiro. Souza (2002, p. 178) afirma que, dentre as funções desempenhadas pela criação do personagem de Jeca Tatu, uma delas era a de “[...] criar uma comunidade imaginada para o Brasil”.

Contudo, a alegoria do Jeca Tatu teria a função não só de instrumento educador, mas também, como elemento de identificação, modelo para povo. Quando todo um povo cria uma imagem de si próprio (mesmo que essa imagem não condiz com a realidade) de forma que pessoas completamente diferentes passem a se ver como iguais, cria-se, então, uma Nação. Essa era uma das funções do Jeca Tatu: criar uma comunidade imaginada para o Brasil (SOUZA, 2002, p. 178).

Figura 5 – Personagem Jeca Tatu



Fonte: Blog UPdate Saúde<sup>17</sup>

Monteiro Lobato, por meio de Jeca Tatu, fazia uma contundente crítica àquilo que lhe incomodava na sociedade brasileira. Criticava o governo negligente que, ao não prover saneamento e educação de qualidade, tornava seu povo doente, preguiçoso, cansado, enquanto seus vizinhos estrangeiros eram retratados como saudáveis trabalhadores. O autor enfatizava que o brasileiro – aqui representado pelo personagem – não era em essência preguiçoso e desleixado, mas estava adoecido pelo seu contexto social e político, e deveria ser curado para que suas reais potencialidades fossem despertadas (SOUZA, 2002).

Por meio do doutor, a ciência é apresentada como a grande responsável pela *ressurreição* do Jeca, e é nesse ponto que Lobato mostra seu grande trunfo para o problema vital brasileiro. Em sua obra, ele deixa claro que *o Jeca não é assim, ele está assim*, ou seja, todas as mazelas pelas quais sofre o Brasil não são condições

<sup>17</sup> Retirado de: <https://updatesaude.wordpress.com/2014/04/18/o-jeca-tatu-de-monteiro-lobato-e-a-medicina-brasileira/>.

permanentes, ao contrário, são problemas conjunturais, passíveis de mudanças por meio da ciência. Se por um lado o Jeca doente reforça o sentimento de inferioridade nacional, por outro, ele representa toda a potencialidade escondida no brasileiro (SOUZA, 2002, p. 180, grifos do autor).

Assim, o personagem de Jeca Tatu, ao representar o homem interiorano, trabalhador da roça, corrompido pela pouca preocupação do governo com suas condições de vida, gera, mais uma vez, a identificação de toda uma sociedade com o trabalhador agrícola (LESSA, 2008; SOUZA, 2002).

### 3.5 AMÁCIO MAZZAROPI

Hemm (2009), em seu trabalho *Através do riso: identidade nacional e o cinema de Mazzaropi*, discorre acerca do papel do cinema como objeto de representação da identidade nacional e de identificação de um povo representado por seus personagens. Para ela, “[...] o cinema transpassa [...] o campo das evidências e adquire o estatuto de fonte preciosa para compreensão dos valores, das ideologias e das identidades de uma sociedade [...]” (HEMM, 2009, p. 567).

Assim, o cinema é primordial na mediação destas representações, atua como uma poderosa ferramenta de disseminação de práticas sociais e culturais. Auxilia na produção da identidade nacional de um grupo e é produzido através de uma visão, que faz parte de uma sociedade. O ambiente cria identidades e desta forma, as reconstruções produzidas pelos filmes difundem e constroem a identidade do grupo que está representado nela. Através da análise de cinematografias nacionais podemos vislumbrar traços da imagem sócio-cultural brasileira bem como os possíveis estereótipos relacionados à identidade nacional (HEMM, 2009, p. 568).

A autora aponta o cinema das chanchadas, que teve início na década de 1930 e o apogeu em 1950, como um grande influenciador nesse processo (HEMM, 2009). As chanchadas constituíam-se de uma manifestação cultural, que se utilizava da comédia, do riso, da ironia e da paródia, abordando, por vezes, questões sociais (ROCHA, 2011).

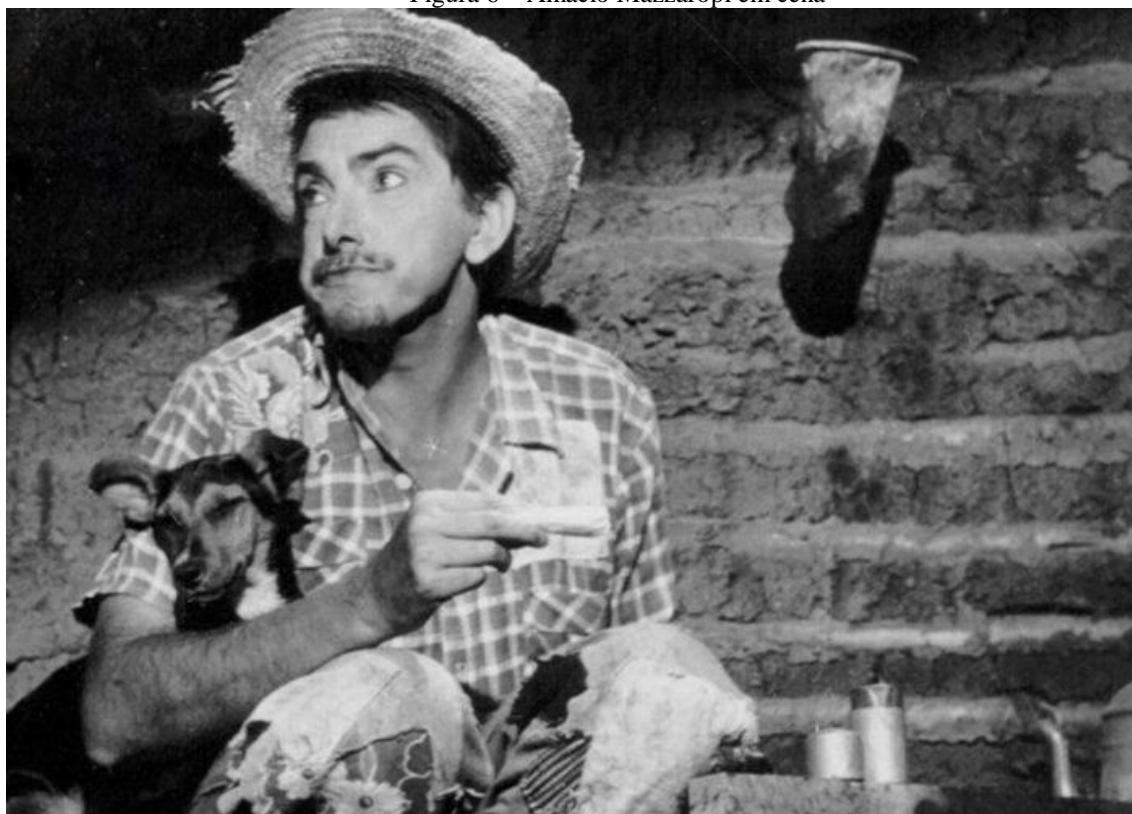
É exatamente esta visão carnavalizadora do mundo que a chanchada promove, onde o malandro, o palhaço, o caipira e outros relativizam a ordem social de maneira crítica por meio do riso, da paródia, do deboche, da festa, das performances corporais etc. (ROCHA, 2011, p. 392).

Dentro do estilo cinematográfico supracitado, Amácio Mazzaropi desempenhou um papel crucial, ao representar o homem rural, do campo, o caipira – ilustração de Mazzaropi em cena na Figura 6. Tendo participado de 32 filmes, sua atuação como homem do campo

chegou ao ápice ao interpretar Jeca Tatu, e dar personificação e identificação a um estereótipo do povo brasileiro. Para Hemm (2009, p. 569), “[...] sua extensa obra contribuiu para a consolidação de uma memória nacional sobre o caipira e constituem o registro da agressiva urbanização brasileira [...]”.

Símbolo da simplicidade e bondade, atribuídas como marcas da essência brasileira, Mazzaropi canalizava as angústias de uma população em eterno processo de embates e mutações. Assim, o caipira passa a ser eleito nessa filmografia para representar o nacional. A nacionalidade aparece como sinônimo de rural, de puro, daquilo que deve ser mantido e o Jeca vem principalmente de encontro a esse momento histórico (HEMM, 2009, p. 570).

Figura 6 – Amácio Mazzaropi em cena



Fonte: Viola Caipira<sup>18</sup>

Rocha (2011) diz que:

Com o intenso fluxo de migração interna a partir dos anos de 1940, as classes populares, semi-alfabetizadas e oriundas, em grande parte, do meio rural, puderam, por meio do consumo das imagens do país, não somente integrar-se ao ambiente urbano-industrial, mas também se reconhecer como povo e nação. Assim, [de acordo com as ideias de Canclini] no processo de construção da identidade nacional na

<sup>18</sup> Retirado de: [https://www.violacaipira.com.br/music/cultura/mazzaropi-um-artista-do-povo/?doing\\_wp\\_cron=1648307860.2143540382385253906250](https://www.violacaipira.com.br/music/cultura/mazzaropi-um-artista-do-povo/?doing_wp_cron=1648307860.2143540382385253906250).

década de 1950, a imagem do Brasil veiculada pelos cinemas ao mesmo tempo que se abria às experiências da modernidade também explorava o sentido da nossa identidade e cidadania.

[...]

Em resumo, apesar de, tradicionalmente, dar-se grande destaque à literatura no processo de formação da nação, o cinema brasileiro, não menos importante enquanto representação cultural, também contribuiu de maneira fundamental na criação de uma imagem de Brasil ao tomar parte em um processo mais amplo de construção da identidade nacional (ROCHA, 2011, *passim*).

Para Santos e Lima (2009, p. 53), “[...] o trabalho de Mazzaropi enquanto uma representação cultural de um povo [...] moveu os sentimentos, os valores, o folclore e uma infinidade de itens impregnados nas mais variadas sociedades da nação [...]”. Seus principais espectadores eram, de acordo com as ideias de Barsalini (2002) apresentadas em Hemm (2009), “carente[s] em sua formação educacional formal; são pessoas para as quais as imagens são muitas vezes a única possibilidade de acesso às informações” (HEMM, 2009, p. 570). Isso criava uma grande identificação do povo com o personagem. Porém, Mazzaropi via mais de seus espectadores. Hemm (2009, p. 573) ressalta que, na visão de Mazzaropi, “[...] o povo é inteligente e não precisa ser tratado com didática como queriam os intelectuais. O povo se encontra fora de todas as esferas das decisões, mas não quer dizer que não saiba identificar as melhores soluções econômicas e políticas”.

### 3.6 A INDUSTRIALIZAÇÃO DO SIMBÓLICO

Elder Alves, em sua obra *A economia simbólica da cultura popular sertanejo-nordestina*, discorre acerca do fenômeno denominado por Canclini (2003) como ‘industrialização do simbólico’. O fenômeno descreve o processo no qual a indústria capitalista oferta produtos que entregam algum valor simbólico/sentimental para o consumidor (ALVES, 2009). Alves (2009) explica esse fenômeno ao trazer as reflexões de Bauman (2005):

Objeto das contundentes reflexões de Zigmunt Bauman, o consumo contemporâneo é para o sociólogo polonês não mais um processo que implica consumir objetos, mas um fenômeno que consiste em acionar narrativas de vida. Para Bauman, os consumidores pós-modernos mais do que comprar e possuir bens são eles colecionadores de emoções (ALVES, 2009, p. 341-342).

Alves (2009) diz ainda, baseado nas reflexões de Campbell (2001):

O autor [Campbell] sentencia que o hedonismo moderno se diferencia das outras práticas pré-modernas de consumo fundamentalmente pelo prazer imaginativo que enseja. Assim, não são os produtos, os bens e os objetos que movem o consumidor, mas antes os prazeres imaginativos associados a esses objetos/produtos e suas

marcas, ou seja, os ideais ético-estéticos que essas marcas suscitam. Essa indistinção leva, segundo o autor, a interpretações equivocadas de que os consumidores contemporâneos possuem um desejo incontrolável de obter objetos e bens. O sistema de motivações que os levam a tais bens é a possibilidade de experimentar os dramas agradáveis que esses bens suscitam na imaginação (ALVES, 2009, p. 343).

Mais especificamente, Alves (2009) aborda como, dentro desse processo, foi criada no Brasil uma indústria simbólica centrada na cultura sertaneja, do campo e do sertão. O autor descreve o processo:

O processo de industrialização do simbólico (CANCLINI, 2003) diz respeito a um amplo movimento de desenvolvimento de processos sócio-técnicos de produção e transmissão de signos, imagens e sons que, aliado aos processos de urbanização e industrialização, gestou mercados específicos de bens e serviços culturais, responsáveis pela produção de determinados significados e a formação de memórias. Com efeito, a primeira seção do primeiro capítulo busca demonstrar como, através da imbricação entre um complexo de técnicas, linguagens e mercados simbólicos, se instituiu no Brasil um trânsito simbólico permanente entre os espaços urbanos e rurais. O gênero musical forró/baião, por exemplo, foi resultado desse trânsito permanente (ALVES, 2009, p. 11).

Alves (2009) aponta que o processo de industrialização do simbólico, o qual é gerado a partir das manifestações culturais sertanejo-nordestinas, gera um grande impacto cultural, à medida que cria uma espécie de romantização da cultura e da identidade brasileira. A industrialização desse valor simbólico gera, no seio das camadas populares, um apreço e uma identificação com a cultura sertaneja, a vida no campo, o trabalho na roça, etc. O autor afirma:

Através de alguns exemplos, o capítulo envereda por uma senda que, entre outros aspectos, lava a perceber como a *brasilidade romântica* deve sua constituição ao apreço normativo que certas clivagens das classes médias urbanas escolarizadas atribuem ao *valor de aura* e, portanto, aos conteúdos lúdico-artísticos produzidos pelas chamadas *culturas populares*, em especial a *cultura popular sertanejo-nordestina* (ALVES, 2009, p. 18, grifos do autor).

Sustentando a tese de que “[...] a formação do significado do sertão e a galvanização de uma memória social ligada ao interior da região Nordeste esteve e está diretamente ligada à expansão dos mercados culturais nos principais centros urbanos do país” (ALVES, 2009, p. 20), o autor entende que a difusão da cultura popular possui como objetivo e consequência a materialização de um conceito de identidade nacional:

A narrativa do pertencimento nacional, realizadas com o propósito de integrar regiões e populações razoavelmente distantes e muitas vezes hostis, estabeleceu um diálogo contumaz entre as variadas linhagens de intelectuais-artistas e as chamadas *culturas populares*. A relevância da *cultura popular* se potencializou, assim, por ocasião do processo de integração sócio-simbólica da *nação* como unidade de



significado mais importante (ELIAS, 2001), isto é, como um imperativo político unificador e abrangente, no qual o processo de *industrialização do simbólico* corresponde a uma das faces mais decisivas, sobretudo nos países latino-americanos e, em particular, como se viu, no Brasil (ALVES, 2009, p. 111, grifos do autor).

Após afirmar que “[...] tal processo de unificação sócio-simbólica [...] deve parte de sua consecução ao trabalho artístico-intelectual de alguns grupos político-culturais” (ALVES, 2009, p. 111), o autor utiliza as ideias de Gramsci (2001) para explicar que esses grupos de pessoas podem ser constituídos “[...] por pessoas ligadas à cultura no sentido mais amplo do termo: professores, pesquisadores, jornalistas, políticos, artistas, produtores culturais, entre outros” (ALVES, 2009, p. 112). Esses grupos, por vezes, disputam pela liderança desses símbolos e significados.

Nesse sentido, poderia se dizer que a luta pela hegemonia passa necessariamente pela organização e produção dos conteúdos simbólico-culturais e, por conseguinte, pela produção legítima dos significados. Um exemplo a esse respeito pode ser a reflexão feita por alguns autores no sentido de que no Brasil, durante os anos sessenta, o movimento militar se apoderou do Estado e da hegemonia política, ao passo que os grupos político-culturais de esquerda possuíam a hegemonia cultural dentro de importantes segmentos da sociedade civil, pelo menos até 1968 (ALVES, 2009, p. 112).

Nesse mesmo sentido, Ferreira (1995, p. 32) complementa:

[...] entendendo-se aqui por cultura o conjunto de processos simbólicos por meio dos quais se compreende, reproduz e transforma a estrutura social; é justamente por isso que a cultura é o lugar privilegiado para o exercício da hegemonia, pois é o lugar de manifestação dos conflitos.

Ainda, o autor traz as reflexões de Bourdieu (2005) sobre esses grupos detentores de liderança/hegemonia cultural serem, de certo modo, detentores de poder:

[...] Bourdieu, que apreende os intelectuais e artistas como produtores de bens simbólicos, sejam em âmbitos mais restritos ou em circuitos mais ampliados, mas sempre como agentes capazes de produzir significados coletivos, o que lhes confere modalidades específicas de poder, como o *poder simbólico* (BOURDIEU, 2005 apud ALVES, 2009, p. 112).

Ainda, Alves (2009, p. 112-13, grifos do autor) explica:

Incorporando essas contribuições, os grupos de intelectuais-artistas são apreendidos aqui como produtores de sentido, ou seja, como realizadores e potencializadores de narrativas de vida e processos de significação.

[...]

Importa perceber que as posturas, formulações e práticas discursivas desses grupos ocorreram em meio às guerras culturais nas quais estavam envolvidos, nas quais

estavam filtrando certos aspectos da categoria de *cultura popular* e, ao fazê-lo, estavam disputando o estatuto de voz autorizada sobre o popular e, por conseguinte, sobre a *identidade nacional*.

Pesavento (1999, p. 130-131) complementa:

Contemporaneamente, a identidade nacional oferece-se como paradigma exportável que combina elementos essenciais de referência sob o amálgama do estético com o do exótico: a cor da alma se expõe, com a mestiçagem positivada, a natureza se oferece, potencializa na sua dimensão aurática de ser única e específica, e a cultura se vende como mosaico, articulando peças com forte apelo ao consumo.

[...]

Para os consumidores da identidade nacional, pois ela não deixa de ser mercadoria, há que reconhecer que o kit identitário é eficaz. Ao longo do tempo, ora excluindo o povo no plano do real e do simbólico, ora incorporando-o como a síntese da alma de um país mestiço, a representação social da nacionalidade tem obtido reconhecimento. Há respostas aos apelos e planos de ordem, demonstrando o poder quase mágico do imaginário de representar o mundo e dar-lhe sentido.

Por fim, a ideia que o autor quis passar e o debate que queremos levantar aqui, ao trazer as reflexões de Alves (2009) e das demais obras, é que, pode existir – ou existe, como Alves (2009) incisivamente afirma – um processo de industrialização de símbolos em torno da cultura agrícola, da vida no campo, da música sertaneja, do agronegócio, do *slogan* ‘agro é tech, agro é pop, agro é tudo’<sup>19</sup>, por meio da propaganda, da arte, do discurso político, que mobilizam e corroboram para a identificação de toda uma sociedade em torno da construção da identidade do Brasil como um país do agro.

### 3.7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Destarte, compreendemos que representações culturais como as da literatura de cordel, da música sertaneja, da figura de Jeca Tatu e de Amácio Mazzaropi, dentre outras manifestações culturais do sertanejo no Brasil, aliadas ao campesinato – que é percebido como um valor moral no seio de muitos núcleos familiares -, e ao processo de industrialização do simbólico em torno do homem caipira, criam uma identificação da população brasileira com o homem do campo, o que gera uma aceitação da opinião pública com relação ao *status* agroexportador do Brasil.

---

<sup>19</sup> Campanha publicitária da emissora Globo.

#### **4. ANÁLISE DO PROCESSO DECISÓRIO NA POLÍTICA EXTERNA PARA AGRICULTURA DO GOVERNO BOLSONARO**

Ao iniciar a gestão de Jair Messias Bolsonaro como novo presidente do Brasil, Casarões (2019) escreveu um artigo no qual afirmava que a gestão do novo presidente seria apoiada por cinco grupos, que ele intitulou de “os cinco Bs” (CASARÕES, 2019, p. 252). O primeiro ‘B’ refere-se à Bíblia, pois a gestão é composta pela bancada evangélica e conta com várias lideranças religiosas que reforçariam as ideias conservadoras de Bolsonaro e a pretensão de aproximação com Israel. O segundo ‘B’, de Boi, indica a bancada ruralista, encabeçada por representantes do setor agrícola interessados em manter o *status* do setor no país. O terceiro ‘B’, de Bala, representa os militares e a defesa nacional, os quais se preocupam com a implementação de políticas mais rígidas em questões como, por exemplo, o tráfico. O quarto ‘B’, de Bolsonaro, refere-se aos convergentes das opiniões e ideologias expressas pelo presidente, principalmente, no tocante à aversão do movimento globalista, e pelos adeptos às visões de Olavo de Carvalho, ou seja, a bancada dos bolsolavistas. Por fim, o quinto ‘B’, referente aos Bancos, indica os adeptos do liberalismo econômico, que estão alinhados às propostas de Paulo Guedes (CASARÕES, 2019).

No último capítulo deste trabalho, iremos nos ater a um dos ‘Bs’ relatados por Casarões, mais especificamente, o ‘B’ de Boi. Após analisarmos, no capítulo um, três momentos históricos de possibilidade de mudança na política externa agrícola e, no capítulo dois, os fatores culturais que construíram e consolidaram o sentimento de um nacionalismo agrícola no Brasil, propomos, no capítulo três, analisar as decisões tomadas com relação à agricultura no governo mais recente até então, o de Jair Bolsonaro, sempre com um olhar atento à história abordada nos capítulos anteriores deste trabalho. Nesse sentido, buscaremos manter também um olhar atento à indústria e à tecnologia, analisando a atual configuração do comércio brasileiro.

Cabe termos em mente que, apesar de o “fenômeno Bolsonaro” (CASARÕES, 2019, p. 246) ser um movimento recente e de difícil comparação a qualquer outra gestão presidencial anterior, e de o ‘B’ de boi, relatado por Casarões (2019), referir-se especificamente à gestão atual, esse grupo de lideranças interessadas na ascensão do agronegócio no Brasil não é um fenômeno recente, como visto nos capítulos anteriores. Por isso, é fundamental analisarmos o processo decisório atual com vistas ao já ocorrido no

passado, observando pontos de convergência e de divergência com a história brasileira, e procurando fenômenos que sejam constantes na psique do Estado brasileiro.

Em 2018, o diplomata Marcos Azambuja reportou em entrevista que “[...] em matéria de commodities o Brasil já é uma grande potência, em matéria de ciência e tecnologia o Brasil é intermediário” (FECOMERCIO SP, 2018).

Scantimburgo (2018) afirmava:

Com a PEC do congelamento dos investimentos públicos aprovada pelo governo Temer no ano passado, somada aos contingenciamentos orçamentários nos investimentos anunciados em pesquisa, ciência e tecnologia, e à passividade e inabilidade com que o governo se inicia, tudo indica que o que está reservado ao Brasil no comércio internacional é o reforço de seu papel de exportador de matérias primas sem valor agregado (SCANTIMBURGO, 2018, p. 112).

Cabe agora analisarmos o que foi feito na gestão de Bolsonaro que perpetuou ou alterou esse *status* da Grande Fazenda Brasil.

#### 4.1 A DIPLOMACIA DO AGRONEGÓCIO

Em junho de 2019 ocorreu o seminário intitulado *Diplomacia do Agronegócio*, promovido pelo Ministério das Relações Exteriores (MRE) e pela Fundação Alexandre de Gusmão (FUNAG). Na ocasião, importantes nomes da política brasileira debateram sobre as necessidades e as projeções futuras para o agronegócio brasileiro.

Na fala de abertura, o ex-Ministro das Relações Exteriores, Ernesto Araújo, comentou sobre a criação de um departamento específico para o tema do agronegócio no Itamaraty, a saber, o Departamento de Promoção do Agronegócio. Além disso, discorreu que “[...] nós estamos empenhados para que essa diplomacia do agro seja um dos traços distintivos da política externa do presidente”<sup>20</sup>. O ex-Ministro já havia comentado sobre a criação desse departamento e a necessidade de dar mais ênfase à promoção desse setor em abril do mesmo ano, durante uma palestra na Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP). Nessa palestra de abril, Araújo enfatizou também a necessidade de que a Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (APEX) passasse a agir mais a favor do agronegócio brasileiro. Para o ex-Ministro, o Brasil possui um papel fundamental para desempenhar na temática da alimentação mundial, considerando, principalmente, os estudos da FAO, que projetam que, em 2050, a população mundial será de 10 bilhões de pessoas. Para o ex-Ministro, essa não é só uma oportunidade para o Brasil, mas uma responsabilidade. No

---

<sup>20</sup> Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=uWJezu6c27U>. Acesso em: 15 abr. 2022.

seminário<sup>21</sup> realizado em junho, o presidente da Apex Brasil, Sergio Ricardo Segovia, afirmou que “[...] quando o assunto é segurança alimentar, o Brasil é, sem dúvida, o país que possui as melhores condições para atender à crescente demanda global por alimentos”.

Ernesto Araújo ressaltou a busca do Brasil, por meio da OMC, pelo fim dos subsídios que distorcem o comércio internacional. De acordo com o ex-Ministro, é necessário haver três frentes principais de atuação para a diplomacia do agronegócio, sendo elas: a promoção comercial, as negociações de acordos comerciais e o monitoramento de barreiras, e a promoção da imagem do agronegócio. Ademais, Araújo comentou sobre as expectativas de aprofundar as relações com o mundo árabe “[...] para utilizar a capacidade dos Emirados Árabes, através de Dubai principalmente, de atuar como um ‘hub’ de exportação de produtos do agro para todo o sul da Ásia, incluindo o subcontinente indiano”. Há também grandes expectativas para os acordos com a União Europeia, as negociações com a Coreia do Sul, EFTA e o Canadá.

Uma temática fortemente levantada durante o seminário foi a promoção da imagem do agronegócio. Araújo disse que “[...] nós precisamos ter um enfoque mais profundo, mais sofisticado para construir e consolidar a reputação dos alimentos brasileiros”. Na pauta de imagem e reputação internacional, a questão ambiental também entrou no debate, pois o Brasil, a saber, possui uma imagem bastante negativa no exterior, em função do embate de interesses entre o agronegócio e o meio ambiente. O ex-Ministro ressaltou, assim, a importância de se trabalhar para melhorar a imagem do Brasil e do agronegócio no exterior.

Orlando Leite Ribeiro, Secretário de Comércio e Relações Internacionais do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) ressaltou a necessidade de ‘equalizar’ a forma como os países entram no comércio agrícola internacional. Destacou que, apesar dos grandes subsídios agrícolas que os Estados Unidos e a União Europeia dão aos seus produtores agrícolas, o Brasil segue sendo o país com o maior superávit agrícola. Para Orlando, o que destaca a gestão atual das anteriores é um grande enfoque na agricultura sustentável, que, de acordo com ele, preservaria mais de 66% da vegetação brasileira. Em sua fala, o secretário destacou o bom posicionamento que o Brasil poderia ter em pesquisas sobre desmatamento e uso de defensivos agrícolas em relação a outros países, e como isso não é divulgado. Na verdade, de acordo com ele, a retórica midiática aponta o contrário. A Embaixadora Márcia Donner Abreu, Secretária de Comunicação e Cultura complementou:

---

<sup>21</sup> Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=MHCTSxDNFsg&t=6911s>. Acesso em: 16 abr. 2022.

Os nossos competidores não desejam que o nosso agronegócio seja percebido externamente como um agronegócio de ampla qualidade e de boa imagem. Tudo aquilo que pode ser feito de forma distorcida para singularizar negativamente o agronegócio brasileiro é feito em escala quase que industrial (FUNDAÇÃO ALEXANDRE DE GUSMÃO, 2019).

Lígia Dutra, Superintendente da Confederação Nacional para a Agricultura, argumentou sobre a falsa ideia que se tem de que é simples agregar valor a produtos como o café. Ainda, ressaltou que muito se fala sobre a pouca agregação de valor feita pelo Brasil sob seus produtos, nos quais a maior parte é exportada para ser beneficiada em outros países. Lígia comentou que a agregação de valor internamente é interessante e deve ser estudada. Porém, assim como a receita do produto aumenta, os custos também aumentam, e é preciso ter isso em mente para avaliar se o processo vale à pena. Lígia diz que “[...] a gente tem que, sim, defender a agregação de valor, mas de uma forma consciente, consistente” (FUNDAÇÃO ALEXANDRE DE GUSMÃO, 2019), e afirma que os custos de agregação em outros países (como, por exemplo, na Itália, onde o café brasileiro é processado) são bem menores, o que viabiliza a agregação de valor na agricultura. Ela entende, ainda, que é prioritário, para o Brasil, desenvolver-se mais no agronegócio, nos tópicos de produtos lácteos, frutas, flores e hortaliças, piscicultura, aquicultura, apicultura e cafés. Lígia comenta que o Brasil está mal posicionado na questão dos acessos a mercados estrangeiros, por estar isolado e ter poucos acordos comerciais funcionais.

## 4.2 RELAÇÕES BRASIL-MÉXICO

Ao observarmos as notas para a imprensa, encontradas no site do Ministério das Relações Exteriores, acerca do comércio de produtos agrícolas para o México ao longo do período 2019-2022 (Anexo A), é perceptível que, ao longo da gestão de Bolsonaro, houve uma aproximação do comércio com o México. Essa aproximação se deu também em outros setores, como no de veículos leves e pesados, mas, sobretudo, no setor agrícola e agropecuário, com destaque para o arroz beneficiado, o arroz com casca, carnes de aves, ovos de aves, os subprodutos e partes, leites, produtos lácteos e sementes de gergelim. Tal aprofundamento do comércio bilateral entre as duas maiores economias da América Latina denota, dentre vários fatores, um projeto de retomada das negociações sobre livre comércio com o México, que faz parte de um projeto maior de liberalização da economia brasileira e de inserção nas cadeias globais de valor. Além do México, o Equador e a Malásia também abriram seus mercados para produtos do agronegócio brasileiro.

### 4.3 RELAÇÕES BRASIL-CHINA

Apesar das discordâncias ideológicas de Bolsonaro sobre o sistema político chinês, e da crise diplomática gerada entre esses dois países após comentários sinofóbicos por parte da família Bolsonaro, feitos durante a pandemia da COVID-19, na rede social Twitter (Anexo B), essas tensões parecem não ter sido suficientes para intervir no comércio com a China, que continua sendo o principal parceiro comercial do Brasil. Algumas notas para a imprensa presentes no site do MRE (ver Anexo C) mostram o entendimento dos dois países no contencioso do açúcar, do apoio brasileiro à candidatura de Qu Dongyu ao cargo de diretor-geral da FAO, do fim das suspensões e a retomada das exportações de carne bovina brasileira para a China. Esses são alguns dos fatores que nos levam a entender que, apesar da crise diplomática e das diferenças político-ideológicas, as relações comerciais entre Brasil e China permaneceram inalteradas, e o comércio sino-brasileiro seguiu os mesmos parâmetros já observados há muito tempo. Enquanto a maior parte dos produtos exportados do Brasil para a China se resume a *commodities* de baixo valor agregado, a China exporta para o Brasil produtos manufaturados e de alta tecnologia. Galinari (2019) aponta:

Conforme destacado por Brandão (2017), o *boom* das commodities que resultou do aumento da demanda chinesa contribuiu para uma profunda “especialização regressiva” do Brasil, pois aprofundou a “vocação” do país para a explora o dos recursos minerais e agrícolas, o que reforçou a submissão brasileira aos centros hegemônicos mundiais (BRANDÃO, 2017 apud GALINARI, 2019, p. 198).

Galinari (2019) utiliza as reflexões de Carvalho e Guerra (2016)<sup>22</sup> para comentar sobre o crescimento chin es e a diferença nas trocas comerciais Brasil-China:

[...] a forte dependência do Brasil e de seus vizinhos em rela o   China já mostrou que não   sustentável, pois bastou a potência asiática diminuir a demanda por produtos primários para a economia brasileira e de outros países colapsarem. Para as autoras, esta é, inclusive, uma das razões para a “guinada   direita” que a América do Sul vem experimentando (GALINARI, 2019, p. 198).

O ex-Ministro Ernesto Araújo (2019) também reconheceu, em certa medida, a necessidade de diversifica o da nossa economia:

Enquanto que, com a China, nós temos um relacionamento, do agronegócio, absolutamente fundamental, e também, há muitos anos, se fala, por outro lado, que esse relacionamento tem que se diversificar, que nós precisamos tanto ter produtos agrícolas, alimentícios de maior valor agregado, quanto, até mesmo, alguns produtos

<sup>22</sup> CARVALHO, A. M. P.; GUERRA, E. C. Brasil no século XXI na geopolítica da crise: para onde apontam as utopias? **Revista de Política Pública**, v. 20, n. especial, p. 267-280, 2016.

industriais; colocá-los no mercado chinês. Isso não tem acontecido. Aqui também precisamos recuperar o tempo perdido. Como? Negociando de uma maneira correta, inteligente. Porque o que vinha acontecendo é que a China, que é um país organizado, um país que cuida muito bem dos seus interesses, negociava muito bem e obtinha os seus ganhos, para os seus interesses, enquanto o Brasil não conseguia articular isso de maneira correta. Nós tendemos – em outros relacionamentos também, mas no caso da China, que é um relacionamento amplo, de amplo aspecto – a ver individualmente os nossos interesses. Então, os interesses no mercado agrícola; no mercado de carnes, por exemplo; na tecnologia; nos investimentos chineses no Brasil, nos investimentos em recursos naturais, da China, no Brasil, por exemplo, mas tratando cada um individualmente. Enquanto a China trata tudo isso em conjunto, que é o que tem que ser (ARAÚJO, 2019, p. 200).

De acordo com reportagem da BBC News<sup>23</sup> de 2021, apesar das relações conflituosas entre os dois países no campo diplomático, a participação chinesa nos destinos das exportações brasileiras atingiu marco recorde em 2020. A jornalista Camilla Veras Mota, na reportagem da BBC News Brasil, afirma que “[...] mais de um terço de tudo o que o Brasil vende para o mundo tem como destino final a China”. Entretanto, a jornalista destaca que as previsões para os próximos anos são de que a China se torne mais seletiva quanto a seus investimentos diretos, uma vez que seu mercado está mudando e empregando maior foco no desenvolvimento interno. Desse modo, pelas indisposições do governo brasileiro com o governo chinês, a jornalista aponta na reportagem, com base na avaliação de Evandro Menezes, Coordenador do Núcleo Brasil-China da FGV-Rio, que “[...] o Brasil vem perdendo uma oportunidade de desde já atrair capital chinês para áreas de maior intensidade tecnológica, que poderiam ajudar a desenvolver a nossa indústria”.

As declarações de Bolsonaro em relação à China, e a visita à Taiwan na sua pré-candidatura (vista pela China como um movimento de afronta), despertaram preocupação para a Ministra da Agricultura Tereza Cristina, que, conforme destacam Saraiva e Silva (2019), manifestou sua preocupação em diálogo com Ernesto Araújo e reforçou “a importância de se moderar as declarações sobre um temor do avanço chinês para o país, que poderiam ser nocivas para o comércio com o país asiático” (SARAIVA; SILVA, 2019, p. 122).

#### 4.4 RELAÇÕES BRASIL-EUROPA

Apesar de o primeiro trimestre sob gestão de Bolsonaro ter iniciado com algumas turbulências na relação com a União Europeia (UE), em razão de salvaguardas estabelecidas pelo bloco no que se refere à importação de produtos de aço, as relações do Brasil com a UE

---

<sup>23</sup> MOTA, C. V. **Tensões com China - mas também negócios - aumentam em dois anos de Bolsonaro**. São Paulo: BBC Brasil, 2020. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-55268591>. Acesso em: 17 abr. 2022.



seguiram avançando tanto no campo tecnológico, quanto no setor agrícola. Ainda no ano de 2019, foram concluídas as negociações entre os blocos Mercosul e União Europeia, em processo há 20 anos. A partir do acordo, inúmeros gêneros agrícolas brasileiros ingressarão no bloco europeu sem tarifas, o que pode impulsionar fortemente o agronegócio brasileiro. Em contrapartida, o Mercosul terá acesso mais barato aos produtos tecnológicos europeus. De acordo com a fala do ex-Ministro Ernesto Araújo, da Ministra Tereza Cristina e do Secretário Especial de Comércio Exterior e Assuntos Internacionais, Marcos Troyjo, presentes em coletiva de imprensa<sup>24</sup> realizada em Bruxelas em junho de 2019, o acordo traz benefícios ao Brasil à medida que diminui as desvantagens antes presentes, em comparação com os países que já possuíam acordos de livre comércio com a União Europeia. Nas palavras de Marcos Troyjo, “[...] um dos efeitos que nós esperamos é um aumento significativo da corrente de comércio, o comércio exterior vai ficar mais importante para o Brasil”. Ademais, Marcos Troyjo destacou na coletiva de imprensa em Bruxelas (BRASIL, 2019):

[...] porque o nosso modelo de inserção internacional (ou de falta de inserção internacional) foi marcado pela substituição de importações, um mercado muito protegido, a grande maioria do influxo de investimento estrangeiro direto que o Brasil teve ao longo dos anos foi para montar operações econômicas no Brasil [...] as vezes única e exclusivamente voltada ao mercado interno, e um dos efeitos colaterais negativos disso é que o Brasil ficou muito distante das chamadas redes globais de produção, ou cadeias globais de produção.

A fala do Secretário denota a intenção do governo de superar efeitos negativos provenientes de um mercado protecionista, e de caminhar em direção a uma economia mais aberta, beneficiando a inserção de nossos produtos, principalmente, dos gêneros agrícolas e agropecuários, no mercado estrangeiro.

Contudo, como aponta a repórter Nathalia Passarinho da BBC News<sup>25</sup>, o acordo ainda precisa ser ratificado, e a má gestão de Bolsonaro quanto ao meio ambiente e à questão da Amazônia pode dificultar esse processo. Lemos, Morais e Santos (2019) destacam:

Quanto ao acordo com a União Europeia, o principal desafio brasileiro será a reformulação sobre a questão mineral em reservas e expansão do garimpo em território indígena, uma vez que o próprio Presidente Jair Bolsonaro declarou a intenção de liberar ambas as ações, dado o pronunciamento presidencial de que as áreas demarcadas como território indígena são muito extensas, o que prejudica o agronegócio, este sendo o motivo da estagnação econômica do Brasil (LEMOS; MORAIS; SANTOS 2019, p. 16).

<sup>24</sup> Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=qx7zVAhOVGI>. Acesso em: 20 abr. 2022.

<sup>25</sup> PASSARINHO, N. **1 ano de governo Bolsonaro: 6 momentos-chave que revelam guinada na política externa brasileira**. Londres: BBC Brasil, 2020. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-50760533>. Acesso em: 21 abr. 2022.

Ainda, pouco tempo após a conclusão das negociações do acordo entre o Mercosul e a União Europeia, foram concluídas negociações de um acordo similar entre o Mercosul e EFTA, ampliando a expansão do diálogo e do comércio com a Europa.

O estreitamento das relações entre o Brasil e a Europa, no período, não se deu apenas no âmbito de negociações comerciais. Conforme pode ser observado no Anexo D, a troca de conhecimentos sobre crescimento, sustentabilidade, políticas públicas e, mais recentemente, a parceria tecnológica no campo da pesquisa nuclear, também estiveram presentes no diálogo.

Entretanto, Naidin, Veiga e Rios (2021) partilham da visão de que os acordos entre o Mercosul e a Europa dificilmente trarão impactos a curto prazo em direção à liberalização da economia e à inserção internacional do Brasil. As dificuldades burocráticas presentes no interior do bloco europeu, assim como a resistência de alguns países com relação ao acordo, em função de posicionamentos do Presidente brasileiro sobre questão ambiental, dificultam que esses acordos sejam, de fato, colocados em prática.

#### 4.5 RELAÇÕES BRASIL-ESTADOS UNIDOS

Durante sua gestão, ficou muito nítida a adoração quase desmedida de Bolsonaro pelos Estados Unidos – mais especificamente pela figura de Donald Trump. Entretanto, ao analisarmos os feitos concretos de política externa entre o Brasil e os Estados Unidos (alguns deles podem ser vistos no Anexo E), não nos parece que, na prática, os resultados tenham sido proporcionais ao tamanho esforço e admiração demonstrados por Bolsonaro a Trump. Bolsonaro abriu mão dos benefícios diferenciados a países emergentes concedidos pela OMC, ampliou as cotas de importação de trigo e de etanol americanos, eliminou a exigência de visto para americanos e cedeu a base de Alcântara para o lançamento de foguetes dos Estados Unidos. Em contrapartida, os Estados Unidos aumentaram a quota nas importações de açúcar para o Brasil e retiraram as suspensões sobre carne bovina brasileira. Sem dúvidas, essas medidas tomadas pelos Estados Unidos beneficiam o agronegócio brasileiro, mas cabe a reflexão sobre essas medidas serem uma devolutiva importante o suficiente. A repórter Nathalia Passarinho, em reportagem da BBC News, destaca a visão do professor de Relações Públicas Internacionais, Christopher Sabatini da Universidade de Columbia em Nova York:

Eu acho que de fato havia uma necessidade importante de corrigir a política anti-EUA do governo PT. Então, essa é uma mudança bem-vinda. O problema é que ela foi completamente para o extremo da outra direção, de se abraçar não a agenda dos Estados Unidos, mas a agenda de um presidente, e um presidente que é uma figura singular na política americana e uma figura que é muito inconstante e muito

intempestiva. Então, o que acontece é que em vez de tentar se tornar um aliado dos EUA, Bolsonaro se tornou um aliado de Trump, e Trump não é uma pessoa consistente.

Essa aproximação de Bolsonaro a Trump fica ainda mais nítida quando há o esfriamento das relações após a posse de Biden. A adoração desmedida de Bolsonaro à figura de Donald Trump nos remete à época do chamado alinhamento automático, praticado durante o governo de Castelo Branco.

Fuly (2020) destaca que, durante a gestão de Vargas, também havia uma assimetria na relação entre Brasil e Estados Unidos, que levou o Brasil a buscar barganha com outros países. O autor explica:

Foi assim que neste período no qual o governo Varguista juntamente com seu chanceler Oswaldo Aranha, à revelia de uma clara assimetria nas relações entre Brasil e USA, caracterizou-se por um alto teor de barganha brasileira que ficou consagrado como “política pendular” ou “equilíbrio pragmático” (FULY, 2020, p. 49).

Gonçalves e Teixeira (2020, p. 202) destacam a “[...] histórica necessidade de aprovação de Washington” presente em governos anteriores e no atual governo Bolsonaro. Entretanto, os autores apontam:

As atuais relações do Brasil com os Estados Unidos não são motivo de grande perplexidade pelo simples alinhamento, portanto. Em outros momentos da história, o Brasil se alinhou. O que causa espanto desta vez, no entanto, é que, por mais que se procure, nada se encontra que possa ser qualificado como do interesse nacional. Desde o início do atual governo, o Brasil diminui sua margem de manobra: cede aos EUA sem expectativa de reciprocidade e mesmo sem que tenha havido qualquer tipo de pressão por parte do vizinho do Norte (Teixeira, 2019). Cedemos por antecipação e por escolha (GONÇALVES; TEIXEIRA, 2020, p. 202).

A citação de Gonçalves e Teixeira (2020, p. 202), “cedemos por antecipação e por escolha”, remete-nos à época colonial, pré-Tarifa Alves Branco, quando cedíamos benesses à Inglaterra a troca de mero reconhecimento. Teria o aprendizado daquela época já sido esquecido? Houve uma troca de personagens, o *hegemon* agora não é mais a Inglaterra, e sim os Estados Unidos, mas a postura do Brasil perante a potência maior parece permanecer em um lugar de submissão.

Na visão do ex-Ministro das Relações Exteriores, Ernesto Araújo (2019), o posicionamento brasileiro não se qualifica como um alinhamento automático, uma maior aproximação do Brasil com a potência norte-americana já era ansiada, e as críticas dessa aproximação não são motivadas pelo que se faz, mas por quem o faz.

Durante vinte anos, havia esse anseio, essa repetição constante, e correta, por parte de analistas, de novo, por parte do setor privado, de que precisamos de uma relação correta e dinâmica com os Estados Unidos, que isso não está acontecendo. Tentamos fazer essa relação. E acho que conseguimos abrir o espaço para essa nova relação. E aí eu não entendo muito bem: “não, não pode. Agora não pode.” Por quê? Não sei, não entendi. Não entendo muito bem qual é a lógica que preside as críticas que surgiram em relação aos resultados da visita (ARAÚJO, 2019, p. 193).

Além disso, o ex-Ministro afirma não se incomodar com as alegações de que o movimento de aproximação com os EUA seria sem reciprocidade ou movido por ideologia. Ele discute, em palestra na Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (FIRJAN) ocorrida em agosto de 2019, sobre a nova política externa do Brasil e sua vertente comercial:

Nós quebramos esse limite. Nós quebramos essa barreira. Isenção unilateral de vistos para americanos, japoneses, australianos e canadenses. Aumento de 100%, 200%, 300% no turismo, nos principais centros de turismo no Brasil, já este ano, graças a essa medida. O visto eletrônico tinha aumentado mais ou menos 35% o turismo. Sem reciprocidade? É, sem reciprocidade. Um Deputado amigo meu dizia: a reciprocidade é o emprego; a reciprocidade é a renda; a reciprocidade é o desenvolvimento econômico que isso está trazendo para regiões que dependem do turismo. Só para dar um exemplo. Por quê? Porque nós resolvemos quebrar essa barreira. “Ah, a gente não pode parecer que não exige reciprocidade para os americanos. O que vão achar?” O que vão achar é que um sujeito que não tinha emprego agora tem, está trabalhando no turismo em algum lugar no Brasil (ARAÚJO, 2019, p. 359).

Gonçalves e Teixeira (2020) ressaltam a análise de Cruz (2019)<sup>26</sup>, que conclui que, no governo Bolsonaro, a política externa não é utilizada como um instrumento facilitador dos objetivos nacionais, mas como um instrumento de promoção dos interesses pessoais do Presidente brasileiro. Saraiva e Silva (2019) reforçam que:

Desde 2009, a China é o principal parceiro comercial brasileiro, e desde então o balanço comercial é positivo para o Brasil [...]. Tal situação não é idêntica no padrão das relações comerciais com os Estados Unidos [...], em que houve um predomínio de déficits no balanço, o que realça a importância da manutenção de uma boa relação bilateral com a China (SARAIVA; SILVA, 2019, p. 122).

Tendo isso em mente, cabe nos questionarmos o posicionamento do Presidente brasileiro em enxergar o seu principal parceiro comercial como uma ameaça, e em não poupar comentários xenofóbicos que reforçam o temor de uma ameaça chinesa, enquanto venera a figura de Trump e a sua política.

<sup>26</sup> CRUZ, S. C. V. e. **Interesse nacional e privatização da política externa brasileira**. Brasil: Nexo Jornal, 2019. Disponível em: <https://www.nexojournal.com.br/ensaio/2019/07/07/O-in%C3%ADcio-do-governo-Bolsonaro-visto-por-cientistas-pol%C3%ADticos>.

#### 4.6 RELAÇÕES BRASIL-EMIRADOS ÁRABES UNIDOS

No início da gestão Bolsonaro, o ex-Ministro Araújo (2019) comentou sobre as projeções de aproximação com os Emirados Árabes e a pretensão de tornar Dubai uma espécie de *hub* para os produtos agropecuários brasileiros. Além de trazer essa pauta durante o seminário *Diplomacia do Agronegócio*, como visto anteriormente, em palestra na Federação das Indústrias do Estado de São Paulo, ocorrida em abril de 2019, o ex-Ministro também explanou sobre esse projeto:

Já iniciamos um projeto, por exemplo, para trazer mais investimento de fundos de investimento dos Emirados Árabes para o Brasil. Vamos começar um projeto de, através dos Emirados, conseguir mais acesso, por exemplo, ao mercado de produtos alimentícios da Índia, que é um mercado muito difícil de acessar diretamente. É até uma ideia dos Emirados Árabes, não foi nossa. Pareceu uma ideia esplêndida de incrementar, através do papel de *hub* distribuidor dos Emirados Árabes, a nossa presença nesse enorme mercado que é a Índia (ARAÚJO, 2019, p. 196).

Já em novembro de 2021, durante seminário no *Fórum Invest In Brasil*, em Dubai, a ministra Tereza Cristina destacou as oportunidades para agropecuária brasileira<sup>27</sup>:

Nosso país é uma das melhores opções para ajudar o mundo a combater a insegurança alimentar. Segundo estimativas da FAO, a demanda global por alimentos crescerá pelo menos 60% até 2050. Se levarmos em conta que poucas nações terão capacidade de aumentar a própria produção de forma tão acentuada em curto período, os principais fornecedores, entre os quais o Brasil, precisarão encontrar formas ainda mais eficazes de plantio, colheita e distribuição. Nós já estamos nesse caminho.

De acordo com a Confederação Nacional da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA)<sup>28</sup>, foi inaugurado um escritório da CNA em Dubai, nos Emirados Árabes Unidos, em fevereiro de 2022, a fim de incentivar e de facilitar as exportações de produtos agropecuários para o Oriente Médio.

Em entrevista ao canal Notícias Agrícolas<sup>29</sup>, realizada em fevereiro de 2022, Karen Jones, Chefe de Operações do Escritório da Apex-Brasil para Oriente Médio e Norte da África, reforçou a importância da parceria estratégica do Brasil com os Emirados Árabes na

<sup>27</sup> A matéria completa está disponível em: <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/noticias/em-dubai-ministra-destaca-oportunidades-de-investimentos-na-agropecuaria-brasileira>.

<sup>28</sup> SENAR. **Escritório da CNA em Dubai vai estimular exportações agropecuárias, diz vice-presidente da FAESP**. Brasil: CNA Brasil, 2022. Disponível em: <https://www.cnabrasil.org.br/noticias/escritorio-da-cna-em-dubai-vai-estimular-exportacoes-agropecuarias-diz-vice-presidente-da-faesp>. Acesso em: 20 maio 2022.

<sup>29</sup> NOTÍCIAS AGRÍCOLAS – OFICIAL. **Emirados garante segurança alimentar para os árabes e abre portas para novas exportações aos br**. Brasil: [n. s.], 2022. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=-YbUAfmJJeI>. Acesso em 24 maio 2022.

questão da segurança alimentar. Atualmente, o Brasil é responsável por grandes exportações para essa região, principalmente as de proteína animal. As expectativas são de que seja aumentada a pauta de exportações para insumos, como frutas e cafés especiais, por exemplo. Karen destacou, ainda, o fato de que exportar nossos produtos agrícolas para os Emirados Árabes traz grandes oportunidades, por este ser um centro estratégico de distribuição para outros países da região.

Ainda, a reportagem do Canal Rural<sup>30</sup> de abril de 2022 apontou que os Emirados Árabes ultrapassaram a China como o maior destino das exportações de carne de frango do Brasil, o que reforça a importância e o estreitamento dessa relação.

#### 4.7 LIBERALIZAÇÃO DO COMÉRCIO

Desde antes de Bolsonaro tomar posse, seu discurso sobre a necessidade de o Brasil tornar seu comércio mais livre e aberto já era presente. A retórica liberal sempre teve grande espaço nos discursos de Bolsonaro, alinhada à promessa de tornar o Brasil mais ativo nas cadeias globais de valor. Naidin, Veiga e Rios (2021) destacam que:

Ao contrário da continuidade do processo de liberalização – o que ocorreu em grande número de países em desenvolvimento – assistiu-se, no Brasil da primeira metade dos anos 2010, ao recrudescimento do protecionismo, sob a forma de um conjunto de instrumentos de políticas industriais com elevado potencial para impactar fluxos de comércio e investimentos. Na política comercial, o Brasil tornou-se um dos maiores usuários de direitos antidumping.

Esse conjunto de medidas não foi capaz de reverter o fenômeno que preocupava o governo: a “desindustrialização” ou “perda de densidade industrial”. Na realidade, a perda de participação da indústria manufatureira no PIB e nas exportações continuou sinalizando o esgotamento de um padrão de resposta às dificuldades da indústria baseado em proteção e subsídios. A política comercial somente começou a mudar, ainda que marginalmente, a partir do governo Temer (NAIDIN; VEIGA; RIOS, 2021, p. 5).

Assim, havia uma expectativa de que a ascensão de Bolsonaro proporcionaria uma maior abertura econômica do Brasil. A partir de notas para a imprensa presentes no site do MRE (ver Anexo F), é possível observar alguns esforços nesse sentido, através de negociações em prol de facilidades nas trocas comerciais – como as negociações com a União Europeia e EFTA –, e nas iniciativas para reduzir os subsídios aplicados por outros países, que distorcem os preços internacionais, principalmente os dos subsídios agrícolas, e na utilização do Grupo de Cairns como propulsor.

---

<sup>30</sup> CANAL RURAL. **Emirados Árabes batem China e viram maiores compradores de frango do Brasil**. São Paulo: Canal Rural, 2022. Disponível em: <https://www.canalrural.com.br/noticias/pecuaria/emirados-arabes-batem-china-e-viram-maiores-compradores-de-frango-do-brasil/>. Acesso em: 25 maio 2022.

Além dos acordos com União Europeia e EFTA, seguem em negociação os acordos com o Canadá e com a Coreia do Sul, com grande potencial de impacto para o agronegócio brasileiro. Outros acordos, tais como com o México, os Estados Unidos e o Peru, também passaram pela agenda, mas estão estagnados por diversos motivos – um deles é a imagem negativa do presidente Bolsonaro no cenário internacional, principalmente com relação à questão ambiental. Para Naidin, Veiga e Rios (2021), as expectativas de liberalização da economia não foram atendidas:

Durante a campanha eleitoral de 2018, a plataforma do candidato que resultaria vencedor do pleito à Presidência defendeu a abertura comercial da economia. Criou-se a expectativa de que os tímidos movimentos de liberalização ou de busca de integração do país à economia global, adotados pelo governo Temer, teriam continuidade e até mesmo seriam aprofundados. No entanto, apesar de algumas iniciativas de liberalização – especialmente na esfera das negociações comerciais e da política de instrumentos não tarifários – a realidade não confirmou estes prognósticos, atestando mais uma vez a resiliência do protecionismo comercial brasileiro.

[..]

O cenário que se desenha, em nível internacional, não contempla a liberalização dos fluxos de comércio e de investimentos como prioridade dos principais atores. Ao contrário, há uma percepção crescente dos riscos da globalização – em parte associados ao “risco China”, mas não apenas a esse fator – e as medidas que vêm sendo adotadas “enquadram” as políticas de comércio e de investimento dentro de agendas defensivas, motivadas por preocupações geopolíticas e/ou climáticas. Além disso, há uma revalorização do papel do Estado na economia e de temas como política industrial e de inovação, que perderam força durante o período de hegemonia das agendas de políticas chamadas “neoliberais” (NAIDIN; VEIGA; RIOS, 2021, passim).

É interessante observarmos o movimento de países, como o Brasil e os demais presentes no grupo de Cairns, defendendo uma maior liberalização do comércio e a redução de políticas protecionistas, enquanto, por exemplo, os Estados Unidos e alguns países europeus dão grandes subsídios a seus produtores agrícolas. Ou seja, cabe a reflexão de como os Estados Unidos, país que defende veementemente o liberalismo econômico, operam com algumas políticas protecionistas, enquanto países menos desenvolvidos, como o Brasil, acabam sofrendo com a distorção internacional de preços que essas políticas causam, e lutando por uma maior liberalização do comércio. Observar esse fenômeno nos remete à obra *Chutando a escada* de Ha-joon Chang, na qual o autor defende a ideia de que os países desenvolvidos pregam a agenda liberal para o resto do mundo enquanto, internamente, praticam medidas protecionistas de desenvolvimento.

Da mesma forma, esse fenômeno nos fez recordar que este não é um movimento tão atual assim. No primeiro capítulo deste trabalho, quando falamos das concessões que o Brasil cedia às nações amigas no período imperial, destacamos a crítica que Cervo e Bueno (2002)

fizeram ao sistema liberal – momento em que o sistema de tratados impunha ao Brasil a lógica de livre comércio, que inundava nosso país de produtos exportados extremamente competitivos, com tarifas muito baixas, enquanto aquelas nações-amigas praticavam internamente um sistema protecionista de alavancagem à indústria.

Contudo, Naidin, Veiga e Rios (2021) fazem uma afirmação que poderia ser utilizada para rebater a tese de Há-joon Chang. Os autores declaram:

Ocorre que grande parte dos países que hoje adotam medidas restritivas na área comercial e de investimentos o fazem sobre uma “base” construída a partir de longos processos de liberalização das políticas nessas áreas: as tarifas industriais são muito baixas e os regimes de investimento direto francamente liberais (NAIDIN; VEIGA; RIOS, 2021, p. 9).

Estaria o Brasil sempre nadando na direção contrária dos países desenvolvidos? Naidin, Veiga e Rios (2021, p. 9) explicam:

Como se sabe, o Brasil ficou à margem dos processos de liberalização comercial adotados pela maioria dos países em desenvolvimento nos últimos 25 anos. Portanto, as propostas de liberalização comercial em debate no país buscam aproximar o grau de proteção conferido à produção nacional ao vigente na média daqueles países. Não se trata, de fazer movimentos contrários à corrente internacional, mas sim de “normalizar” a política comercial brasileira com vistas a estimular a eficiência, a produtividade e o aumento do bem-estar social.

Ao falar sobre o atraso do Brasil, Azambuja (2018) afirma:

Não é que o Brasil perca os trens, mas é um pouquinho um país retardatário, o Brasil chega um pouco atrasado às coisas, o Brasil tem uma tendência não a perder o bonde, eu digo sempre que o Brasil erra pouco, o Brasil demora muito em acertar. A história do Brasil não tem muitos erros, porque a história do Brasil tem a demora no acerto (FECOMERCIO SP, 2018).

O que ocorre, então, é que as intenções do governo brasileiro de tornar o seu comércio mais liberal e aberto seriam uma maneira de mitigar os efeitos negativos causados por medidas protecionistas praticadas em governos anteriores, e de deixar o Brasil mais próximo das políticas comerciais dos países desenvolvidos.

No que se refere às tarifas de importação, a reforma comercial dos anos 90 aproximou os níveis de proteção praticados pelo Brasil àqueles adotados por países com níveis de desenvolvimento semelhantes. Nas décadas que se seguiram, porém, a política tarifária manteve-se praticamente estável e o Brasil não acompanhou os movimentos de liberalização comercial empreendidos por grande número de países em desenvolvimento, através de liberalizações unilaterais ou negociadas (NAIDIN; VEIGA; RIOS, 2021, p. 10).



Ademais, os autores destacam que a divergência entre o Brasil e as nações desenvolvidas não se dá apenas no sistema econômico vigente, mas nas pautas escolhidas para maior proteção e maior liberalização.

Ao contrário do que ocorre em número expressivo de países, que concentram barreiras à importação no setor agrícola, o Brasil protege relativamente mais os setores que compõem a indústria (NAIDIN; VEIGA; RIOS, 2021, p. 10).

Por fim, os autores concluem que:

O balanço da administração da política comercial rumo à liberalização das importações, passados dois anos e meio da posse do atual governo, leva à constatação de que abertura da economia está longe das expectativas criadas pelo discurso liberalizante da equipe econômica (NAIDIN; VEIGA; RIOS, 2021, p. 44).

Os autores discutem ainda sobre uma “resiliência do protecionismo comercial brasileiro” (NAIDIN; VEIGA; RIOS, 2015, p. 5). Não nos cabe aqui entrar em discussões acerca de qual sistema econômico seria o mais adequado para uma alavancagem brasileira. Devemos olhar para a história passada e analisar os pontos de convergência. De fato, observamos, no Capítulo 1 deste trabalho, que o debate entre protecionistas e liberais não é novo; em 1844, os protecionistas ganhavam mais espaço na tomada de decisão, e parecem ter ganhado por um bom tempo até a ascensão de Michel Temer. Teria o Brasil feito o caminho inverso das nações desenvolvidas no campo econômico? Estariam Naidin, Veiga e Rios (2021) certos quando falam que as nações desenvolvidas agem com medidas protecionistas sob uma base liberal bem consolidada? Teríamos nós feito o contrário, agindo com políticas protecionistas no passado e tentando implementar o liberalismo agora? Esse caminho inverso pode trazer bons resultados para o Brasil? Esses são questionamentos para os quais cabe um debate aprofundado. Portanto, enxergamos que não há uma única resposta ou visão correta para uma temática tão complexa.

Se observarmos os dados empíricos sobre a temática de liberalização do Brasil no período Bolsonaro, e analisarmos o índice de liberdade econômica elaborado pelo *think tank* norte-americano *The Heritage Foundation*, podemos perceber que, apesar de, num comparativo entre o ano de 2018 e de 2022, o Brasil ter subido 20 posições no índice, a sua pontuação cresceu pouco, de 51,4 pontos, em 2018, para 53,3 pontos em 2022. Ou seja, a subida de posição do Brasil se deu mais em função de uma piora de outros países, no quesito de abertura econômica, do que de uma melhora do Brasil. Assim, em 2022, o Brasil se

manteve na classificação de ‘Mostly Unfree’ do índice, com pontuação abaixo da média regional para as Américas (59,4), e abaixo da média mundial (60,0). Destarte, constata-se que “seu nível de liberdade econômica mudou pouco nos últimos 5 anos” (MILLER; KIM; ROBERTS, 2022, p. 120, tradução nossa).

#### 4.8 INDÚSTRIA AERONÁUTICA

No campo do comércio de maior valor tecnológico, o que se destacou no Brasil, no período de análise, foi a indústria aeronáutica, pautada, principalmente, pelas exportações de aeronaves KC-390. É perceptível, no período, um processo de internacionalização do setor aeronáutico brasileiro (ver notas no Anexo G), com a aquisição desses produtos de alto valor agregado por Portugal e Hungria. Santos (2019), no trabalho intitulado *A competitividade brasileira na indústria de alta tecnologia: o modelo aeronáutico*, presente no Caderno de Política Exterior de 2019, retrata que, apesar da vocação brasileira de ser grande produtor de produtos primários, a indústria aeronáutica é um contrapeso nesse cenário.

Na Figura 7 podemos perceber que esse avanço da indústria aeronáutica já vem ocorrendo deste antes da posse do atual governo, sendo essa a única indústria de alta tecnologia a ter saldo positivo na balança comercial de 2018 (SANTOS, 2019).

[...] à medida que a tecnologia aumenta, proporcionalmente, o déficit da balança aumenta. Nos produtos de *média-alta* tecnologia, o país importa aproximadamente o dobro do que exporta. Para os produtos de alta tecnologia, importa o triplo do que exporta, gerando o déficit de 19,8 bilhões. Neste resultado, para a matriz de alta tecnologia, *apenas a indústria aeronáutica é responsável pelo saldo positivo em 2018* [...].

[...]

Apesar do saldo total de *alta* tecnologia ser negativo, é perceptível a vocação aeronáutica nacional, a qual contribuiu como impulsionadora do desenvolvimento tecnológico, disputando um mercado altamente competitivo com as principais potências mundiais (SANTOS, 2019, p. 262-263, grifos do autor).

Assim, parece-nos que a indústria aeronáutica desempenha o papel de sustentáculo da indústria de alta tecnologia na nossa balança comercial. Todavia, sozinha, a indústria aeronáutica não é suficiente para mudar o nosso *status* de país agroexportador.

A exportação de *commodities* representa uma importante possibilidade de captação de divisas que poderiam ser utilizadas, ao menos em parte, como investimento para o aprofundamento de capital, conforme o modelo de Solow (JONES, 2000), ou seja, para aumentar a relação renda/trabalhador *per capita* até o estado estacionário. Em contrapartida, somente o desenvolvimento tecnológico pode assegurar o crescimento econômico de maneira sustentada no longo prazo. Embora a produção de *commodities* requeira de igual forma o uso de tecnologias, o produto exportado em

si é básico e de baixo valor agregado, sendo a tecnologia utilizada na maior parte das vezes para a redução de custos do processo produtivo, uma vez que as *commodities* em si não se diferenciam, pois apresentam como característica a uniformidade para o estabelecimento de preços em bolsas internacionais.

[...]

A indústria de transformação, por outro lado, agrega tecnologia e valor ao resultado final de seus produtos. Considerando que no setor aeronáutico o domínio de tecnologias da fronteira do conhecimento é uma premissa básica, a competição internacional obriga os concorrentes a romperem permanentemente as fronteiras do conhecimento para manterem-se no mercado (SANTOS, 2019, p. 270-271, grifos do autor).

Figura 7 – Balança Comercial Brasileira em 2018.

**TABELA 3: BALANÇA COMERCIAL BRASILEIRA 2018 – POR INTENSIDADE TECNOLÓGICA**

Balança comercial US\$ bilhões FOB	Exportação	Importação	Saldo
Total	240	181.2	58.8
Produtos N.C.I.T	98.5	17.6	80.9
Produtos de Baixa Tecnologia	55.9	16.8	39.1
Produtos de Média-Baixa Tecnologia	36.4	43.9	(-7.5)
Produtos de Média-Alta Tecnologia	38.9	73	(-34.1)
Produtos de Alta Tecnologia	10.2	30	(-19.8)
Produto aeronáutico	7.4	1.6	5.8

Fonte: Ministério da Economia, 2019.

Fonte: Caderno de Política Exterior de 2019.

Conforme pode ser observado na tabela apresentada no Apêndice A, os produtos aeronáuticos estiveram entre as 20 principais pautas de exportação no ano de 2019. Apesar de ocupar apenas a 14<sup>a</sup> posição, é importante ter em mente o alto valor agregado dos produtos. De acordo com dados do Ministério da Economia, e informações observadas através da plataforma ComexStat, em 2020 e 2021 os produtos aeronáuticos ocuparam, respectivamente, a 20<sup>a</sup> e a 21<sup>a</sup> posição entre os principais produtos exportados pelo Brasil, representando o valor de \$2.074.827.223 em 2020, e de \$2.196.697.713 em 2021.

#### 4.9 AGRICULTURA E A COVID-19

O setor agrícola conseguiu ser, no Brasil, aquele que sofreu o menor impacto pela crise da COVID-19, apresentando ainda, projeções de crescimento. Bento e Alfieri (2021), no trabalho intitulado *Covid-19 e Agricultura: o impacto da pandemia nos sistemas agrícolas brasileiro e internacional em 2020*, comentam que “[...] a agropecuária foi o setor menos impactado pela pandemia, com uma projeção de crescimento de 2,3% em 2020” (Ibidem, p. 37). O setor conseguiu ainda bater recordes de exportação em 2020. Ademais, o Brasil desempenhou um importante papel como provedor de alimentos para o mundo durante a crise (BENTO; ALFIERI; 2021). Os autores destacam:

A verdade, porém, é que o comércio de produtos agrícolas se mostrou mais robusto e resiliente do que o comércio geral, e o abastecimento de alimentos tem sido satisfatório, fazendo sua parte para que a crise sanitária não deteriore sobremaneira a situação da segurança alimentar no mundo. Isso reflete a natureza essencial dos alimentos e a correspondente inelasticidade-renda relativa de sua demanda, bem como o fato de que a maior parte do comércio agrícola (principalmente de cereais e de sementes oleaginosas) ocorre em remessas marítimas a granel, que não foram sujeitas a grandes disrupções.

[...]

O Brasil teve papel importante no sistema agrícola internacional ao longo de 2020, tanto pelo desempenho de suas exportações agrícolas, que contribuem não apenas para a economia nacional como também para a segurança alimentar global, quanto pela sua atuação em fóruns internacionais, como a Organização Mundial do Comércio (OMC), a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO), o G20, e a Organização das Nações Unidas (ONU) e o Conselho Agropecuário do Sul (CAS), opondo-se a medidas protecionistas e subsídios distorcivos à produção e ao comércio agrícola internacional (BENTO; ALFIERI, 2021, p. 36).

Durante a crise gerada pela pandemia, o Brasil seguiu firme no posicionamento de defender um comércio mais aberto, conforme pode ser observado nas notas para a imprensa presentes no Anexo H. Na contracorrente do posicionamento de muitos países, o Brasil optou por facilitar os fluxos de comércio em vez de restringi-los, e adotou medidas como a redução de diversas alíquotas de importação para produtos agrícolas. De acordo com os autores, “[...] o Brasil fez uma opção pró-mercado que busca criar condições para que o setor privado e os consumidores brasileiros continuem sendo adequadamente abastecidos (BENTO; ALFIERI, 2021, p. 39).

#### 4.10 QUESTÃO DA UCRÂNIA

Ao final da gestão de Bolsonaro, surge, no cenário internacional, um novo dilema: o conflito entre a Rússia e a Ucrânia (notas para a imprensa sobre a temática estão presentes no

Anexo I). Antes da invasão de fato ocorrer, o Brasil estreitava suas relações com a Rússia, mostrando a relevância da compra de fertilizantes russos. Pouco tempo antes de Putin decidir invadir a Ucrânia, Bolsonaro viajou até a Federação Russa, o que gerou uma repercussão negativa no cenário nacional e internacional.

O ministro Carlos França se posicionou contra as sanções aplicadas à Rússia, sobretudo pelos Estados Unidos, após a estourada do conflito, por entender que essas sanções iriam, a longo prazo, afetar mais as nações em desenvolvimento do que a própria Rússia.

De acordo com entrevista da Ministra Tereza Cristina para a CNN Brasil<sup>31</sup>, a importação de fertilizantes da Rússia foi suspensa, não por uma decisão da Rússia de suspender as vendas ao Brasil, mas como consequência direta da guerra. A Ministra explica que isso se deve ao fato de que não há navios indo para a Rússia, que possam buscar o suprimento, e que a aplicação de sanções à Rússia por parte dos Estados Unidos dificultou os pagamentos internacionais para a Federação Russa.

A crise trouxe à baila a questão sobre a dependência externa que o Brasil possui com relação aos fertilizantes. A Ministra Tereza Cristina afirmou que o cenário ideal seria que o Brasil passasse a importar cerca de 20% de fertilizantes – hoje o Brasil importa mais de 80%. A questão deverá impactar fortemente o preço dos alimentos no Brasil e no mundo.

A crise, por um lado, possibilita que o Brasil olhe com mais atenção para a necessidade de ter mais suficiência na questão dos fertilizantes agrícolas – fato observado pelo lançamento do Plano Nacional de Fertilizantes. Por outro lado, essa insuficiência não será resolvida a curto prazo e, para contornar o problema de não conseguir importar fertilizantes da Rússia, o Brasil terá de ser perspicaz e encontrar novos parceiros para suprir o fornecimento a curto prazo – e já tem buscado contornar essa escassez com o Canadá. Ainda de acordo com a Ministra, o problema maior irá surgir por volta de outubro deste ano, com o aumento da demanda por fertilizantes para a safra de verão.

Tal como no período Entreguerras, analisado no Capítulo 1 deste trabalho, quando as principais potências fornecedoras do Brasil voltaram seus esforços para suas demandas para a guerra, e os transportes de suprimentos ficaram mais perigosos e difíceis, foi possível observar, novamente, um fato constante na PEX brasileira: o isolacionismo do Brasil em relação ao mundo em períodos de conflito. No período que constituiu o intervalo entre as duas grandes guerras mundiais, o Brasil esteve isolado do conflito e precisou tanto buscar a

---

<sup>31</sup> AGOSTINI, R. **Guerra provoca suspensão da venda de fertilizantes russos ao Brasil, diz ministra**. São Paulo: CNN Brasil, 2022. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/guerra-provoca-suspensao-da-venda-de-fertilizantes-russos-ao-brasil-diz-ministra/>. Acesso em: 24 abr. 2022.

diversificação de fornecedores quanto empregar esforços para obter uma maior autossuficiência de produtos industrializados; agora, no cenário de conflito entre a Rússia e a Ucrânia – que é entendido por alguns estudiosos como uma guerra *proxy* de maior proporção –, o Brasil se encontra novamente isolado dessas questões. O país precisa, mais uma vez, buscar pela diversificação de fornecedores e empregar esforços que possibilitem uma maior autossuficiência, dessa vez, na questão dos fertilizantes agrícolas.

Fuly (2020, p. 35), no trabalho *Brasil como ilha metafórica e continental sua insularidade e inserção no mundo*, afirmava que o Brasil possuía uma “insularidade peculiar”. O autor, baseado nas concepções de Terrel (2004), explica:

A integridade do território brasileiro, a despeito não ser uma ilha nos termos puramente geográficos onde sumariamente uma massa de terra encontra-se rodeada por um corpo d’água, não deixa de apresentar, como palco sobre o qual se estabelece um agregado humano com bordas geográficas que propiciam o isolamento, características da insularidade como aquelas que despojam os povos assentados sobre ilhas verdadeiras (TERREL, 2004, p. 7). De maneira que se origina do mito da Ilha-Brasil, como explicação causal da unidade territorial do Estado brasileiro, a metáfora da insularidade brasileira como expressão da brasilidade e a consequentemente inserção do Brasil no contexto internacional (FULY, 2020, p. 41).

O diplomata Marcos Azambuja, em entrevista para Jaime Spitzcovsky, fala sobre esse insulamento brasileiro em direção ao resto do mundo. Para o diplomata, “o Brasil é um remanso estratégico. O Brasil é um lugar em que pouca coisa acontece em termos de repercussão mundial”<sup>32</sup>. Nesse sentido, Azambuja complementa:

O Brasil não se inscreve nas grandes cadeias de produção, de comercialização do mundo, portanto o Brasil, de certa maneira, o preço que ele paga por uma certa paz e tranquilidade, é uma certa irrelevância, uma marginalização dos grandes processos mundiais.

Brito et al. (2012) nos relembram dos conceitos de sensibilidade e de vulnerabilidade apresentados por Keohane e Nye (2001)<sup>33</sup>. Enquanto a sensibilidade denota “[...] o quanto um país está à mercê de impactos provocados por ações externas e o quão custosos são esses impactos”, a vulnerabilidade denota a “[...] disponibilidade ou não de estratégias de reação para os países” (BRITO et al., 2012, p. 6). Nesse contexto, é importante refletirmos sobre o quão sensível e vulnerável o Brasil atualmente é na questão dos fertilizantes. Bobato (2016), ao discorrer sobre a questão dos fertilizantes no Brasil, aponta:

<sup>32</sup> Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=E2OEh6C4nJ4>. Acesso em: 12 maio 2022.

<sup>33</sup> KEOHANE, R. O. NYE, J. S. **Power and Interdependence**. 3. ed. New York: Longman, 2001.

[...] o Brasil tem potencial natural para diminuir a participação dos fertilizantes importados no mercado nacional. Há capacidade para a instalação de mais pólos petroquímicos para a produção de adubos nitrogenados, que sofrem com a pressão exercida pelos outros derivados do petróleo. Muitas jazidas de rochas fosfáticas e potássicas estão aquém da sua capacidade produtiva máxima. Além disso, falta mapeamento para o início de exploração de muitas outras jazidas. Nas problemáticas políticas inserem-se alguns entraves na tributação, em que fertilizantes produzidos em território nacional muitas vezes são pouco competitivos comparados a concorrentes importados que pagam proporcionalmente menos impostos.

[...]

[...] mesmo tendo esse potencial natural, a produção nacional de fertilizantes minerais tem se mostrado estagnada, com nenhum indicativo de aumento a curto prazo. A produção de 2015, de 9,11 milhões de toneladas, é menor que a de longínquos 12 anos atrás, quando em 2003 foram produzidas 9,35 milhões de toneladas [...] (BOBATO, 2016, passim).

De acordo com estudo feito pela Secretaria Especial de Assuntos Estratégicos sobre a produção nacional de fertilizantes, “[...] o país deixou de ser exportador de fertilizantes para ser grande importador entre 1992 e 2020” (BRASIL, 2020, p. 10). Na década de 1980, o Brasil chegou perto de alcançar a autossuficiência de fertilizantes, em função principalmente da implantação do II Plano Nacional de Desenvolvimento (PND). Todavia, os investimentos nesse setor não acompanharam o crescimento da produção agrícola de alimentos no país, e o Brasil passou a importar a maior parte de seus fertilizantes para conseguir atender à demanda (BRASIL, 2020).

Para possibilitar descobertas de novas jazidas, é imprescindível elevar o nível de conhecimento geológico no país sobre áreas potenciais para fosfato de origem ígnea e de origem sedimentar, bem como sobre os fosforitos marinhos da plataforma continental brasileira e sobre áreas potenciais para potássio sedimentar. Na realidade, esta necessidade é geral, incluindo os demais bens minerais, pois o conhecimento geológico do território brasileiro é limitado.

[...]

Outro fator que afeta diretamente o custo do produto no Brasil é o logístico. No estado em que mais se consome fertilizantes, o Mato Grosso, não há produção local desse insumo e, tampouco, adequada infraestrutura de transporte. Há deficiências de infraestrutura logística de distribuição de fertilizantes também para os estados do Tocantins, Maranhão, Piauí e Pará, considerados as novas fronteiras agrícolas do Brasil (BRASIL, 2020, p. 15-16).

De acordo com o estudo, foram implantados no Brasil dois planos nacionais de fertilizantes, em 1974 e em 1995, que trouxeram o aumento de cerca de 40% na produção nacional entre os anos de 1987 a 2005 (BRASIL, 2020, p. 19). Entretanto, após esse período, surgiu a necessidade da elaboração de um novo plano.

De acordo com Bobato (2016), o Governo Federal elaborou, em 2010, um novo Plano Nacional de Fertilizantes, que buscava explorar novas jazidas e utilizar melhor as existentes, e

que otimizaria a produção interna e reduziria a dependência de fertilizantes importados, pois “segundo o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (2009), há jazidas de fósforo ainda pouco ou nada exploradas [...]” (BOBATO, 2016, p. 17). Porém, esse plano não chegou a ser implementado “[...] devido a uma disputa de poder entre o Ministério de Minas e Energia (MME) e o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA)” (Ibidem, p. 17), e um novo Plano Nacional de Fertilizantes foi lançado em 2021. Todavia, Bobato (2016) destaca as problemáticas de má aproveitamento do potencial natural para produção de fertilizantes no Brasil, além da questão tributária de ICMS que os concorrentes estrangeiros não enfrentam, se tornando mais competitivos frente aos produtores nacionais.

#### 4.11 MEIO AMBIENTE

Como já citado anteriormente, durante a gestão de Bolsonaro, existe um claro embate entre os desejos de expandir o agronegócio e a necessidade de preservação ambiental. Baseado nas ideias de Rochedo et al (2018)<sup>34</sup>, Capelari et al (2020) apontam que, devido à extensão da flora brasileira, a diversidade de biomas e a grande quantidade de água doce presentes no país fazem com que a questão do meio ambiente no Brasil não seja de interesse apenas dos brasileiros, mas de um mundo que se preocupa com a questão ambiental e tem interesse em preservar um país tão rico em recursos naturais.

Capelari et al. (2020, p. 1691) apontam que a política ambiental brasileira recente tem passado por “quatro choques recentes”, sendo dois choques internos e dois, externos. Os autores explicam:

Os choques internos estão relacionados a dois aspectos: (i) crescimento do recurso de poder da coalizão dominante (Desenvolvimentistas Tradicionais) e (ii) falta de influência reputacional pela coalizão dominante.

[...]

Com relação aos choques externos, pelo menos dois merecem destaque: (i) mudanças importantes na orientação ideológica do Poder Executivo federal, caracterizadas pelo autoritarismo e forte compromisso com a liberalização econômica e desconsideração dos impactos ambientais; (ii) e os desastres ambientais ocorridos no Brasil no ano de 2019 (CAPELARI et al., 2020, p. 1697-1698).

Para os autores, a política ambiental brasileira não sofria tamanho dismantelamento desde o período da redemocratização. Os autores apontam que “[...] desde janeiro de 2019, o governo de Jair Bolsonaro vem promovendo mudanças profundas e sem precedentes na condução do subsistema de política ambiental brasileira” (CAPELARI et al., 2020, p. 1692).

---

<sup>34</sup> Rochedo, P. R., Soares, B., Filho, Schaeffer, R., Viola, E., Szklo, A., Lucena, A. F. ... Rathmann, R. (2018). The threat of political bargaining to climate mitigation in Brazil. *Nature Climate Change*, 8(8), 695-698.



Vale lembrar que parte da cúpula bolsonarista é avessa às discussões sobre as mudanças climáticas globais, preferindo chamar de “climatismo” as iniciativas para debater este problema (GALINARI, 2019, p. 203).

Capelari et al. (2020) utilizam as reflexões de Araújo (2013)<sup>35</sup> para mostrar que a gestão de Bolsonaro para política ambiental é composta sumariamente pelo grupo de coalizão denominado “Desenvolvimentistas Tradicionais” (CAPELARI et al., 2020, p.1696).

Os Desenvolvimentistas Tradicionais, coalizão de advocacia dominante no atual subsistema de política ambiental brasileira, são sucessores de um legado do modelo agroexportador, que concentra terras (recursos naturais), utiliza de trabalho escravo e se caracteriza pelo conservadorismo político.

[...]

Com a ascensão de Jair Bolsonaro ao cargo de presidente, a coalizão dos Desenvolvimentistas Tradicionais passou a ocupar espaços estratégicos nos setores da economia e da política ambiental do governo federal, para iniciar uma fase que já pode ser caracterizada como um dos desmantelamentos mais explícitos da história da política ambiental federal brasileira, aumentando as tensões com especialistas, opinião pública e movimentos ambientalistas (CAPELARI et al., 2020, p. 1696-1697).

Capelari et al. (2020) apresentam quatro características no âmbito de política ambiental que consideram ser as principais após a ascensão da gestão Bolsonaro:

[...] (i) o surgimento de um subsistema de política ambiental hiperadversarial; (ii) um realinhamento entre coalizões não dominantes na direção cooperativa; (iii) a imposição de barreiras claras à negociação; e (iv) mudanças no uso da informação científica por discursos mais politizados e com alto grau de vieses (CAPELARI et al., 2020, p. 1700).

Os autores reportam ainda os impactos negativos da reputação do governo quanto à gestão ambiental:

A deficiência de reputação da coalizão dominante no subsistema impacta negativamente a eficácia e a legitimidade da tomada de decisão no setor público (Watkins & Rosegrant, 1996). Soma-se a isso o estilo autoritário e muitas vezes revanchista da coalizão dominante que tem fomentado a polarização e o surgimento do conflito em um subsistema político já caracterizado por intensas disputas (Muta, 2019). Nesse sentido, os conflitos passam a ser a regra e não a exceção na política ambiental brasileira, que parece ter transitado de um contorno adversarial para um subsistema de política hiperadversarial.

[...]

Em termos de política ambiental, se a realidade política não for revertida, o Brasil caminha para uma perspectiva de inação em políticas públicas e, talvez, de desmantelamento sem precedentes do subsistema de política ambiental (CAPELARI et al., 2020, passim).

---

<sup>35</sup>ARAÚJO, S. M. V. G. **Política ambiental no Brasil no período 1992-2012: um estudo comparado das agendas verde e marrom.** 2013. 486 f. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Universidade de Brasília, Brasília, DF. 2013.

A partir dessas informações, buscamos analisar algumas falas do ex-Ministro Ernesto Araújo sobre a questão ambiental, a fim de verificar o posicionamento da gestão de Bolsonaro no tocante à problemática ambiental. Por diversas vezes, Araújo refuta a ideia de que o Brasil não estaria preocupado com a política ambiental, alegando que esse seria um discurso midiático errôneo, que as queimadas na Amazônia sempre existiram e que só estão tendo tamanha repercussão agora como forma de atacar o governo atual. Além disso, aponta que os discursos em torno do meio ambiente prejudicam a nossa economia agrícola – que deve ser a prioridade de interesses no Brasil-, e que a política ambiental precisa estar a par desses interesses. O ex-Ministro afirma ainda que o Acordo de Paris possuía um “viés antiagrícola” (ARAÚJO, 2019, p. 204). Na palestra na Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP), em abril de 2019, o ex-Ministro discorreu:

O meio ambiente fazia certas coisas, um pouco, também, com imagem, com a narrativa de que “ah, o Brasil é um líder em negociações ambientais” (eu não sei se é, mas, enfim), sem nenhuma atenção, no mais das vezes, para em que medida as negociações ambientais afetam os interesses da agricultura, do agronegócio brasileiro.

[...]

E isso era muito claro nessa política ambiental. Eu estou generalizando um pouco, e não quero criticar, também, as pessoas que faziam isso de maneira muito competente, mas, de um modo geral, era isso: conduzíamos uma política ambiental que não refletia os interesses, no caso, do nosso agronegócio (ARAÚJO, 2019, p. 204).

Na palestra da Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (FIRJAN) sobre a nova política externa do Brasil e sua vertente comercial, em agosto de 2019, Araújo (2019, p. 355) afirmou:

Incêndios na floresta existem todos os anos, e foram maiores em outros anos. Em outras ocasiões, ninguém falou nada. Este ano, não só estamos reconhecendo isso, mas estamos agindo. Colocamos milhares de soldados na Amazônia, bombeiros e todo tipo de ação para tentar debelar esses incêndios que havia todo ano.

As falas de Araújo (2019) possuem o sentido de ignorar a negligência do governo quanto à questão ambiental, uma vez que o ex-Ministro afirma que as queimadas sempre existiram e que esforços estariam sendo feitos para reverter o cenário na Amazônia, sem apresentar dados empíricos que comprovem tal feito. Isso demonstra como muitas coisas no governo Bolsonaro ficam apenas no plano do discurso, e como muitas falas vão na contramão dos dados científicos. No discurso de abertura da 74ª Assembleia Geral das Nações Unidas, em 2019, por exemplo, o chefe de Estado Brasileiro, ao tratar sobre a questão da Amazônia,

fez várias alegações que não se sustentam se comparadas com os dados. Em uma das suas afirmações, Bolsonaro disse que a Amazônia permanecia “praticamente intocada”<sup>36</sup>, atribuiu as queimadas às secas, e assegurou que “o Brasil agora tem um presidente que se preocupa com aqueles que lá estavam antes da chegada dos portugueses”. Na prática, dados do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE) mostram que, em 2019, houve um crescimento de 30,5% no índice de queimadas na Amazônia (SILVA, 2020, p. 125), em comparação com o ano anterior. Além disso, Silva (2020) aponta o aumento de 85% no índice de desmatamento entre 2018 e 2019. Antônio Oviedo, pesquisador do Instituto Socioambiental (ISA), em entrevista para o jornal *O Globo*, afirmou que o índice de secas na Amazônia, em 2019, era na verdade bastante inferior ao de anos anteriores, o que refuta a alegação do presidente de que o aumento das secas gerou o aumento das queimadas. Ademais, a afirmação de que o governo atual seria o primeiro a se preocupar com a questão indígena não se sustenta na prática, uma vez que o Presidente falou, deliberadamente, sobre sua intenção de rever demarcações de terras indígenas, e fez uma comparação com indígenas em reservas e animais em zoológicos (SILVA, 2020).

Ainda, quando afirma que devemos ter a agricultura como prioridade, e que essa deve estar acima da questão ambiental, Araújo (2019) reforça a ideia de Casarões (2019) sobre a gestão de Bolsonaro ser a gestão do Boi. Isto é, a produção agrícola é priorizada em detrimento de outras matérias.

#### 4.12 MANUTENÇÃO *VERSUS* DISRUPÇÃO DA PEX

Galinari (2019), no trabalho intitulado *A “Guinada à direita” e a nova política externa brasileira*, aponta que, com o impeachment da ex-Presidente Dilma Rousseff, com a ascensão de Michel Temer ao cargo e, logo após, com a subida de Bolsonaro à presidência da República, foi inaugurada uma nova política externa, inclinada à direita do espectro político.

O autor afirma que “[...] da década de 1920 até os anos de 1980, o pensamento geopolítico brasileiro esteve restrito, quase exclusivamente, aos meios militares” e complementa que “[...] uma das principais marcas da política externa brasileira durante a primeira década da ditadura militar foi o alinhamento automático” (GALINARI, 2019, p. 192). A simpatia de Bolsonaro com os governos militares não é novidade. É possível observar alguns elementos de convergência entre a política externa presente no período de ditadura militar e a política externa de Bolsonaro.

---

<sup>36</sup> Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=wV1XLWHx1zg> Acesso em: 10 jun. 2022.

A crise do neoliberalismo implantado na América do Sul no final do século XX (com o aumento das desigualdades, pobreza e desemprego) contribuiu para que no início do terceiro milênio houvesse uma “virada à esquerda” no continente (GALINARI, 2019, p. 194).

Galinari (2019) aponta que, depois da crise do neoliberalismo, o Brasil passou por uma guinada à esquerda com a ascensão de governos petistas. Após alguns esgotamentos e descontentamentos com esses governos, causados principalmente pelos escândalos de corrupção, o Brasil estaria agora passando por uma “guinada à direita” (GALINARI, 2019, p. 198). Cabe refletirmos: estaria o Brasil e a sua política externa sendo dirigidos por um carro desgovernado que anda em curvas? Em que medida essas mudanças radicais e frequentes, no Brasil, prejudicam a continuidade de planos de longo prazo?

Galinari (2019, p. 201) aponta o exemplo de que “[...] da mesma forma que o empenho brasileiro para a entrada da Venezuela no Mercosul, em 2012, possuía motivações ideológicas, a sua suspensão, em 2016, também estava repleta de motivações ideológicas”. Ou seja, a direita de Bolsonaro reforça um pomposo discurso de que quer salvar o país de amarras ideológicas, enquanto impõe suas próprias ideologias.

A despeito do que vem sendo discursado desde a campanha eleitoral de 2018, o governo Bolsonaro não está rompendo com as “amarras ideológicas” da política externa brasileira. Muito pelo contrário, pois o que o novo governo está fazendo é “amarrar” outra ideologia ao Itamaraty. O viés ideológico se tornou ainda mais relevante para a tomada de decisões. Assim, contradizendo com o que vinha ocorrendo nas últimas três décadas, as decisões tomadas pelo novo governo estão rompendo com o tradicional pragmatismo da política externa brasileira (GALINARI, 2019, p. 209).

Moreira (2017) compartilha da mesma visão:

Inclusive, o papel da ideologia nesses atores é fundamental até para a melhor percepção dos seus discursos contra a ideologia das administrações anteriores, por meio da retórica de “desideologização”. Eles pretendem tornar a “Nova Política Externa Brasileira” um local sem ideologia, como se fosse neutro e estivesse tão somente a serviço dos interesses nacionais. A questão é que quando tomam esse tipo de posicionamento estão afirmando a sua própria ideologia enquanto tomadores de decisão (MOREIRA, 2017, p. 35).

Importante destacar que Galinari (2019) aponta que essa guinada à direita já começara a acontecer no governo Temer, e se reforçou com a ascensão de Bolsonaro ao poder. O autor explica ainda:

Ao que parece, a direita que ascendeu pós-*impeachment* está rompendo com a tradição meritocrática do ministério de relações exteriores – submetendo-o mais aos interesses de governo do que aos de Estado -, o que configuraria num perigoso movimento de desprofissionalização do Itamaraty (GALINARI, 2019, p. 200).

Galinari (2019) entende que, apesar de os governos petistas terem gerado uma guinada à esquerda em certo grau, eles conseguiram manter com o tradicional pragmatismo da política externa brasileira, diferentemente da gestão Bolsonaro:

[...] apesar de os governos petistas terem dado mais importância para a integração regional e terem aprofundado algumas alianças, o Itamaraty não rompeu com a tradição da política externa brasileira iniciada após a redemocratização, tampouco mudou os rumos dela.

[...]

Aliás, em função do pragmatismo de sua política externa, o governo Lula manteve boas relações tanto com governos de esquerda como com governos de direita (GALINARI, 2019, p. 195-196).

O autor trata sobre o posicionamento do presidente Bolsonaro em relação à questão da Venezuela, e como as decisões do presidente, nessa temática, rompem com as tradições da PEX brasileira:

Além de ameaçar a integração regional sul-americana, o comportamento do governo brasileiro frente a esta questão [questão da intervenção americana na Venezuela] aumenta os riscos de conflitos armados no continente. Ao desconsiderar o histórico papel desempenhado pelo Brasil como mediador de conflitos na América do Sul, o novo presidente e seu chanceler rompem com a tradição da diplomacia conciliatória brasileira (GALINARI, 2019, p. 202).

Para o autor, é infundada a justificativa de Bolsonaro de se afastar de certos países de esquerda por possuírem sistemas de governo não democráticos, uma vez que mantém boas relações com países que possuem governos antidemocráticos e que são de direita, ou que são de esquerda mas possuíam, naquela época, boas relações com o governo de Trump. Para o autor, “Bolsonaro segue os passos de Trump” e de outros governos ultraconservadores (GALINARI, 2019, p. 208).

Ao desconvidar representantes dos governos da Venezuela, de Cuba e da Nicarágua (todos vistos como de esquerda e aliados do PT) para a cerimônia de posse, o governo tratou ex-aliados como inimigos, criando rugas diplomáticas desnecessárias. A justificativa utilizada para o desconvite foi a de que estes governos são antidemocráticos e que oprimem seus povos. Contudo, esta decisão contraria o protocolo do Itamaraty, segundo o qual governos sul-americanos usualmente são convidados para a cerimônia de posse presidencial. Apesar de os graves excessos cometidos pelos governos venezuelanos e nicaraguense e do histórico ditatorial de Cuba, a justificativa não se sustenta, tendo em vista que outros governos acusados de violações aos direitos humanos não foram vetados para a posse, como são os casos

da Arábia Saudita e da Coreia do Norte. Curiosamente, dois extremos do espectro político. Enquanto a monarquia absolutista e teocrática da Arábia Saudita poderia ser classificada como de extrema-direita, a ditadura comunista norte-coreana poderia ser considerada de extrema-esquerda. E por que Bolsonaro não restringiu a presença da Coreia do Norte, já que é um regime de extrema-esquerda que coleciona muito mais violações aos direitos humanos do que Venezuela, Cuba e Nicarágua juntos? A resposta talvez esteja na aproximação entre o presidente dos EUA, Donald Trump, e o ditador norte-coreano, Kim Jong-un. De fato, o governo Bolsonaro não apenas se esforça em agradar os EUA, como deseja seguir os seus passos na geopolítica internacional. (GALINARI, 2019, p. 204-205).

O autor destaca 5 iniciativas da gestão Bolsonaro que geraram mudanças na PEX:

O *impeachment* de Dilma Rousseff e, principalmente, a vitória de Jair Bolsonaro, alteraram profundamente a política externa brasileira. Constatamos cinco principais frentes de ação da política externa bolsonarista, a saber: i) alinhamento subserviente aos EUA; ii) distanciamento diplomático de alguns antigos países aliados, todos eles vistos como de esquerda e muito próximos do PT; iii) aproximação de países governados por grupos de direita e extrema-direita; iv) revisão da importância do multilateralismo e da integração regional; v) mudança brusca de posição no que se refere à questão árabe-israelense (GALINARI, 2019, p. 209).

Moreira (2017), no trabalho intitulado *As Perspectivas da Política Externa de Bolsonaro: a continuidade com a nova Política Externa Brasileira*, defende as mesmas ideias de Galinari (2019) e aponta que a PEX de Bolsonaro é uma continuidade da PEX do governo anterior, de Michel Temer, em contraste com a política externa dos governos petistas de Lula e de Dilma. O autor afirma que a política externa do governo Bolsonaro se afasta do universalismo histórico da PEX brasileira (MOREIRA, 2017).

Essa ação alinhada pela retórica do sistema internacional em países como os Estados Unidos seleciona os estados nações que são considerados democráticos, e exclui aqueles países que não possuam a mesma forma de governo. Aqui, o Brasil se afasta do legado do Universalismo em sua PEB, instituída nos anos de 1960 com a Política Externa Independente e ampliada nos anos 1980 com o “Pragmatismo Responsável” (MOREIRA, 2017, p. 38).

O próprio ex-Ministro das Relações Exteriores, Ernesto Araújo, confirma, de certo modo, as teses desses autores ao fazer uma crítica ao histórico pragmatismo da política externa brasileira. Em artigo publicado pela *Bloomberg*, o ex-Ministro disse que: “O Presidente Bolsonaro [...] não foi eleito para deixar a política externa brasileira tal como a encontrou, para levantar mecanicamente a bandeira do ‘pragmatismo’ e ir para casa” (ARAÚJO, 2019, p. 41).

#### 4.13 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Uma característica observada, no atual governo, é a de que muitas coisas ficaram apenas no plano do discurso; portanto, é significativa a incidência de falas que não se sustentam na prática, tais como as alegações de Bolsonaro e do ex-Ministro Ernesto Araújo de que o Brasil estaria cuidando da temática ambiental, com especial enfoque para a Amazônia. Essas são alegações facilmente refutadas por dados científicos divulgados pelo INPE.

Às vésperas de término do governo Bolsonaro, podemos observar que várias manchetes de jornais discorrem acerca de um fracasso neoliberal do governo. Poucos acordos liberais foram formalmente estabelecidos e postos em prática; muitos ficaram apenas no papel, ou foram travados ao longo do caminho. Os dados do índice de liberdade econômica, apresentados neste trabalho, mostram que os avanços do Brasil em prol de maior liberalização do comércio foram muito rasos e, como várias outras agendas deste governo, ficaram apenas no discurso.

A criação de um Departamento de Promoção do Agronegócio dentro do Itamaraty reforça as previsões iniciais de Casarões (2019) sobre o governo de Bolsonaro ser fortemente pautado no Boi. Por outro lado, a necessidade de melhorar a imagem brasileira quanto à questão ambiental, como se debatia no seminário da Diplomacia do Agronegócio, claramente não foi bem-sucedida – visto algumas falas do Presidente, que tiveram impacto negativo no cenário internacional, sobre questões ambientais -, o que pode ser um empecilho para a efetivação de acordos comerciais.

A observada submissão à potência norte-americana (mais especificamente à figura de Trump) segue um percurso similar ao histórico de submissão empregado pelo Brasil às potências hegemônicas. Por outro lado, pôde-se observar algum estreitamento de relações, na pauta de exportações agrícolas, com países como o México, o Equador, a Malásia, os Emirados Árabes, e alguns países europeus.

No campo tecnológico, pôde-se observar a alavancagem da indústria aeronáutica – todavia esse movimento já vinha ocorrendo antes da nova gestão e ele sozinho não sustenta uma grande virada industrial no país.

Esses fatores, aliados ao entendimento do ex-Ministro das Relações Exteriores de que a temática ambiental deveria estar a favor da agropecuária, mostram que as previsões de Casarões (2019) se comprovaram, e que o atual governo realmente foi fortemente pautado na agricultura e agropecuária. Assim, o Brasil, mais uma vez, optou por preservar o seu *status* agrícola, mantendo viva a Grande Fazenda Brasil.

## 5 CONCLUSÃO

Percebe-se, no Brasil, a forte incidência de políticas de *stop-and-go*, que dificultam a ocorrência de grandes mudanças estruturais de longo prazo, tais como maiores investimentos em indústria e tecnologia, e em produtos que possuam mais complexidade e maior valor agregado. Nesse mesmo sentido, observa-se um certo conforto na atual posição brasileira como potência agroexportadora. Isso denota uma inércia, que faz com que o Brasil se industrializasse muito pouco, e até se desindustrializasse.

Essa característica de políticas de *stop-and-go* fica bastante evidente em diversos momentos da história, como observado no Capítulo 1. Um forte exemplo disso pode ser observado quando analisamos o período de implementação da Tarifa Alves Branco, em que se percebe a falta de um direcionamento claro das políticas, que não eram nem protecionistas e nem liberais o suficiente para gerar impactos de longo prazo. Ademais, os poucos movimentos de industrialização ocorridos na história do Brasil se deram mais por fatores externos, que impossibilitaram a continuidade das nossas importações, tais como o período Entreguerras e, mais recente, a guerra da Ucrânia, do que de fato por uma iniciativa brasileira de industrialização. Ou seja, foram e seguem sendo baseados nos moldes de substituição de importações.

Além disso, uma característica fortemente observada ao longo do trabalho foi a do isolamento brasileiro das grandes cadeias globais de valor e dos grandes acontecimentos mundiais, principalmente nos períodos de conflitos. E se, na década de 1970, houve um crescimento das exportações de produtos manufaturados, este não perdurou no longo prazo.

A partir do segundo capítulo, ficou evidente a forte presença do sentimento agrícola na cultura brasileira, o que gera no seio da sociedade brasileira uma identificação e um certo orgulho em relação ao homem do campo que vive do agro. A literatura de cordel, a música sertaneja, o cinema e diversas outras manifestações culturais trazem esse sentimento de identificação, que gera uma certa aprovação, por grande parte da sociedade, do modelo agroexportador que caracteriza o Brasil há séculos. A propaganda no estilo *agro é tech*, *agro é pop*, *agro é tudo*, traz um certo embelezamento e, até mesmo, uma espécie de romantização do modelo agroexportador, tornando a opinião pública favorável ao modelo. Ademais, o reforço cultural da idealização do Brasil como um país agrícola parece reforçar, no imaginário da população, a ideia de que o país possui uma espécie de vocação agroexportadora e de que não pode fugir destes moldes intrínsecos. Assim, seguindo os conceitos de Anderson (2008), a nação agroexportadora brasileira foi idealizada e imaginada no seio de sua população.



De acordo com dados do Atlas de Complexidade Econômica, em 1995, 34% dos produtos exportados pelo Brasil eram produtos agrícolas. Em 2019, 35% dos produtos exportados pelo Brasil seguiam sendo produtos agrícolas. A pauta de minerais cresceu, no período, de 7,6% para 22,7%, com especial crescimento na exportação de petróleo bruto. A pauta de equipamentos eletrônicos representava, em 1995, 2,29% das exportações, e, em 2019, 1,18%. A pauta de veículos caiu, nesse mesmo período, de 6% para 5,2%, e a de maquinários, caiu de 7,95% para 4,4%. Ainda, em 1995, o Brasil ocupava a 25ª posição no *ranking* de países mais complexos. Em 2019, passou a ocupar a 53ª posição no *ranking*. Os dados são claros: o Brasil não está caminhando em direção à industrialização, e sim, a uma ‘reprimarização’ da sua pauta exportadora. As exportações brasileiras são extremamente dependentes de *commodities*, e o governo atual não parece estar muito preocupado com isso; pelo contrário, parece querer reforçar o *status* brasileiro como potência agroexportadora. O pouco de tecnologia que é produzido, no Brasil, está em função da agricultura. Se houve, no passado, políticas que tentaram implementar uma maior industrialização no Brasil – e até conseguiram, em determinado grau -, o cenário parece ter se revertido nos últimos anos; parece caminhar, cada vez mais, em direção à manutenção do *status* brasileiro como uma potência agroexportadora.

No governo mais recente até o momento, o de Jair Messias Bolsonaro, a maioria dos esforços, em termos econômicos, parece ter se mantido na intenção de alavancar ainda mais a produção agroexportadora, em vez de buscar maior desenvolvimento da indústria pesada. A pauta brasileira de produtos exportados segue caindo, cada vez mais, no *ranking* de complexidade econômica.

Alguns autores, como Gala (2017) atribuem a isso fatores como o excesso de políticas protecionistas implantadas no passado, principalmente nos moldes do processo de substituição de importações. Para o autor, o agronegócio poderia gerar um aumento de complexidade de produtos, tais como tratores e colheitadeiras, se fossem produzidos eficazmente dentro do país, em vez de importados. Todavia, esse não é o cenário atual no Brasil.

Outros autores, como Holanda (1995), entendem ainda que o grande emprego de energias e de esforços apenas no setor agropecuário fez com que grandes esforços não fossem redirecionados para a industrialização. Para Júnior (1885), as bases da colonização instauraram, no Brasil, modelos de produção extremamente arcaicos e carentes de desenvolvimento tecnológico, aliado à baixa educação dos povos naquela época.

O Brasil parece ter utilizado sua riqueza de recursos naturais como pretexto para não empregar grandes esforços em outros processos produtivos e na diversificação de sua pauta. A

ascensão da agricultura, em meados de 1990, como explicamos na Introdução deste trabalho, parece convergir com a queda da complexidade econômica da Grande Fazenda Brasil.

Fica bastante claro, assim, que o fortalecimento do agro no Brasil não foi inerente apenas à riqueza de solo e à vegetação nativa; foi também uma escolha tomada diversas vezes. Uma escolha confortável, pouco arriscada, mas que fez – e faz – o Brasil seguir distante de um alto grau de desenvolvimento econômico.

## REFERÊNCIAS

- ABREU, M. de P. Crise, Crescimento e Modernização Autoritária, 1930-1945. *In*: ABREU, M. de P. (Org.). **A ordem do progresso: dois séculos de política econômica no Brasil**. 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2014. p. 79-103.
- AGOSTINI, R. **Guerra provoca suspensão da venda de fertilizantes russos ao Brasil, diz ministra**. SP: CNN Brasil, 2022. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/guerra-provoca-suspensao-da-venda-de-fertilizantes-russos-ao-brasil-diz-ministra/>. Acesso em: 24 abr. 2022.
- ALENCAR, J. F. L. *et al.* Complexidade Econômica e Desenvolvimento: uma análise do caso latino-americano. **Novos Estud. Cebrap**, v. 37, n. 02, 2018, p. 247-271. Disponível em: <<https://doi.org/10.25091/S01013300201800020005>>. Acesso em: 02 jun. 2022.
- ALVES, E. P. M. **A economia simbólica da cultura popular sertanejo-nordestina**. 2009. 385 f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2009. Disponível em: <<https://repositorio.unb.br/handle/10482/4109>>. Acesso em: 07 dez. 2021.
- ANDERSON, B. **Comunidades Imaginadas**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.
- ARAÚJO, E. **A nova política externa brasileira: Seleção de discursos, artigos e entrevistas do ministro das relações exteriores**. Brasília: FUNAG, 2019.
- AXT, G.; SCHULER, F. **Intérpretes do Brasil: ensaios de cultura e identidade**. Porto Alegre: Artes e Ofícios, 2004.
- BACKES, C. **O que é ser brasileiro?** 2000. 153 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social e Institucional). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, 2000. Disponível em: <<https://lume.ufrgs.br/handle/10183/79454>>. Acesso em: 28 nov. 2021.
- BARBOSA, P. H. B. As Tarifas Alves Branco: entre o protecionismo e a preocupação fiscal. **Em tempos de história**, n. 24, 2014, p. 60-82. Disponível em: <<https://periodicos.unb.br/index.php/emtempos/article/view/14826>>. Acesso em: 23 jul. 2021.
- BARRETO, F. M. **Os sucessores do Barão: Relações Exteriores do Brasil 1912-1964**. São Paulo: Paz e Terra, 2001.
- BENTO, L. R.; ALFIERI, D. F. Covid-19 e agricultura: o impacto da pandemia nos sistemas agrícolas brasileiro e internacional em 2020. *In*: **Cadernos de Política Exterior**, VII, 2021, p. 35-54.
- BOBATO, T. R. Vulnerabilidade do mercado brasileiro de fertilizantes minerais. **Acervo digital da UFPR**. 2016. Disponível em: <<https://hdl.handle.net/1884/52499>>. Acesso em: 21 maio 2022.
- BRANDÃO, R. V. M. ABDIB e a Política Industrial no Governo Geisel. **SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA**, XXIV, 2007, São Leopoldo. São Leopoldo: Universidade do

Vale do Rio dos Sinos. Disponível em: <[https://www.historia.uff.br/polis/files/texto\\_9A.pdf](https://www.historia.uff.br/polis/files/texto_9A.pdf)>  
Acesso em: 30 set. 2021.

BRASIL. **Coletiva De Imprensa Em Bruxelas – Conclusão Do Acordo Mercosul-União Europeia**. YouTube, 2019. Disponível em:  
<https://www.youtube.com/watch?v=qx7zVAhOVGI>. Acesso em: 20 abr. 2022.

BRASIL. Secretaria Especial de Assuntos Estratégicos. **Produção Nacional de Fertilizantes**. Brasília, 2020.

BRITO, T. *et al.* A dialética da segurança energética e a interdependência das nações – reflexões focadas no papel do petróleo e na dimensão brasileira. *In*: Monié, F.; Binsztok, J. **Geografia e Geopolítica do Petróleo**. Rio de Janeiro: Editora MAUAD, 2012. p. 1-37.  
Disponível em:  
<[https://www.researchgate.net/publication/318404750\\_The\\_Dialectics\\_of\\_Energy\\_Security\\_and\\_Nations\\_Interdependence\\_Reflections\\_Focused\\_on\\_the\\_Role\\_of\\_Oil\\_and\\_the\\_Brazilian\\_Dimension](https://www.researchgate.net/publication/318404750_The_Dialectics_of_Energy_Security_and_Nations_Interdependence_Reflections_Focused_on_the_Role_of_Oil_and_the_Brazilian_Dimension)>. Acesso em: 21 maio 2022.

CANAL RURAL. **Emirados Árabes batem China e viram maiores compradores de frango do Brasil**. SP: Canal Rural, 2022. Disponível em:  
<https://www.canalrural.com.br/noticias/pecuaria/emirados-arabes-batem-china-e-viram-maiores-compradores-de-frango-do-brasil/>. Acesso em: 25 maio 2022.

CANO, W. Crise e industrialização no Brasil entre 1929 e 1954: a reconstrução do Estado Nacional e a política nacional de desenvolvimento. **Brazilian Journal of Political Economy**, v. 35, n. 3, 2015, p. 444-460. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/0101-31572015v35n03a04>>. Acesso em: 24 ago. 2021.

CAPELARI, M. G. M. *et al.* Mudança de larga escala na política ambiental: análise da realidade brasileira. **Revista de Administração Pública**, v. 54, 2020, p. 1691-1710.  
Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/0034-761220190445>>. Acesso em: 14 maio 2022.

CARVALHO, R. O. A construção da identidade brasileira a partir de Gilberto Freyre. **Encontro de Oficinas Históricas**, 1, 2014, Porto Alegre. Anais [...]. Porto Alegre: PUCRS, 2014. Disponível em:  
<<https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/oficinadohistoriador/article/view/18973>>.  
Acesso em: 03 fev 2022.

CASARÕES, G. Eleições, política externa e os desafios do novo governo brasileiro. **Pensamento Próprio**, v. 24, p. 231-274, 2019. Disponível em: <<https://pesquisa-eaesp.fgv.br/sites/gvpesquisa.fgv.br/files/arquivos/eleicoes.pdf>>. Acesso em: 26 mar. 2022.

CASTRO, A. B.; SOUZA, F. E. P. **A Economia Brasileira em Marcha Forçada**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

CERVO, A. L.; BUENO, C. **História da Política Exterior do Brasil**. Brasília: Editora UnB, 2002.

COMUNICAÇÃO DO SISTEMA FAESP/SENAR-SP. **Escritório da CNA em Dubai vai estimular exportações agropecuárias, diz vice-presidente da FAESP**. São Paulo: CNA

Brasil, 2022. Disponível em: <https://www.cnabrazil.org.br/noticias/escritorio-da-cna-em-dubai-vai-estimular-exportacoes-agropecuarias-diz-vice-presidente-da-faesp>. Acesso em: 20 maio 2022.

COUTO, C. O.; AMARAL, K. T.; LIMA, T. C. Uma análise antropológica de “Casa Grande e Senzala: A formação da identidade do homem brasileiro”. *In: Congresso Nacional De Educação*, 13, 2017, Curitiba. Anais [...]. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2017. Disponível em: <[https://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2017/25794\\_12481.pdf](https://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2017/25794_12481.pdf)>. Acesso em: 04 fev. 2022.

DEBRUN, M. A identidade nacional brasileira. *Estudos Avançados*, v. 4, n. 8, 1990, p. 39-49. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0103-40141990000100004>>. Acesso em: 15 nov. 2021.

DETIENNE, M. **A identidade nacional, um enigma**. São Paulo: Cebela, 1995.

EMBRAPA. **Visão 2030: O Futuro da Agricultura Brasileira**. Brasília: Embrapa, 2018.

FECOMERCIO SP. **O Papel do Brasil no Século XXI, por Marcos de Azambuja**. YouTube, 2018. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=E2OEh6C4nJ4>. Acesso em: 12 maio 2022.

FERREIRA, M. N. **Globalização e Identidade Cultural na América Latina**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013.

FIORIN, J. L. A construção da identidade nacional brasileira. *BAKHTINIANA*, v. 1, n. 1, p. 115-126, 2009. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/bakhtiniana/article/download/3002/19333%3E>>. Acesso em: 04 dez. 2021.

FONSECA, P. C. D.; SALOMÃO, I. C. Industrialização Brasileira: notas sobre o debate historiográfico. *Revista Tempo*, v. 23, n. 1, 2017, p. 86-104. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/tem-1980-542x2017v230105>>. Acesso em: 29 set. 2021.

FRANÇA, J. F. B. F. A política externa Brasileira para o Meio Ambiente: De Estocolmo a Joanesburgo. *Cadernos de Relações Internacionais*. v.3, n. 1, 2010, p. 1-31. Disponível em: <<https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/15465/15465.PDF>>. Acesso em: 03 out. 2021.

FRITSCH, W. Apogeu e Crise na Primeira República, 1900-1930. *In: ABREU, M. de P. (Org.). A ordem do progresso: dois séculos de política econômica no Brasil*. 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2014. p. 45-77.

FULY, J. S. Brasil como ilha metafórica e continental sua insularidade e inserção no mundo. *Revista de Análise Internacional*, v. 5, n.1, 2020, p. 35-67. Disponível em: <[https://www.academia.edu/43318931/Brasil\\_como\\_ilha\\_metaforica\\_e\\_continental\\_sua\\_insularidade\\_e\\_insercao\\_no\\_mundo\\_UFPR20200611\\_98220\\_1ylpodd](https://www.academia.edu/43318931/Brasil_como_ilha_metaforica_e_continental_sua_insularidade_e_insercao_no_mundo_UFPR20200611_98220_1ylpodd)>. Acesso em: 12 maio 2022.

- FUNDAÇÃO ALEXANDRE DE GUSMÃO. **Diplomacia do Agronegócio: Abertura do Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Ernesto Araújo**. YouTube, 2019. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=uWJezu6c27U>. Acesso em: 15 abr. 2022.
- FURTADO, C. **Formação Econômica do Brasil**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2005.
- FURTADO, C. **O mito do desenvolvimento econômico**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.
- GALA, P. **Complexidade Econômica. Uma nova perspectiva para entender a antiga questão da riqueza das nações**. Rio de Janeiro: Contraponto Editora, 2017.
- GALINARI, T. N. A “Guinada à direita” e a nova política externa brasileira. **Caderno de Geografia**, v. 29, n. 2, 2019, p. 190-211. Disponível em: <<https://doi.org/10.5752/P.2318-2962.2019v29n2p190-211>>. Acesso em: 19 maio 2022.
- GONÇALVES, M. L. S. **A música sertaneja brasileira de raiz: da memória à representação cultural**. 2018. 194 f. Tese (Doutorado em Letras e Linguística) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, GO, 2018. Disponível em: <<https://repositorio.bc.ufg.br/tede/handle/tede/8729?mode=full>>. Acesso em: 12 dez. 2021
- GONÇALVES, W.; TEIXEIRA, T. Considerações sobre a política externa brasileira no governo Bolsonaro e as relações Brasil-EUA. **Sul Global**, v. 1, n. 1, 2020, p. 192-211. Disponível em: <<https://revistas.ufrj.br/index.php/sg/article/view/32061/pdf>>. Acesso em: 15 abr. 2022.
- HAUSMANN, R. *et al.* **The Atlas of Economic Complexity: Mapping paths to prosperity**. Cambridge: MIT Press, 2013.
- HEMM, P. A. Através de risos: identidade nacional e o cinema de Mazzaropi. **DAPesquisa**, v. 4, n. 6, 2009, p. 567-574. Disponível em: <<https://www.revistas.udesc.br/index.php/dapesquisa/article/view/14221>>. Acesso em: 26 jan. 2022.
- HERMANN, J. Reformas, Endividamento Externo e o “milagre” econômico (1964-1973). *In*: GIAMBIAGI, F.; VILLELA, A.; CASTRO, L. B.; HERMANN, J. (Org.). **Economia Brasileira Contemporânea (1945-2010)**. 2. ed. São Paulo: Elsevier, 2011. p. 49-72.
- HERMANN, J. Auge e declínio do modelo de crescimento com endividamento: o II PND e a crise da dívida externa. *In*: GIAMBIAGI, F.; VILLELA, A.; CASTRO, L. B.; HERMANN, J. (Org.). **Economia Brasileira Contemporânea (1945-2010)**. 2. ed. São Paulo: Elsevier, 2011. p. 73-96.
- HOLANDA, S. B. **Raízes do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- JARES, M. **Resistência e Identidade Cultural na Literatura de Cordel**. 2010. 14 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Mídia, Informação e Cultura) – Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, 2010. Disponível em: <<http://celacc.eca.usp.br/sites/default/files/media/tcc/228-705-1-SM.pdf>>. Acesso em: 12 dez. 2021.

JÚNIOR, C. P. **Formação do Brasil Contemporâneo**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1885.

KOSELLECK, R. **Futuro Passado**: contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Editora PUC-Rio, 2006.

LAGO, L. A. C. A retomada do crescimento e as distorções do “milagre”, 1967-1974. *In*: ABREU, M. de P. (Org.). **A ordem do progresso**: dois séculos de política econômica no Brasil. 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2014. p. 213–239.

LEMOS, T. D. D.; MORAIS, L. A. M.; SANTOS, E. P. A. Análise de Política Externa do Governo Bolsonaro: desafios e possibilidades. **Fórum Estadual de Relações Internacionais de São Paulo**, 2019, São Paulo. São Paulo: Universidade São Judas, 2019. Disponível em: <<http://integri.com.br/trabalhos-apresentados/analise-de-politica-externa-do-governo-bolsonaro-desafios-e-possibilidades/>>. Acesso em: 08 abr. 2022.

LESSA, C. **A estratégia de desenvolvimento 1974–1976**: sonho e fracasso. Campinas: Universidade Estadual De Campinas, Instituto De Economia, 1998.

LESSA, C. Nação e nacionalismo a partir da experiência brasileira. **Estudos Avançados**, v. 22, n. 62, 2008, p. 237-256. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0103-40142008000100016>>. Acesso em: 05 dez. 2021.

LIMA, H. F. **História Político-econômica e Industrial do Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1970.

LUZ, N. V. **A luta pela industrialização do Brasil**. São Paulo: Editora Alfa-Omega, 1978.

MAGALHÃES, M. A. Relações Brasil-Inglaterra no 1º Império (Reconhecimento da Independência, Abolição do Tráfico e Tratado de Comércio). **Revista de História da USP**, v. 45, n. 92, 1972, p. 465-473. Disponível em: <<https://doi.org/10.11606/issn.2316-9141.rh.1972.131870>>. Acesso em: 24 jul. 2021.

MATOS, M. I. S.; FERREIRA, E. B. Em defesa da preservação das tradições dos interiores: Cornélio Pires e a cultura caipira (São Paulo 1920-1950). **Diálogos**, v. 19, n. 2, 2015, p. 593-618. Disponível em: <<https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/Dialogos/article/view/33768>>. Acesso em: 15 nov. 2021.

MELO, V. A. Garrincha x Pelé: futebol, cinema, literatura e a construção da identidade nacional. **Revista Brasileira de Educação Física e Esporte**, v. 20, n. 4, 2006, p. 281-95. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/rbefe/article/view/16635>>. Acesso em: 10 nov. 2021.

MENESES, U. T. B. A literatura de cordel como patrimônio cultural. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, n. 72, 2019, p. 225-244. Disponível em: <<https://doi.org/10.11606/issn.2316-901X.v0i72p225-244>>. Acesso em: 10 dez. 2021.

MERENDA, V. A industrialização brasileira no período entreguerras. **Akrópolis – Revista de Ciências Humanas da UNIPAR**, v. 10, n. 3, 2002, p. 234-237. Disponível em:

<<https://revistas.unipar.br/index.php/akropolis/article/view/1892/1642>>. Acesso em: 23 ago. 2021.

MILLER, T.; KIM, A. B.; ROBERTS, J. M. **2018 Index of Economic Freedom**. Washington: The Heritage Foundation, 2018.

MILLER, T.; KIM, A. B.; ROBERTS, J. M. **2022 Index of Economic Freedom**. Washington: The Heritage Foundation, 2022.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. **Transmissão – Seminário “Diplomacia do Agronegócio”**. YouTube, 2019. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=MHCTSxDNFsg&t=6911s>. Acesso em: 16 abr. 2022.

MOTA, C. V. **Tensões com China – mas também negócios – aumentam em dois anos de Bolsonaro**. SP: BBC News Brasil, 2020. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-55268591>>. Acesso em: 14 abr. 2022.

MOREIRA, D. S. O. As perspectivas da política externa de Bolsonaro: a continuidade com a nova política externa brasileira. **Revista Tempo Amazônico**, v. 4, n. 2, 2017, p. 33-44. Disponível em: <[https://www.ap.anpuh.org/download/download?ID\\_DOWNLOAD=1981](https://www.ap.anpuh.org/download/download?ID_DOWNLOAD=1981)>. Acesso em: 20 maio 2022.

NAIDIN, L. C.; VEIGA, P. M.; RIOS, S. P. Liberalização comercial sob Bolsonaro: O que foi feito e o que pode ser feito até o final do governo. **Relações Internacionais**, v. 64, 2019, p. 117-137. Disponível em: <<https://doi.org/10.23906/ri2019.64a08>>. Acesso em: 15 abr. 2022.

NETTO, D. D. C. Crise e esperança, 1974-1980. In: ABREU, M. de P. (Org.). **A ordem do progresso: dois séculos de política econômica no Brasil**. 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2014. p. 241–262.

NEVES, A. N. C. T. **O consenso sobre a noção de “equidistância pragmática” e a política desenvolvimentista de Vargas (1935-1942)**. 2016. 93 f. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) – Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, MG, 2016. Disponível em: <<https://www.funag.gov.br/ipri/btd/index.php/10-dissertacoes/4375-o-consenso-sobre-a-nocao-de-equidistancia-pragmatica-e-a-politica-desenvolvimentista-de-vargas-1935-1942>>. Acesso em: 26 ago. 2021.

NORMANO, J. F. **Evolução Econômica do Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1939.

NOTÍCIAS AGRÍCOLAS OFICIAL. **Emirados Garante Segurança Alimentar para os Árabes e Abre Portas para Novas Exportações aos BR**. YouTube, 2022. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=-YbUAfmJJeI>. Acesso em: 24 maio 2022.

NUNES, A. F. **O Choque do Petróleo de 1973: Estados Unidos, OPAEP e a Segurança Energética**. 2016. 127 f. Dissertação (Mestrado em História Comparada) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, 2016. Disponível em: <[https://ppghc.historia.ufrj.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=199-o-choque-do-petroleo-de-1973-estados-unidos-opaep-e-a-seguranca-energetica&category\\_slug=dissertacoes&Itemid=155](https://ppghc.historia.ufrj.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=199-o-choque-do-petroleo-de-1973-estados-unidos-opaep-e-a-seguranca-energetica&category_slug=dissertacoes&Itemid=155)>. Acesso em: 02 out. 2021.



- PESAVENTO, S. J. A cor da alma: ambivalências e ambiguidades da identidade nacional. **Ensaaios FEE**, v. 20, n. 1, 1999, p. 123-133. Disponível em: <<https://revistas.dee.spgg.rs.gov.br/index.php/ensaios/article/view/1940>>. Acesso em: 03 fev. 2022.
- PESAVENTO, S. J. Literatura, História e Identidade Nacional. **Vidya**, v. 19, n. 33, 2000, p. 9-27. Disponível em: <<https://lume.ufrgs.br/handle/10183/186220>>. Acesso em: 03 fev. 2022.
- PASSARINHO, N. **1 ano de governo Bolsonaro: 6 momentos-chave que revelam guinada na política externa brasileira**. SP: BBC News Brasil. 2020. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-50760533>. Acesso em: 21 abr. 2022.
- PIMENTEL, B. S. **As relações diplomáticas entre o Brasil e a França de 1822 a 1844**. 2014. 47 f. Monografia (Bacharelado em História) – Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2014. Disponível em: <<https://bdm.unb.br/handle/10483/9352>>. Acesso em: 25 jul. 2021.
- RABELO, P. H. M. Os tratados de amizade, navegação e comércio na constituição do Estado imperial brasileiro (1808-1829). In: **Simpósio Nacional de História da Associação Nacional de História**, 28, 2015, Florianópolis. Anais [...]. Florianópolis: UDESC, 2015. Disponível em: <[https://anpuh.org.br/uploads/anais-simposios/pdf/201901/1548945018\\_9b99c27a42879a64cda3e56d096a8f19.pdf](https://anpuh.org.br/uploads/anais-simposios/pdf/201901/1548945018_9b99c27a42879a64cda3e56d096a8f19.pdf)>. Acesso em: 23 jul. 2021.
- REIS, J. C. **As identidades do Brasil 1**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.
- RIBEIRO, D. **O povo Brasileiro – a formação e o sentido do Brasil**. São Paulo: Global editora, 2014.
- ROCHA, G. “Eternos Vagabundos”: Malandros, Palhaços e Caipiras no mundo da Chanchada. **Projeto História**, n. 44, 2011, p. 389-413. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/revph/article/view/6520>>. Acesso em: 26 jan. 2022.
- RODRIGUES, L. N. **Os caminhos da identidade nacional brasileira: a perspectiva do etnosimbolismo**. 2013. 260 f. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2013. Disponível em: <<https://repositorio.unb.br/handle/10482/14076>>. Acesso em: 20 nov. 2021
- SANTOS, D. M.; LIMA, D. R. **Mazzaropi: a construção de uma identidade nacional**. 2009. 60 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Publicidade e Propaganda) – Fundação Educacional do Município de Assis, Assis, SP, 2009. Disponível em: <<https://cepein.femanet.com.br/BDigital/arqTccs/0611180145.pdf>>. Acesso em: 27 jan. 2022
- SANTOS, R. H. C. A competitividade brasileira na indústria de alta tecnologia: o modelo aeronáutico. In: **Cadernos de Política Exterior**, v. 5, n. 8, 2019, p. 247-274. Disponível em: <[https://funag.gov.br/biblioteca-nova/produto/1-1013-cadernos\\_de\\_politica\\_exterior\\_ano\\_5\\_numero\\_8\\_primeiro\\_semestre\\_de\\_2019](https://funag.gov.br/biblioteca-nova/produto/1-1013-cadernos_de_politica_exterior_ano_5_numero_8_primeiro_semestre_de_2019)>. Acesso em: 23 abr. 2022.
- SARAIVA, M. G.; SILVA, A. V. C. Ideologia e pragmatismo na política externa de Jair Bolsonaro. **Relações Internacionais: R:I**, n. 64, p. 117-137. Disponível em: <<https://doi.org/10.23906/ri2019.64a08>>. Acesso em: 17 abr. 2022.

- SCANTIMBURGO, A. O desmonte da agenda ambiental do governo Bolsonaro. **Perspectivas: Revista de Ciências Sociais**, v. 52, 2018, p. 103-117. Disponível em: <<https://periodicos.flcar.unesp.br/perspectivas/article/view/13235>>. Acesso em: 13 maio 2022.
- SCHWARCZ, L. M. Imaginar é difícil (porém necessário). *In*: ANDERSON, B. **Comunidades Imaginadas**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008. p. 9-17.
- SILVA, F. I. C.; SOUZA, E. D. Informação e Formação da Identidade Cultural: o acesso à informação na literatura de cordel. **Informação & Amp; Sociedade: Estudos**, v. 16, n. 1, 2006, p. 215-222. Disponível em: <<https://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/ies/article/view/455>>. Acesso em: 02 dez. 2021.
- SILVA, J. S. “Nossa Amazônia permanece praticamente intocada”: A Amazônia no discurso do presidente Jair Bolsonaro na ONU. **ContraCorrente: Revista do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas**, n. 14, 2020, p. 125-142. Disponível em: <<http://periodicos.uea.edu.br/index.php/contracorrente/article/view/1970>>. Acesso em: 10 jun. 2022.
- SIMONSEN, R. C. **Evolução Industrial do Brasil e outros estudos**. São Paulo: Nacional e USP, 1973.
- SOUZA, F. J. O. Monteiro Lobato e a construção da identidade nacional brasileira. **MÉTIS: história & cultura**, v. 1, n. 1, 2002, p. 171-184. Disponível em: <<http://www.ucs.br/etc/revistas/index.php/metis/article/view/1075>>. Acesso em: 06 nov. 2021.
- SPENGLER, R. L. **Racionalidade Política e Econômica no Governo Geisel (1974-1979): Um estudo sobre o II PND e o projeto de institucionalização do regime militar**. 2015. 170 f. Dissertação (Mestrado em Economia) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, 2015. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/10183/147487>>. Acesso em: 02 out. 2021.
- TV BRASILGOV. **Discurso do Presidente Bolsonaro na 74ª Assembleia Geral da ONU**. YouTube, 2019. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=wV1XLWHx1zg>. Acesso em: 10 jun. 2022.
- VIANNA, H. **O mistério do samba**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2002.
- WANDERLEY, M. N. B. Raízes históricas do campesinato brasileiro. *In*: **Encontro anual da ANPOCS**, 20, 1996, Caxambu. Anais [...]. São Paulo: USP, 1996. Disponível em: <<https://www.unifal-mg.edu.br/geres/files/Texto%205.pdf>>. Acesso em: 20 dez. 2021.
- WOORTMANN, K. **“Com parente não se neguceia”**: o campesinato como ordem moral. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1990.

## APÊNDICES

### APÊNDICE A – PRINCIPAIS PRODUTOS EXPORTADOS DO BRASIL PARA O MUNDO EM 2019

(continua)

RANKING	SH4	PRODUTO	VALOR (R\$)
1°	1201	Soja, mesmo triturada	\$26.077.190.195
2°	2709	Óleos brutos de petróleo ou de minerais betuminosos	\$26.077.190.195
3°	2601	Minérios de ferro e seus concentrados, incluídas as pirites de ferro ustuladas (cinzas de pirites)	\$22.682.390.645
4°	1005	Milho	\$7.289.549.269
5°	4703	Pastas químicas de madeira, à soda ou ao sulfato, exceto pastas para dissolução	\$7.135.398.468
6°	0207	Carnes e miudezas comestíveis, frescas, refrigeradas ou congeladas, das aves da posição 0105	\$6.487.348.336
7°	2710	Óleos de petróleo ou de minerais betuminosos, exceto óleos brutos; preparações não especificadas nem compreendidas noutras posições, contendo, em peso, 70 % ou mais de óleos de petróleo ou de minerais betuminosos, os quais devem constituir o seu elemento	\$5.865.551.976
8°	2304	Tortas e outros resíduos sólidos da extração do óleo de soja	\$5.855.001.305
9°	0202	Carnes de animais da espécie bovina, congeladas	\$5.653.372.357
10°	1701	Açúcares de cana ou de beterraba e sacarose quimicamente pura, no estado sólido	\$5.179.139.388

**APÊNDICE A – PRINCIPAIS PRODUTOS EXPORTADOS DO BRASIL PARA O MUNDO EM 2019**

(conclusão)

<b>RANKING</b>	<b>SH4</b>	<b>PRODUTO</b>	<b>VALOR (R\$)</b>
11°	0901	Café, mesmo torrado ou descafeinado; cascas e películas de café; sucedâneos do café contendo café em qualquer proporção	\$4.584.848.752
12°	8703	Automóveis de passageiros e outros veículos automóveis principalmente concebidos para o transporte de pessoas (exceto os da posição 8702), incluídos os veículos de uso misto (station wagons) e os automóveis de corrida	\$3.820.103.416
13°	7108	Ouro (incluído o ouro platinado), em formas brutas ou semimanufacturadas, ou em pó	\$3.658.465.023
14°	8802	<b>Outros veículos aéreos (por exemplo: helicópteros, aviões); veículos espaciais (incluídos os satélites) e seus veículos de lançamento e veículos suborbitais</b>	<b>\$3.332.330.407</b>
15°	7702	Ferro-ligas	\$3.219.769.754
16°	7707	Produtos semimanufacturados de ferro ou aço não ligado	\$3.161.311.248
17°	2818	Corindo artificial, quimicamente definido ou não; óxido de alumínio; hidróxido de alumínio	\$2.689.922.153
18°	5201	Algodão, não cardado nem penteado	\$2.640.377.914
19°	2603	Minérios de cobre e seus concentrados	\$2.325.685.010
20°	8429	Bulldozers, angledozers, niveladoras, raspotransportadoras (scrapers), pás mecânicas, escavadoras, carregadoras e pás carregadoras, compactadores e rolos ou cilindros compressores, autopropulsores	\$2.282.445.536

Fonte: Elaborado pela autora a partir de dados colhidos do Ministério da Economia e obtidos através da Plataforma ComexStat.

## ANEXOS

### **ANEXO A – NOTAS À IMPRENSA DO MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES SOBRE O COMÉRCIO DE PRODUTOS AGRÍCOLAS ENTRE BRASIL E MÉXICO ENTRE 2019-2021**

NOTA À IMPRENSA Nº 127/2019

**Abertura de mercado para exportações brasileiras para o México de arroz beneficiado – nota conjunta do Ministério das Relações Exteriores e do Ministério de Agricultura, Pecuária e Abastecimento**

Publicado em 11/05/2019 12h00 | Atualizado em 23/12/2020 18h48

Compartilhe: [f](#) [t](#) [e](#)

NOTA À IMPRENSA Nº 143/2019

**Ampliação, pelo México, da quota livre de tarifas para importação de carnes de aves – nota conjunta do Ministério das Relações Exteriores e do Ministério de Agricultura, Pecuária e Abastecimento**

Publicado em 24/05/2019 21h49 | Atualizado em 06/01/2021 13h02

Compartilhe: [f](#) [t](#) [e](#)

NOTA À IMPRENSA Nº 151/2020

**Exportações brasileiras ao México de ovos de aves, subprodutos e partes, e de arroz com casca - Nota conjunta dos Ministérios das Relações Exteriores e da Agricultura, Pecuária e Abastecimento**

Publicado em 25/11/2020 13h28 | Atualizado em 06/01/2021 18h46

Compartilhe: [f](#) [t](#) [e](#)

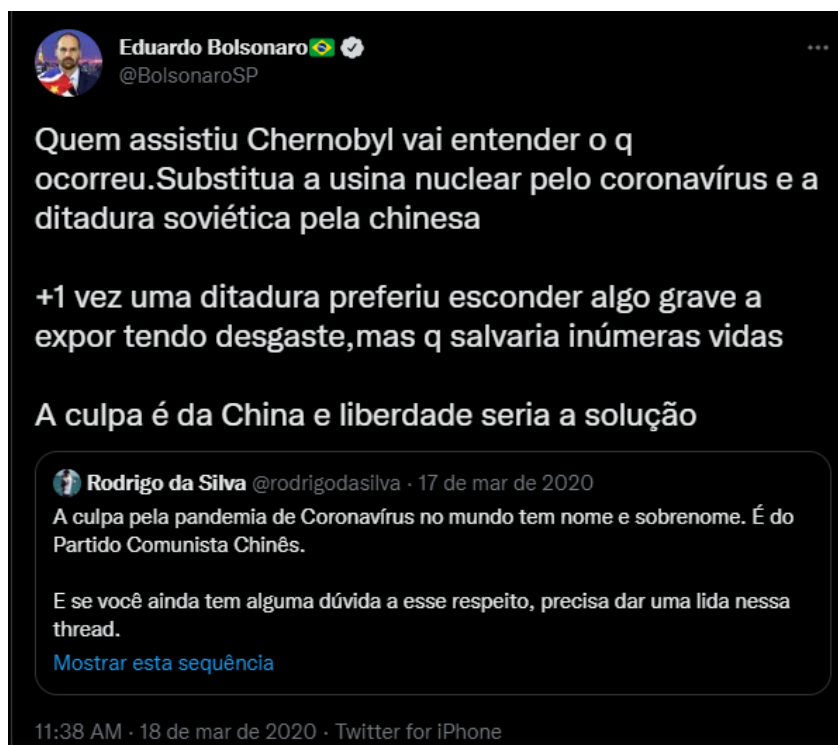
NOTA À IMPRENSA Nº 67

**Exportações brasileiras de leite, produtos lácteos e gergelim ao México - Nota conjunta dos Ministérios das Relações Exteriores e da Agricultura, Pecuária e Abastecimento**

Publicado em 02/06/2021 23h42

Compartilhe: [f](#) [t](#) [e](#)

## ANEXO B – TWEET DE EDUARDO BOLSONARO QUE DESENCADEOU CRISE DIPLOMÁTICA ENTRE BRASIL E CHINA



## ANEXO C – NOTAS À IMPRENSA DO MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES SOBRE RELAÇÕES E COMÉRCIO ENTRE BRASIL E CHINA ENTRE 2019-2021

NOTA À IMPRENSA Nº 135/2019

### Entendimento entre o Brasil e a China no contencioso do açúcar – nota conjunta do Ministério das Relações Exteriores e do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Publicado em 21/05/2019 16h16 | Atualizado em 23/12/2020 18h52

Compartilhe: [f](#) [t](#) [e](#)

NOTA À IMPRENSA Nº 137/2019

### Eleição para Diretor-Geral da FAO – nota conjunta do Ministério das Relações Exteriores e do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Publicado em 22/05/2019 21h51 | Atualizado em 23/12/2020 18h53

Compartilhe: [f](#) [t](#) [e](#)

O governo brasileiro apoia a candidatura de Qu Dongyu, Vice-Ministro da Agricultura e dos Assuntos Agrários da República Popular da China, ao cargo de Diretor-Geral da Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO). As eleições terão lugar no dia 23 de junho próximo, na sede da FAO, em Roma, durante a 42ª sessão da Conferência da Organização. O próximo diretor-geral da FAO substituirá o brasileiro José Graziano da Silva, cujo segundo mandato à frente da Organização expira em 31 de julho de 2019.

NOTA À IMPRENSA Nº 157/2019

## Carne bovina – fim da suspensão dos embarques para a China – Nota conjunta do Ministério das Relações Exteriores e do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Publicado em 14/06/2019 13h32 | Atualizado em 06/01/2021 19h03

Compartilhe: [f](#) [t](#) [s](#)

NOTA À IMPRENSA Nº 170

## Nota Conjunta do Ministério das Relações Exteriores e do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – Retomada das Exportações Brasileiras de Carne Bovina para a China

Publicado em 15/12/2021 11h30

Compartilhe: [f](#) [t](#) [s](#)

## ANEXO D – NOTAS À IMPRENSA DO MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES SOBRE RELAÇÕES ENTRE BRASIL E EUROPA ENTRE 2019-2021

NOTA À IMPRENSA Nº 13/2019

## Salvaguardas da União Europeia sobre importações de produtos de aço

Publicado em 16/01/2019 21h03 | Atualizado em 23/12/2020 10h03

Compartilhe: [f](#) [t](#) [s](#)

NOTA À IMPRENSA Nº 40/2019

## Salvaguardas da União Europeia sobre produtos de aço – nota conjunta do Ministério das Relações Exteriores, do Ministério da Economia e do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Publicado em 18/02/2019 19h31 | Atualizado em 23/12/2020 10h28

Compartilhe: [f](#) [t](#) [s](#)

NOTA À IMPRENSA Nº 49/2019

## Comunicação da União Europeia à OMC sobre a intenção brasileira de suspender concessões em resposta a salvaguardas europeias sobre produtos de aço

Publicado em 02/03/2019 12h04 | Atualizado em 23/12/2020 14h55

Compartilhe: [f](#) [t](#) [s](#)

NOTA À IMPRENSA Nº 105/2019

## 9ª Reunião do Comitê Diretivo de Cooperação Científica e Tecnológica Brasil-União Europeia – 30 de abril de 2019

Publicado em 29/04/2019 15h42 | Atualizado em 23/12/2020 18h36

Compartilhe: [f](#) [t](#) [s](#)

NOTA À IMPRENSA Nº 105/2019

## 9ª Reunião do Comitê Diretivo de Cooperação Científica e Tecnológica Brasil-União Europeia – 30 de abril de 2019

Publicado em 29/04/2019 15h42 | Atualizado em 23/12/2020 18h36

Compartilhe: [f](#) [t](#) [s](#)

NOTA À IMPRENSA Nº 219/2019

## Conclusão das Negociações do Acordo de Livre Comércio entre o MERCOSUL e a EFTA – Nota Conjunta dos Ministérios das Relações Exteriores, da Economia e da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Publicado em 24/08/2019 15h30 | Atualizado em 07/01/2021 15h40

Compartilhe: [f](#) [t](#) [l](#)

NOTA À IMPRENSA Nº 169/2019

## Conclusão das Negociações do Acordo entre o MERCOSUL e a União Europeia – Nota Conjunta dos Ministérios das Relações Exteriores, da Economia e da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – Bruxelas, 27 e 28 de junho de 2019

Publicado em 28/06/2019 17h38 | Atualizado em 07/01/2021 10h55

Compartilhe: [f](#) [t](#) [l](#)

NOTA À IMPRENSA Nº 115/2020

## Diálogo com Embaixadores da UE no Brasil: crescimento, sustentabilidade e políticas públicas

Publicado em 07/10/2020 20h54 | Atualizado em 06/01/2021 18h37

Compartilhe: [f](#) [t](#) [l](#)

NOTA À IMPRENSA Nº 144

## Pedido de Consultas na OMC entre Brasil e União Europeia sobre medidas sanitárias relativas a carnes de aves

Publicado em 08/11/2021 17h23 | Atualizado em 08/11/2021 17h40

Compartilhe: [f](#) [t](#) [l](#)

NOTA À IMPRENSA Nº 37

## Associação do Brasil à Organização Europeia para a Pesquisa Nuclear (CERN) – Nota Conjunta do Ministério das Relações Exteriores e do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações

Publicado em 03/03/2022 17h21 | Atualizado em 03/03/2022 19h38

Compartilhe: [f](#) [t](#) [l](#)



## **ANEXO E – NOTAS À IMPRENSA DO MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES SOBRE RELAÇÕES ENTRE BRASIL E ESTADOS UNIDOS ENTRE 2019-2021**

NOTA À IMPRENSA Nº 205/2019

### **Visita do Secretário Wilbur Ross ao Brasil – Nota Conjunta do Ministério das Relações Exteriores, do Ministério da Economia e do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento**

Publicado em 01/08/2019 23h06 | Atualizado em 07/01/2021 12h20

Compartilhe: [f](#) [t](#) [l](#)

NOTA À IMPRENSA Nº 299/2019

### **Medida Comercial dos EUA – Nota Conjunta do Ministério das Relações Exteriores, do Ministério da Economia e do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento**

Publicado em 02/12/2019 17h55 | Atualizado em 07/01/2021 18h36

Compartilhe: [f](#) [t](#) [l](#)

NOTA À IMPRENSA Nº 313/2019

### **Entrada em vigor do Acordo de Salvaguardas Tecnológicas Brasil-Estados Unidos – Nota conjunta do Ministério das Relações Exteriores, do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações e do Ministério da Defesa**

Publicado em 19/12/2019 21h01 | Atualizado em 07/01/2021 18h52

Compartilhe: [f](#) [t](#) [l](#)

NOTA À IMPRENSA Nº 32/2020

### **Levantamento da suspensão das exportações de carne bovina in natura do Brasil pelos Estados Unidos**

Publicado em 21/02/2020 23h06 | Atualizado em 06/01/2021 18h24

Compartilhe: [f](#) [t](#) [l](#)

NOTA À IMPRENSA Nº 38/2020

### **Declaração Conjunta entre os Governos do Brasil e dos Estados Unidos da América sobre a 5ª Reunião da Comissão Mista Brasil-EUA de Cooperação Científica e Tecnológica Brasília, 6 de março de 2020**

Publicado em 06/03/2020 16h59 | Atualizado em 06/01/2021 18h24

Compartilhe: [f](#) [t](#) [l](#)

NOTA À IMPRENSA Nº 96/2020

### **Exportações de aço semi-acabado do Brasil para os Estados Unidos – Nota conjunta do Ministério das Relações Exteriores e do Ministério da Economia**

Publicado em 29/08/2020 18h45 | Atualizado em 06/01/2021 18h34

Compartilhe: [f](#) [t](#) [l](#)

NOTA À IMPRENSA Nº 108/2020

### **Novo aumento da quota destinada ao Brasil nas importações dos EUA de açúcar no ano fiscal 2019-2020**

Publicado em 22/09/2020 11h59 | Atualizado em 06/01/2021 18h36

Compartilhe: [f](#) [t](#) [l](#)

## **ANEXO F – NOTAS À IMPRENSA DO MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES SOBRE TRATATIVAS DO BRASIL EM PROL DE MAIOR LIBERALIZAÇÃO DO COMÉRCIO NO PERÍODO 2019-2021**

NOTA À IMPRENSA Nº 44/2019

### **Contencioso na OMC entre Brasil e Índia sobre subsídios ao setor açucareiro – pedido de consultas – nota conjunta do Ministério das Relações Exteriores e do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento**

Publicado em 27/02/2019 12h38 | Atualizado em 23/12/2020 10h32

Compartilhe: [f](#) [t](#) [l](#)

NOTA À IMPRENSA Nº 179/2019

### **Nota Conjunta do Ministério das Relações Exteriores e do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - Contencioso na OMC entre Brasil e Índia sobre subsídios ao setor açucareiro – Pedido de estabelecimento de painel**

Publicado em 11/07/2019 18h28 | Atualizado em 07/01/2021 11h18

Compartilhe: [f](#) [t](#) [l](#)

NOTA À IMPRENSA Nº 76

### **Declaração Ministerial do Grupo de Cairns sobre a reforma da OMC em Agricultura**

Publicado em 23/06/2021 23h06 | Atualizado em 24/06/2021 10h28

Compartilhe: [f](#) [t](#) [l](#)

A Declaração foi divulgada após o Encontro Informal de Ministros do Grupo de Cairns, ocorrido na manhã de hoje, com a participação da Diretora-Geral da OMC, Dra. Ngozi Okonjo-Iweala. Na Declaração, os membros pedem, entre outros temas, uma Decisão Ministerial na MC12 que aponte para uma reforma "significativa" dos subsídios agrícolas distorcivos à produção e ao comércio, o que contribuirá para a promoção dos objetivos do desenvolvimento sustentável (ODS).

Segundo dados da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), entre 2018 e 2020, 54 das principais economias do mundo subsidiaram em US\$ 720 bilhões por ano seus setores agrícolas – o dobro, em termos nominais, do apoio concedido entre 2000 e 2002. Estima-se que, em 2030, o total dos direitos dos Membros da OMC de subsidiar sua produção agrícola deve ultrapassar US\$ 2 trilhões, caso não se possa chegar a um acordo que limite e reduza esses direitos.

NOTA À IMPRENSA Nº 90

### **Reunião ministerial da Organização Mundial do Comércio (OMC) sobre subsídios à pesca - Nota conjunta do Ministério das Relações Exteriores e do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, 15 de julho de 2021**

Publicado em 15/07/2021 21h16 | Atualizado em 15/07/2021 22h32

Compartilhe: [f](#) [t](#) [l](#)

**O** Brasil participou, em 15 de julho, da reunião ministerial da Organização Mundial do Comércio (OMC) sobre subsídios à pesca, com vistas a dar impulso político às negociações de regras sobre o apoio governamental ao setor pesqueiro marítimo, no quadro preparatório da XII Conferência Ministerial da OMC, em novembro próximo.

As negociações buscam cumprir o Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 14.6: proibir certas formas de subsídios à pesca que levam à sobrecapacidade e à sobrepesca; eliminar os subsídios que estimulam a pesca ilegal, não declarada e não regulamentada; e abster-se de introduzir novos subsídios como estes. Nessas negociações, deve ser reconhecido o tratamento especial e diferenciado adequado e eficaz para os países em desenvolvimento e os países menos desenvolvidos.

CICLO: "AGRONEGÓCIO SUSTENTÁVEL: A IMAGEM REAL DO BRASIL"

## Intervenção do senhor Ministro de Estado na Comissão de Relações Exteriores (CRE) do Senado Federal - 23/08/2021

Publicado em 23/08/2021 19h45 | Atualizado em 23/08/2021 19h46

Compartilhe: [f](#) [t](#) [e](#)

Ademais, preocupa o Itamaraty a ausência de menções, no debate sobre sustentabilidade nos países desenvolvidos, aos **altíssimos níveis de subsídios agrícolas** praticados por esses países e algumas nações em desenvolvimento mais avançadas. É crucial termos em mente que esses subsídios, como sempre reiteramos a nossos interlocutores e em todas as negociações a respeito, Presidente, causam distorções nas correntes de comércio, penalizam produtores em países pobres e provocam mau uso dos recursos naturais, porque incentivam artificialmente a produção onde há escassez de recursos hídricos, de solo e de outras características necessárias à atividade agropecuária.

NOTA À IMPRENSA Nº 121

### Reunião Ministerial Informal da OMC

Publicado em 05/10/2021 18h33

Compartilhe: [f](#) [t](#) [e](#)

O encontro informal permitiu troca de opiniões entre alguns dos principais membros da OMC sobre temas de relevância e urgência da agenda da Organização. O Brasil reiterou seu compromisso com a abertura comercial e com o sistema multilateral de comércio.

O Ministro França ressaltou a importância de avançar as regras para subsídios industriais e agrícolas, de modo a equilibrar as condições de concorrência e viabilizar a redução ou a eliminação de distorções ao comércio internacional.

## ANEXO G – NOTAS À IMPRENSA DO MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES SOBRE AVANÇO DA INDÚSTRIA AERONÁUTICA NO PERÍODO 2019-2021

NOTA À IMPRENSA Nº 218/2019

### Aquisição de aeronaves KC-390 da EMBRAER pela Força Aérea Portuguesa

Publicado em 22/08/2019 15h48 | Atualizado em 07/01/2021 15h40

Compartilhe: [f](#) [t](#) [e](#)

NOTA À IMPRENSA Nº 142/2020

### Hungria adquire aeronaves Embraer C-390 – Nota conjunta do Ministério das Relações Exteriores e do Ministério da Defesa

Publicado em 17/11/2020 15h00 | Atualizado em 06/01/2021 18h46

Compartilhe: [f](#) [t](#) [e](#)

## ANEXO H – NOTAS À IMPRENSA DO MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES SOBRE A AGRICULTURA BRASILEIRA DURANTE A COVID-19 2019-2021

NOTA À IMPRENSA Nº 6

### Declaração de Compromisso de Isenção de Restrições a Exportações para o PMA – Nota conjunta do Ministério das Relações Exteriores e do Ministério de Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Publicado em 21/01/2021 11h01 | Atualizado em 21/01/2021 11h35

Compartilhe: [f](#) [t](#) [l](#)

**D**entre os 164 membros da Organização Mundial do Comércio (OMC), 79, incluindo o Brasil, adotaram hoje, 21 de janeiro, em Genebra, declaração conjunta de compromisso em favor da isenção das aquisições para fins humanitários realizadas pelo Programa Mundial de Alimentos (PMA) da imposição de medidas de proibição ou restrição às exportações. O conjunto dos copatrocinadores representa mais de 70% das exportações agrícolas mundiais.

O Brasil vem tendo atuação destacada nas tratativas a respeito na OMC. Em junho último, o País já havia apoiado iniciativa do Grupo de Cairns que, entre outros compromissos no contexto da pandemia, propugnou pela isenção do PMA. A medida também está em linha com o compromisso assumido pelo Brasil no âmbito do G20 de continuar trabalhando com os organismos internacionais para coordenar ações e identificar e compartilhar boas práticas para facilitar os fluxos internacionais de bens e serviços necessários para a resposta à pandemia. O Brasil também tem acompanhado com atenção as discussões no âmbito da OCDE sobre o impacto da COVID-19 sobre a segurança alimentar, em que foi destacada a capacidade do País de manter sem interrupções seus compromissos de fornecimento global de alimentos. O engajamento do Brasil confirma o compromisso com a promoção da segurança alimentar não apenas em território nacional, mas em todo o mundo, auxiliando na realização do Objetivo de Desenvolvimento Sustentável n. 2.

O governo brasileiro estabeleceu importante parceria com o PMA para responder a apelos internacionais por ajuda humanitária. São exemplos dessas iniciativas humanitárias brasileiras, sempre em colaboração estreita com o PMA: i) a alimentação assegurada, em 2020 e 2021, a 5 mil crianças entre 6 a 59 meses na Namíbia e a 1.220 refugiados malineses da etnia Peul abrigados no campo de Sénou, a 30 km ao sul da capital Bamako; ii) o fornecimento e a distribuição de 4 mil toneladas de arroz beneficiado do Brasil para o Líbano e de outras 4 mil toneladas do mesmo produto para Moçambique, na esteira de desastres de grandes proporções (explosão no Porto de Beirute, em agosto de 2020, e ciclones que devastaram a capacidade de produção de alimentos de Moçambique em 2019).

NOTA À IMPRENSA Nº 80

### Reuniões de Chanceleres e de Ministros de Desenvolvimento do G20 – Matera, Itália, 29 de junho de 2021

Publicado em 29/06/2021 15h26

Compartilhe: [f](#) [t](#) [l](#)

Juntamente com Ministros de Desenvolvimento de alguns países, os Chanceleres mantiveram discussões sobre a segurança alimentar no contexto da pandemia da COVID-19 e adotaram a Declaração de Matera sobre Segurança Alimentar, Nutrição e Sistemas Alimentares. Frisaram a importância do livre fluxo do comércio internacional de alimentos, dos sistemas de proteção social e da adaptação climática para fortalecer a segurança alimentar global.

## ANEXO I – NOTAS À IMPRENSA DO MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES SOBRE A QUESTÃO DA UCRÂNIA

NOTA À IMPRENSA Nº 23

### Aniversário de 30 anos do estabelecimento de relações diplomáticas entre o Brasil e a Ucrânia

Publicado em 11/02/2022 09h35

Compartilhe: [f](#) [t](#) [l](#)

NOTA À IMPRENSA Nº 24

### Comunicado Conjunto do Presidente da República Federativa do Brasil, Jair Messias Bolsonaro, e do Presidente da Federação da Rússia, Vladimir Putin

Publicado em 16/02/2022 11h01

Compartilhe: [f](#) [t](#) [l](#)

Os Presidentes saudaram o dinamismo da cooperação bilateral nas áreas de agricultura, energia, meio ambiente, defesa, ciência e tecnologia, educação e cultura.

Os Presidentes constataram com satisfação o aumento do fornecimento de fertilizantes russos ao Brasil.

Destacaram a necessidade de continuar a cooperação no setor do agronegócio. As Partes sublinharam a importância da continuada interação entre as agências regulatórias do Brasil e da Rússia para ampliar o acesso aos mercados dos dois países, inclusive por meio da expansão do número de estabelecimentos habilitados a exportar produtos de natureza animal e vegetal, inclusive pescado.

Os Chefes de Estado expressaram preocupação com o aumento da instabilidade em diferentes partes do mundo, coincidindo na necessidade de que os conflitos sejam solucionados por meios pacíficos e pelo engajamento diplomático, em conformidade com o direito internacional, incluindo a Carta das Nações Unidas.

NOTA À IMPRENSA Nº 27

## Declarações a respeito da política externa brasileira

Publicado em 19/02/2022 10h08

Compartilhe: [f](#) [t](#) [l](#)



Ministério das Relações Exteriores lamenta o teor da declaração da porta-voz da Casa Branca a respeito de pronunciamento do Senhor Presidente da República por ocasião de sua visita à Rússia.

NOTA À IMPRENSA Nº 28

## Situação na Ucrânia

Publicado em 22/02/2022 10h31

Compartilhe: [f](#) [t](#) [l](#)

NOTA À IMPRENSA Nº 30

## Situação na Ucrânia

Publicado em 24/02/2022 10h55

Compartilhe: [f](#) [t](#) [l](#)



Governo brasileiro acompanha com grave preocupação a deflagração de operações militares pela Federação da Rússia contra alvos no território da Ucrânia.

O Brasil apela à suspensão imediata das hostilidades e ao início de negociações conducentes a uma solução diplomática para a questão, com base nos Acordos de Minsk e que leve em conta os legítimos interesses de segurança de todas as partes envolvidas e a proteção da população civil.

## Intervenção do Ministro Carlos França em sessão de debates temáticos do Senado Federal – 24 de março de 2022

Publicado em 24/03/2022 16h05 | Atualizado em 25/03/2022 11h02

Compartilhe: [f](#) [t](#) [l](#)

O conflito na Ucrânia coloca-nos diante de uma situação internacional bastante desafiadora. Para fazer frente a esse novo cenário, o Itamaraty, bem como os demais órgãos aqui representados, o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e o Ministério da Economia, precisará buscar o máximo de coesão entre Governo e Congresso, entre Executivo e Legislativo, sobre o curso de ação a ser trilhado pelo Brasil.

Temos visto o surgimento de iniciativas em diversos organismos internacionais, inclusive naqueles de caráter técnico, no sentido de expulsar a Rússia dessas entidades ou suspender sua participação. O Brasil tem sido claramente contrário a essas iniciativas, em consonância com nossa posição tradicional em favor do multilateralismo e do direito internacional, que deve incluir todas as nações com base no princípio da igualdade soberana dos países. Além disso, temos defendido que o foro adequado para tratar de temas de paz e segurança é, como sempre foi, a Organização das Nações Unidas. Ao mesmo tempo que nos empenhamos pela paz nos foros apropriados da ONU, também defendemos a continuidade dos trabalhos de outros foros, como o G20 e a Organização Mundial do Comércio, de modo a permitir que esses órgãos cumpram seus respectivos mandatos e ajudem a minimizar as graves consequências da crise, ao invés de intensificá-las ainda mais.

Defendemos nessas votações – e eu aqui reitero – que o Brasil não está de acordo com a aplicação de sanções unilaterais e seletivas. Essas medidas, além de ilegais perante o direito internacional, preservam concretamente os interesses urgentes de alguns países, como o fornecimento de petróleo e gás a nações europeias. Por outro lado, atingem produtos essenciais à sobrevivência de grande parcela da população mundial. Refiro-me aqui a alimentos e a insumos necessários para a produção desses alimentos. Os fertilizantes de que nós no Brasil precisamos são igualmente essenciais para evitar a fome e garantir a sobrevivência econômica e a estabilidade política das nações em desenvolvimento, ou seja, de países que respondem por três quartos da população global.

A aplicação dessas sanções seletivas por parte de certos países praticamente inviabiliza, no curto prazo, a realização de pagamentos em operações de exportação e importação com a Rússia. No médio e no longo prazos, tais sanções constituem uma perigosa ameaça ao sistema de comércio internacional, baseado em regras válidas para todos, sem distinção, e previsíveis em todas as circunstâncias.